

convergência

JUL / AGO • 1998 • ANO XXXIII Nº 314



convergência

- MEDELLÍN, TRINTA ANOS DEPOIS
- ÉTICA DA SOLIDARIEDADE:
INTERPELAÇÕES À VIDA RELIGIOSA
- O REINO DE DEUS COMO PROPOSTA
DE HUMANIZAÇÃO
- CONTEMPLAÇÃO NO SEGUIMENTO
DE JESUS CRISTO
- BRASIL: DESAFIO E ESPERANÇA

SUMÁRIO

EDITORIAL	321
PALAVRA DO PAPA	323
INFORME CRB	326
MEDELLÍN, TRINTA ANOS DEPOIS	327
D. Antônio Fragoso	
ÉTICA DA SOLIDARIEDADE: INTERPELAÇÕES À VIDA RELIGIOSA	331
Frei Antônio Moser, OFM	
O REINO DE DEUS COMO PROPOSTA DE HUMANIZAÇÃO	341
Pe. Paulo Roberto Gomes, MSC	
CONTEMPLAÇÃO NO SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO ..	354
Ir. Delir Brunelli, CF	
BRASIL: DESAFIO E ESPERANÇA	367
Pe. Virgílio Leite Uchôa	

NOSSA CAPA

A ilustração para os próximos anos chama a atenção para a participação e o envolvimento da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) no projeto de evangelização "Rumo ao novo milênio". Trata-se de uma fotografia tomada do mural artístico confeccionado em pedras de variadas cores numa parede interna, junto à capela da sede da CRB Nacional. Inspirado no logotipo escolhido pela Comissão Central da Santa Sé para o Jubileu, presidida pelo Cardeal Roger Etchegaray, a partir de um concurso vencido pela estudante de arte italiana Emanuela Rocchi, o artista plástico José Antonio Abreu, de Igarapé, MG, compôs o mosaico com grande expressão e beleza. Nele se destacam o globo terrestre, os cinco continentes representados pelas pombas, a cruz estilizada e as palavras: CRISTO, ONTEM, HOJE, SEMPRE, sinalizando o anúncio principal do projeto (Pe. João Roque Rohr, SJ).

ASSINATURA PARA 1998:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 60,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 85,00

Número avulso (Brasil) R\$ 6,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Frei Prudente Nery, OFM Cap.

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelândia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

FAZER MEMÓRIA DE MEDELLÍN

Completam-se, em agosto, trinta anos da realização da Segunda Conferência Geral do Episcopado latino-americano em Medellín (Colômbia). São muitas as celebrações que estão ocorrendo nas várias Igrejas Particulares do Continente para trazer à memória não só o fato histórico, senão também e sobretudo o seu significado eclesial mais profundo. Teólogos e pastoralistas tratam de fazer a releitura do grande evento, a partir da nova conjuntura social e eclesial que vivem nossos povos latino-americanos hoje. Tudo isso tem sua razão de ser.

Medellín é, sem dúvida, um referencial iniludível na história recente da Igreja na América Latina. Representa, ao mesmo tempo, a culminância de uma nova consciência eclesial e o ponto de partida de uma nova presença da Igreja na sociedade. Embora, para muitos, esse referencial tenha ficado perdido ou diluído nas névoas do passado, não é possível negar ou ignorar a força simbólica e a extrema atualidade das suas decisões e opções pastorais. Os trinta anos que nos separam desse singular evento eclesial permitem uma tomada de consciência mais lúcida e mais objetiva da sua audácia profética e do seu impacto na consciência cristã e no contexto socio-político e eclesial dos anos setenta.

Efetivamente, Medellín inaugurou uma nova forma de presença evangelizadora da Igreja no Continente, tratando de dar concreção e viabilidade histórica às grandes orientações do Vaticano II, particularmente da Constituição Pastoral "Gaudium et Spes".

Consagrou, por assim dizer, na prática pastoral, a preocupação do papa João XXIII, assumida pelo Concílio, com a imprescindível atenção aos *sinais dos tempos* na ação evangelizadora. Procurou dar efetividade ao desejo manifestado de forma expressa pelo mesmo papa João XXIII, por ocasião do Concílio, de que a Igreja fosse prioritariamente a Igreja dos pobres. Apoiou o incipiente processo do surgimento das CEBs e do seu crescimento nos vários países do Continente, e deu vigoroso impulso às novas práticas eclesiais e aos novos ministérios. Fez-se voz profética, audaz e firme, precisamente quando a maioria dos países latino-americanos adentravam na noite do arbítrio e da repressão política que silenciou outras expressões da profecia. Alentou a incipiente teologia latino-americana da libertação e ofereceu inspiração e apoio a quantos se dedicavam naquele momento a pensar a fé e a tradição viva da Igreja a partir do contexto específico de nossos povos.

Ao terminar sua tarefa, a Conferência entregava ao mundo uma mensagem de alento, esperança e compromisso da Igreja com a hora histórica do Continente. "Cremos — diz o texto da Mensagem — que estamos em uma nova era histórica. Ela exige clareza para ver, lucidez para diagnosticar e solidariedade para atuar... Não temos soluções técnicas nem remédios infalíveis. Queremos sentir os problemas, captar suas exigências, partilhar as angústias, descobrir os caminhos e colaborar nas soluções".

Muitas coisas mudaram no mundo e na Igreja ao longo desses trinta anos. Mas o

núcleo fundamental de Medellín ainda mantém a sua urgência. Supor que Medellín já tenha esgotado as suas virtualidades históricas induziria ao erro de reduzir esse evento eclesial ao passado e de confinar nos estreitos limites de um momento histórico determinado o precioso legado que ele entregou às gerações do presente e do futuro. Pre-servar a memória de Medellín e dar atualidade às suas grandes intuições e propostas é a grave responsabilidade que incumbe a quantos tratamos de continuar abrindo caminhos de evangelização no hoje do Continente.

CONVERGÊNCIA quer somar-se ao esforço de quantos se comprometem a assumir essa responsabilidade. O artigo de D. Antônio Fragoso — “Medellín, trinta anos depois” — dá continuidade à série de estudos sobre Medellín que nossa Revista vem publicando ao longo deste ano. No seu texto, o autor lembra que Medellín constitui uma releitura latino-americana do Vaticano II e analisa as repercussões desse singular evento eclesial nas três últimas décadas da Igreja no Continente. Lembrando a renovação a que esse evento deu lugar e as reações que provocou, o autor insiste na importância de resgatar Medellín e convida os religiosos e religiosas a buscar nesse *resgate* “a revitalização da Vida Religiosa inserida no meio dos excluídos”.

Frei Antônio Moser no seu excelente artigo — “Ética da Solidariedade: Interpelações à Vida Religiosa” — aborda uma das questões mais candentes do atual momento histórico em nível mundial. Partindo de uma análise da crise ética que assola a sociedade hoje, o autor traça as grandes coordenadas de uma ética da solidariedade

para os nossos tempos, e faz pertinentes interpelações à Vida Religiosa e à sua Missão, particularmente no que se refere à partilha e ao como se posicionar em relação com os excluídos.

O artigo do Pe. Paulo Roberto Gomes — “O Reino de Deus como Proposta de Humanização” — é de enorme atualidade. Diante dos novos e ingentes desafios do mundo de hoje, em que “a forma de dominação passa a ser mais sutil, mais planetarizada com a mundialização do mercado e a política neoliberal”, o texto apresenta o Reino de Deus como a proposta humanizante de Jesus, particularmente apta a iluminar os caminhos da humanização neste difícil momento histórico.

Ir. Delir Brunelli, no seu interessante artigo — “Contemplação no Seguimento de Jesus Cristo” — conduz, com rara competência e delicadeza de estilo, os leitores e leitoras através do itinerário espiritual de uma das grandes figuras femininas do século XIII: Clara de Assis. Desenvolvendo os grandes eixos desse itinerário, a autora tece comentários extremamente interessantes e sugestivos sobre o seguimento de Jesus Cristo na concepção dessa notável mestra de espiritualidade, enfatizando a atualidade da herança espiritual de Clara de Assis.

A Análise de Conjuntura que CONVERGÊNCIA publica este mês é um extrato do texto apresentado pelo Pe. Virgílio Leite Uchôa à Assembléia Geral dos Bispos, ocorrida em abril. Com grande clareza, o texto focaliza aspectos fulcrais do atual momento brasileiro e procura abrir pistas para uma presença da Igreja na sociedade mais condizente com os desafios que emergem dessa realidade.

DISCURSO DO SANTO PADRE AOS PARTICIPANTES NA IV ASSEMBLÉIA GERAL DA PONTIFÍCIA ACADEMIA PARA A VIDA

Ilustres Senhores, gentis Senhoras!

1. Ao dirigir minha saudação a todos vós, membros ordinários e correspondentes da Pontifícia Academia para a Vida, desejo exprimir um profundo agradecimento ao Presidente, Prof. Juan de Dios Vial Correa, pelas suas amáveis palavras. Saúdo também o Vice-Presidente, Dom Elio Sgreccia, que generosamente se prodigaliza pela vossa prestigiosa Instituição.

Aproveito de bom grado a ocasião para exprimir também meu apreço por quanto a Academia está a realizar, desde os primeiros passos do seu caminho, no cumprimento da sua tarefa de promoção e defesa do valor fundamental da vida.

2. Alegro-me por terdes apresentado à atenção da vossa quarta Assembléia Geral o tema: "Genoma humano: personalidade humana e sociedade do futuro". No maravilhoso percurso que a mente humana realiza para conhecer o universo, a etapa que se registra nestes anos no âmbito genético é particularmente sugestiva, porque leva o homem à descoberta dos segredos mais íntimos da sua própria corporeidade.

O genoma humano é como o último continente que agora se explora. Neste milênio que está para se concluir, tão rico de dramas e de conquistas, através das explorações geográficas e das descobertas, os homens reconheceram-se e de algum modo aproximaram-se. O conhecimento humano realizou também importantes aquisições no

mundo da Física, até à descoberta recente da estrutura dos componentes do átomo. Agora os cientistas, através dos conhecimentos de genética e de biologia molecular, vêem com o olhar penetrante da ciência dentro do íntimo tecido da vida e dos mecanismos que caracterizam os indivíduos garantindo a continuidade das espécies viventes.

3. Estas conquistas revelam cada vez mais a grandeza do Criador porque consentem que o homem constate a ordem ínsita na criação e aprecie as maravilhas do seu corpo, além do seu intelecto, no qual, de um certo modo, se reflete a luz do Verbo "por meio do Qual todas as coisas foram criadas" (cf. Jo 1,3).

Todavia, na época moderna é grande a tendência a procurar o saber não tanto para admirar e contemplar, quanto para aumentar o poder sobre as coisas. Saber e poder entrelaçam-se cada vez mais numa lógica que pode aprisionar o próprio homem. No caso do conhecimento do genoma humano, esta lógica poderia levar a intervir na estrutura interna da própria vida do homem com a perspectiva de submeter, seleccionar e manipular o corpo e, em definitivo, a pessoa e as gerações futuras.

Por conseguinte, a vossa Academia para a Vida fez bem ao apresentar a reflexão sobre as descobertas em ato no âmbito do genoma humano, desejando assim colocar na base do seu trabalho um fundamento antropológico, que se baseia na dignidade da pessoa humana.

4. O genoma apresenta-se como o elemento estruturador e construtivo do corpo nas suas características quer individuais quer hereditárias: ele marca e condiciona a pertença à espécie humana, o vínculo hereditário e as características biológicas e somáticas da individualidade. Sua influência na estrutura do ser corpóreo é determinante, desde o primeiro momento da concepção até a hora da morte natural. Com base nesta verdade interna do genoma, já presente no momento da procriação, no qual os patrimônios genéticos do pai e da mãe se unem, a Igreja assumiu a tarefa de defender a dignidade humana de cada indivíduo desde o seu início.

De fato, o aprofundamento antropológico leva a reconhecer que, em virtude da unidade substancial do corpo com o espírito, o genoma humano não tem unicamente um significado biológico; ele é portador de uma dignidade antropológica que tem seu fundamento na alma espiritual que o penetra e vivifica.

Não é lícito, portanto, praticar qualquer tipo de intervenção no genoma, a não ser que se destine ao bem da pessoa, entendida como unidade de corpo e espírito; também não é lícito discriminar os sujeitos humanos com base nos eventuais defeitos genéticos verificados antes ou depois do nascimentos.

5. A Igreja católica, que reconhece no homem redimido por Cristo o seu caminho (cf Carta Encíclica *Redemptor hominis*, 14), insiste para que seja garantido também pela lei o reconhecimento da dignidade do ser humano como pessoa, desde o momento da concepção. Além disso, ela convida todos os responsáveis políticos e os cientistas a promoverem o bem da pessoa, através da investigação científica destinada a aperfeiçoar oportunas terapias também no âmbito genético, que sejam praticáveis e isentas de riscos desproporcionados. Isto é possível, por reconhecimento dos próprios cientistas, nas intervenções terapêuticas no genoma das células somáticas mas não das células germinais e do embrião precoce.

Sinto o dever de exprimir aqui a minha preocupação pelo instaurar-se de um clima cultural que favorece o andamento da diagnose pré-natal rumo a uma direção que já não é a da terapia, em vista do nascituro, mas antes a da discriminação de todos os que a análise pré-natal demonstra não serem sadios. No momento atual há uma grave desproporção entre as possibilidades diagnósticas que estão em fase de expansão progressiva e as escassas possibilidades terapêuticas: este fato apresenta graves problemas éticos às famílias que têm necessidades de ser apoiadas no acolhimento da vida nascente, mesmo quando ela é atingida por qualquer defeito ou deformação.

6. Sob este perfil, é necessário denunciar o surgimento e a difusão de um novo eugenismo seletivo que provoca a supressão de embriões e de fetos atingidos por algumas doenças. Por vezes, para esta seleção, serve-se de teorias infundadas sobre a diferença antropológica e ética dos vários graus de desenvolvimento da vida pré-natal; o chamado "gradualismo da humanização do feto". Ou então recorre-se a uma concepção errada da qualidade da vida, que deveria — a seu parecer — prevalecer sobre a sacralidade da vida. A respeito disso, não se pode deixar de pedir que os direitos proclamados pelas Convenções e pelas Declarações Internacionais acerca da tutela do genoma humano e, em geral acerca do direito à vida, possam ser usufruídos por cada ser humano desde o momento da fecundação, sem discriminações, quer tais discriminações estejam relacionadas com as imperfeições genéticas ou com defeitos físicos, quer se refiram aos diferentes períodos de desenvolvimento do ser humano. É urgente, portanto, reforçar os baluartes jurídicos perante as imensas possibilidades diagnósticas que são apresentadas pelo projeto seqüencial do genoma humano.

7. Quanto mais aumenta o conhecimento e o poder de intervenção, tanto maior deve ser o conhecimento dos valores em ques-

tão. Por conseguinte, faço votos para que a conquista deste novo continente do saber, o genoma humano, represente o início de novas possibilidades de vitória sobre as doenças e jamais seja confirmada uma orientação seletiva dos seres humanos.

Nesta perspectiva, será muito útil que as organizações científicas internacionais façam com que as almeçadas vantagens da investigação genética sejam postas à disposição também dos povos em vias de desenvolvimento. Deste modo, evitar-se-á uma ulterior fonte de desigualdade, tendo em conta também que para tais investigações se investem enormes recursos financeiros que poderiam ser, segundo o parecer de alguns, prioritariamente empregados para aliviar as doenças

curáveis e as persistentes misérias económicas de grande parte da humanização.

A única certeza que agora temos é que a sociedade do futuro só estará à medida da dignidade da pessoa humana e da igualdade entre os povos, se as descobertas científicas forem orientadas para o bem comum, que se realiza sempre através do bem de cada pessoa individualmente e requer a cooperação de todos, e hoje sobretudo dos cientistas.

Ao invocar sobre os vossos trabalhos a assistência divina para um serviço cada vez mais incisivo e eficaz à causa fundamental da vida humana, a todos abençôo de coração.

Joannes Paulus P. II

"UM CLAMOR QUE NOS VEM DO NORDESTE"

Mensagem dos Bispos do Brasil

Nós, Bispos católicos do Brasil, reunidos em Assembléia Geral, em Itaici, São Paulo, fazemos nossas as angústias e os sofrimentos do povo nordestino, atingido, mais uma vez, por uma terrível seca que está levando milhões de irmãos à miséria, à fome e à morte. Desejamos levar-lhes nossa mensagem de solidariedade, de esperança e de bênção.

Assumimos o compromisso de somar esforços com as instituições públicas e privadas, e com nossas comunidades eclesiais, no incentivo e na promoção de **campanha de solidariedade** e de medidas emergenciais, que possam aliviar a fome e a sede, até que se supere a calamidade.

Convocamos, pois, nossas Igrejas do Nordeste e do Brasil, as organizações e instituições civis, as comunidades urbanas mais próximas das áreas atingidas e todas as forças vivas de nossa sociedade para um grande **mutirão de solidariedade** humana, em benefício de nossos irmãos sofridos.

Incumbimos, especialmente, a CARITAS brasileira de empreender, de imediato, uma campanha de alimentos e de recursos financeiros, abrangendo todas as nossas comunidades.

Contamos com a participação importante e necessária dos jornais, do rádio e da televisão, neste esforço contínuo de se despertar a consciência nacional para a grande solidariedade.

De imediato promovam-se ações filantrópicas e assistenciais de todo gênero. Àqueles que têm mais, lembramos o dever de distribuir com justiça. Aqueles que têm pouco, aprendam de nossos pobres a edificante lição do "repartir com quem tem menos ainda".

As empresas de transporte, os que dispõem de veículos e os grupos de serviço poderão prestar excelente apoio no transporte e distribuição dos alimentos.

Aos poderes públicos e à iniciativa privada pedimos, além das medidas emergenciais, ações e projetos concretos, de **efeito permanente**, que levem, gradativamente, à superação definitiva do secular problema da seca do Nordeste. Alertamos para o fato de que as próximas chuvas, se forem normais, só virão a partir do final do ano...

Apelamos, ainda, aos poderes públicos, que sejam reassumidos e implementados diversos projetos importantes para a Região, iniciados e paralisados há anos e que, se concluídos, proporcionarão trabalho e vida digna para milhares de famílias, evitando-se a humilhação e a ineficácia das conhecidas "frentes de emergência".

Cumpre-nos denunciar, mais uma vez, que, além das causas naturais, existem as **causas humanas** da seca do Nordeste, que devem ser eradicadas: as constantes agressões aos mananciais de água da Região, como os rios São Francisco e Paraíba, bem como às reservas florestais e outras fontes de vida para a população; a famigerada "**indústria da seca**" e a **corrupção eleitoral** através da compra de votos em troca de pequenos favores no tempo da seca e de eleição.

E agora, às famílias atingidas pelas calamidades, reafirmamos nossa presença e nossa bênção de Pastores, apreensivos e empenhados no esforço comum, "para que todos tenham vida" (Evangelho de São João, 10,10).

Que todos coloquemos nossa esperança e nossa confiança no Senhor da Vida, o Deus de **Jesus Cristo, caminho de solidariedade** e de **amor** aos irmãos.

Itaici, 1º de maio de 1998.

No dia 30 de abril de 1998, os 275 Bispos da CNBB, cerca de uma centena de Representantes dos Presbíteros, das Religiosas e dos Leigos Católicos, com os Assesores, celebramos a Eucaristia matinal para agradecer a Deus o Dom de Medellín.

A Eucaristia foi presidida por Dom Afonso Gregory, bispo de Imperatriz, rodeado dos Delegados do Episcopado Brasileiro à II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Medellín, Colômbia, agosto-setembro de 1968).

A procissão de entrada conduzia, entre flores, círio pascal e a Bíblia, o livro dos documentos finais de Medellín. A imagem de Medellín acordou em nós todos a Alegria do acontecimento, a Ação de Graças convergente e a Memória que não pode ser sepultada.

Muitas iniciativas vão retomar a história de Medellín, o contexto em que se realizou a II Conferência Continental e a presença de Medellín nos 30 últimos anos da Igreja na América Latina. Merece nossos aplausos a decisão que a Revista CONVERGÊNCIA tomou de publicar contribuições pertinentes.

Mesmo não tendo sido Delegado do Episcopado Brasileiro a essa II Conferência, quero lembrar dois aspectos que me parecem significativos:

1º Medellín — releitura latino-americana do Vaticano II. 2º) Medellín, nas 3 décadas da Igreja na América Latina.

I. MEDELLÍN — RELEITURA LATINO-AMERICANA DO VATICANO II

Não estive na II Conferência do Episcopado, em Medellín. Mas tive a ventura e responsabilidade de participar do Concílio Ecumênico Vaticano II, de 1962 a 1965.

O Vaticano II é, para mim, um sopro de Pentecostes que permitiu à Igreja aprofundar o seu ROSTO, com o desejo de apresentar ao mundo um ROSTO NOVO. Na abertura, João XXIII disse aos Padres Conciliares que esse ROSTO deveria ser, SOBRETUDO, O ROSTO DA IGREJA DOS POBRES.

O apelo do Papa não encontrou, no Concílio, as condições para ser acolhido e tematizado. Uma exceção feliz é, talvez, a do Cardeal Giacomino Lercaro, de Bolonha. Ele integrava o “Grupo do Colégio Belga” que, após as Sessões Conciliares, se reunia para aprofundar a IDENTIDADE ENTRE JESUS E OS POBRES, retirando daí as conseqüências para a Pastoral, a Liturgia, o Combate pela Justiça, a Espiritualidade.

A intervenção do Cardeal Lercaro marcou, fundo, a consciência dos Padres Conciliares. Mas estes só encontraram tempo prolongado, garra e ousadia, para debater e elaborar o Documento GAUDIUM ET SPES (“Alegria e Esperança”) que proclama a autonomia e a dignidade das realidades terrestres e o desenvolvimento — que é privilégio de uma pequena faixa da humanidade. Os “sub-homens”, as maiorias empobrecidas, não ocuparam o primeiro lugar no coração dos Padres Conciliares.

Medellín olhou, com olhar de análise e de contemplação, a realidade latino-americana e o seu processo de cativo para as maiorias. A presença do Pe. Afonso Gregory, sociólogo, diretor do CERIS, contribuiu for-

temente para a descoberta dessa realidade. Durante toda uma manhã, apresentou uma visão analítica e panorâmica da América Latina. Ficou evidente para todos que as maiorias latino-americanas viviam uma condição de **VIOLÊNCIA** e **INJUSTIÇA INSTITUCIONALIZADA**. O clamor destas multidões levou os bispos de Medellín a proclamarem sua dignidade e a convocá-los para lutarem por sua **LIBERTAÇÃO**.

Na Introdução ao Documento final, os bispos diziam: "Como Israel sentia a presença salvífica de Deus quando da libertação do Egito, da passagem pelo Mar Vermelho e conquista da Terra Prometida", assim os pobres da América Latina são chamados a lutar pela **LIBERTAÇÃO** ou pelo **DESENVOLVIMENTO**. E referem-se a Paulo VI que diz: "o Desenvolvimento é a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas".

A libertação se tornou a palavra catalizadora que perpassa os 16 Documentos de Medellín: "Justiça, Paz, Família, Educação, Juventude, Pastoral das Massas, Pastoral das Elites, Catequese, Liturgia, Movimentos do Leigos, Sacerdotes, Religiosos, Formação do Clero, Pobreza da Igreja, Colegialidade ou Organicidade Pastoral, Meios de Comunicação Social".

II. MEDELIN, NAS 3 DÉCADAS DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA

As sementes do **NOVO** que Medellín plantou na consciência da Igreja fizeram o seu caminho ou são apenas uma lembrança do passado?

1. Renovação eclesial provocada por Medellín

Por toda parte do Continente, nasceram **COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE**. Deu-se uma **ECLESIOGÊNESE**, isto é, Comunidades sociológicas de forte

tradição religiosa foram se tornando **PEQUENAS IGREJAS VIVAS NA BASE**, convocadas pela palavra de Deus.

As CEBs viveram a **TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO** "em ato primeiro", enquanto, na luz da Palavra de Deus, identificavam e celebravam a **PRESENÇA DO DEUS LIBERTADOR** no seu cativo. Os técnicos (teólogos da Libertação) tematizaram depois, como "ato segundo", a Teologia das Comunidades.

As CEBs, constituídas da "base social" (de **POBRES**), desde o seu lugar social, olharam a Palavra de Deus e tiveram intuições densas que nem sempre a Exegese clássica conseguia ter. É verdade que Deus esconde o seu desígnio aos "Entendidos" e revela aos **PEQUENINOS**. Chamam de **LEITURA POPULAR DA BÍBLIA**, que é eminentemente **ORANTE**.

As CEBs expressaram sua celebração na forma de **LITURGIA POPULAR**, que está mais próxima de sua cultura. Mas guardavam Fome e Sede da Palavra de Deus que lhes vem pela **MISSA**, pelo **BATISMO**, pelos **SACRAMENTOS**.

As CEBs, no seu processo eclesial no chão da Igreja, foram passando da **MORAL ESSENCIALISTA**, controlada pela Autoridade, para uma **MORAL LIBERTADORA** que tem na pessoa de Jesus a referência indiscartável e no Amor a fonte de Discernimento. Mas experimentando que primeiro é o **AMOR** (a pessoa humana) e não a **LEI**.

As CEBs criaram um espaço popular de consciência política e de experiência da sua Fome e Sede de Justiça. Pela força do Espírito Santo, pela luz da Palavra de Deus, pelo clima comunitário, vão descobrindo que devem ligar todo o tempo à **PERNA DA FÉ** (Oração, Espiritualidade, Liturgia) e à **PERNA DO COMBATE PELA JUSTIÇA** (prática transformadora social).

Destaquei as CEBs, como sinal privilegiado da **PRESENÇA** de Medellín nos últi-

mos 30 anos, porque me aparece como um acontecimento salvífico da maior importância e uma vivência do Apelo de João XXIII: aprofundar o ROSTO DA IGREJA DOS POBRES.

2. Reações a Medellín

A recepção da "Igreja dos Pobres", como Medellín sinalizou, não foi sempre pacífica. Muitos identificaram CEBs como "Igreja Popular", isto é, à margem da Hierarquia, cismática, seduzida pelas "esquerdas". A esse título, subversiva. A repressão apareceu sob a forma de **desconfiança**, de tendência a "controlar" seu funcionamento, de não oferecer espaço, tempo e dinheiro para capacitar os AGENTES DE PASTORAL ORDENADOS E CONSAGRADOS na pedagogia nova e exigente das CEBs.

A Teologia da Libertação caiu sob forte suspeita. As formas de repressão existem desde o desestímulo na escolha desse tema para Teses de Mestrado ou Doutorado em Teologia em Universidades católicas até a fiscalização das Bibliotecas dos Seminários em países como o México e outros.

Apenas estão esquecendo que podem atingir a Teologia em "ato segundo", tematizada pelos técnicos (por exemplo a Coleção "Teologia e Libertação). Mas as CEBs continuarão a experimentar sua "Teologia da Libertação em ato primeiro".

A Leitura popular da Bíblia também foi reprimida. Quem não se lembra da CLAR, da Coleção "PALAVRA-VIDA", da "implosão" da Comissão de Teólogos e Biblistas da CLAR, das suspeitas e denúncias contra o CEBI e Fr. Carlos Mesters?

A "Teologia Moral Libertadora" é desestimulada por muitas formas de Autorita-

rismo centralizado, de insistência exagerada sobre o MAGISTÉRIO, de Legalismo, de Fundamentalismo.

Gustavo Gutierrez fala de uma IRRUPÇÃO dos Empobrecidos na consciência da sociedade e da Igreja no Continente. Os empobrecidos se comprometeram num êxodo novo, da Casa da Escravidão da América Latina para a TERRA PROMETIDA, tendo Javé como companheiro ("Deus conosco"). Nesta Romaria, fazem ALIANÇA com Javé Libertador. Nasce a ESPIRITUALIDADE DA LIBERTAÇÃO.

Os regimes militares tentaram desestabilizar a Marcha dos Empobrecidos, em nome da doutrina de Segurança Nacional. Só Deus sabe o número de "mártires" que esta repressão gerou e está gerando, nos 30 últimos anos.

Muitos da Hierarquia também não acolheram o novo êxodo e não lhes ofereceram os COMPANHEIROS assessores indispensáveis para confirmá-los na Fé.

APELO FINAL

Vamos resgatar Medellín? Re-estudá-lo. Confrontar com Puebla e Santo Domingo. Atualizá-lo. Articulá-lo com o Projeto Rumo ao Novo Milênio.

Os Teólogos da CLAR, que escreveram "Vinte anos de Vida Religiosa inserida na América Latina", diziam: a Vida Religiosa inserida em Meios Populares é um dos maiores sinais de RENOVAÇÃO, na Igreja latino-americana. A inserção encontrou forte estímulo em Medellín e no pós-Medellín imediato.

O resgate de Medellín não poderia ser uma revitalização evangelicamente audaciosa da VIDA RELIGIOSA INSERIDA NO MEIO DOS EXCLUÍDOS?

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O que significa afirmar que Medellín constituiu uma releitura latino-americana do Concílio Ecumênico Vaticano II? Que implicações concretas esse fato continua tendo para a Igreja da América Latina hoje?
2. A partir da experiência, procure responder, pessoal e comunitariamente, a estas

perguntas formuladas no texto pelo autor:
a) "As sementes do NOVO que Medellín plantou na consciência da Igreja fizeram seu caminho, ou são apenas uma lembrança do passado?" b) O resgate de Medellín não poderia ser uma revitalização evangelicamente audaciosa da Vida Religiosa inserida no meio dos excluídos?

ÉTICA DA SOLIDARIEDADE: INTERPELAÇÕES À VIDA RELIGIOSA

Frei Antônio Moser, OFM
Petrópolis, RJ

Ética da Solidariedade: empenho pelo qual os seres humanos se recolocam continuamente certas questões fundamentais: de onde viemos? Para onde vamos?

“Ética” é hoje uma palavra em alta, sobretudo quando declinada como privativo: “falta de...”. Trata-se de um fenômeno ambíguo: se por um lado manifesta o despertar de uma possível nova consciência, por outro, revela uma situação anti-ética sem precedentes... O mesmo pode-se dizer com respeito à solidariedade. Um tempo se falava, com redundância, de “sociedade mais justa e mais fraterna”. Hoje prefere-se falar de sociedade mais solidária. Desde que o Papa João Paulo II, aproveitando a força manifestada pelo sindicato “Solidariedade”, da Polônia, relançou a palavra com um novo sentido, ela não deixa de aparecer com frequência. É uma espécie de confissão de que vivemos uma gritante falta de solidariedade, entremeada de movimentos e de gestos que visam criar uma nova sociedade, através de uma maior solidariedade.

Para desenvolver esta problemática, convém, antes de mais nada, apresentar o grande quadro de fundo: o da crise ética, que se manifesta ao vivo justamente na falta de solidariedade. Num segundo momento convém resgatar alguns elementos encontrados nos

Ensinamentos Sociais da Igreja e que apontam para a solidariedade como um dos seus eixos constitutivos. Num terceiro momento pensamos desenvolver as possíveis interpeleções que dali emergem para a VR.

1. UMA CRISE ÉTICA QUE SE REVELA PELA FALTA DE SOLIDARIEDADE

Já faz alguns decênios que os teólogos vêm falando de crise na Ética, e particularmente de crise ética. Contudo, o grande público, mormente no Brasil, só despertou para esta crise há bem pouco tempo. É que, embalados pelos encantos da modernidade nós nem nos dávamos conta da crise com suas múltiplas faces: econômica, política, social, familiar, todas interligadas.

Muitos fatores estão contribuindo para esta nova tomada de consciência. Entre estes, num plano internacional, devemos citar o desmoronamento de boa parte dos regimes marxistas, particularmente no bloco da ex-União Soviética. Foi um abalo sísmico para as utopias socialistas, com tudo o que isto representava em termos de expectativas de sociedades “mais justas e mais fraternas”. Como fatores internos devemos lembrar os escândalos da era Collor, seguidos de escândalos que, de uma forma ou de outra, explodem, continuamente, sobretudo nas áreas dos chamados serviços públicos e da política em geral.

Infelizmente como as razões mais importantes da crise ética nem sempre são analisadas com a devida profundidade, esta nova consciência é pouco eficaz: confunde-se com poucos momentos e ângulos emocionais, que sabidamente são pouco consistentes, e mudam com rapidez. Se, por um lado, tudo isto é lamentável, por outro lado, é preciso reconhecer que nos encontramos diante da emergência de uma nova consciência ética. Daí a importância de nos perguntarmos pelas raízes mais profundas da Ética, iluminando, ao mesmo tempo, as raízes mais profundas da crise ética.

1.1. O adeus às intuições mais profundas da Ética

Se formos à raiz semântica da nossa palavra Ética nos deparamos com o sentido subjacente já na mentalidade grega: residência, moradia, identidade, coerência, consciência. Recolhendo alguns significados etimológicos básicos se chega a perceber que o *ethos* aponta para um modo próprio de ser e de viver onde se “abriga” o humano. Só se humaniza quem vive em consonância com o seu *ethos*.

O *ethos* é como que o alicerce sobre o qual se estrutura o humano. Não é, porém, algo de estático; antes faz lembrar uma fonte borbulhante que sustenta o humano e a partir da qual os seres humanos buscam sempre de novo revigorar-se. O *ethos* é como que a marca primeira antes de qualquer outra marca cultural ou religiosa, mesmo que historicamente falando o *ethos* nunca possa ser apreendido na sua primeira originalidade. Cultura e religião são a carne e os ossos do *ethos* historicamente vivido. Entretanto, os mesmos gregos, cômicos de que a identidade humana pessoal se concretiza na *polis*, ou seja, no plano sócio-político, não visavam em primeiro lugar a intimidade da pessoa, mas aquilo que constitui o tecido de um povo. *Ethos* tra-

duz para eles as evidências primitivas e comuns, a experiência — sabedoria de um povo, resultantes de uma prática histórica, pela qual se desvelam os valores indispensáveis para sua sobrevivência dos povos. O *ethos* é como que uma espécie inesgotável dos valores e que um povo vai descobrindo, adquirindo e burilando, num processo sempre inacabado de aprendizagem¹.

Quando se pretende compreender melhor nossa atual crise ética, não se pode perder de vista nem o quadro geral da atualidade, que é o da modernidade, nem o que é específico de nossa paradoxal realidade brasileira, de primitivismo e modernismo conjugadas.

Sob o prisma filosófico talvez seja bom recordar o postulado da autonomia da razão, colocado em evidência por Kant e Bonhöffer, e a reivindicação da subjetividade acentuada a partir de Hegel. Ancorada nestes pressupostos filosóficos e em todo um contexto de “progresso” ilimitado, a “egologia” criou mais força ainda. Embevecido por suas inegáveis conquistas tecnológicas e científicas, o denominado homem moderno já não conhece limites. Com isto se esvai uma das intuições mais profundas da Ética: a de construir, solidariamente a “casa” de todos e para todos. A superação desta egolatria letal só é possível na medida em que a racionalidade não for confundida com o subjetivismo e a subjetividade se abrir para uma intersubjetividade comunicativa, dialogal e dialética.

1.2. Os contrapontos da deusa modernidade

A modernidade se constitui num fato irreversível, com aspectos positivos e negativos. Para nossos objetivos basta alguns elementos que caracterizam a modernidade. Trata-se, antes de mais nada de uma reorganização econômica, política e cultural com o predomínio do mundo tecnológico, a centralidade do poder e o desencantamento do

1. Cf. AGOSTINI, N., *Teologia Moral. O que você precisa viver e saber*, Vozes, Petrópolis, 36s.

mundo. O predomínio absoluto da factibilidade, da imanência, da liberdade, do plano subjetivo, carrega ao mesmo tempo consigo a secularização, a crise da autoridade e o relativismo moral e religioso².

De um ponto de vista ético o advento da modernidade encaixa-se como uma luva nas mãos das elites, sempre ciosas de sua liberdade ilimitada e prepotente. Elas se julgam donas do mundo, das leis, das tradições. Nossa atual crise ética é certamente também o reflexo de um sistema sócio-econômico e político dependente, decadente e excludente. Por isso as elites quase sempre se sentiram muito à vontade. Mas o nível de desagregação é tamanho, que as mesmas elites agora sentem-se ameaçadas e apavoradas. Sentem-se como que dentro de uma aeronave desgovernada.

A questão que agora se levanta é a de onde surge o apavoramento das elites. Ousaria sugerir, como hipótese, e não como tese, que isto é também fruto de uma mudança acentuada no *ethos* das classes populares. Os empobrecidos sempre se defenderam como puderam. Só que hoje, parecem ter aprendido algo da malandragem comandada pelas elites: o feitiço ameaça voltar-se contra o feiticeiro.

A atenção que dedicamos aos empobrecidos não deve ser entendida como se eles fossem culpados da crise ética: são vítimas, mas como vítimas reforçam o desmoronamento de todo um *ethos* tradicional. Sem isto ficaria difícil entender a abrangência da nossa crise ética, já que os empobrecidos constituem a absoluta maioria da nossa população. Por um lado a modernidade ajuda os empobrecidos a se sentirem pessoas,

sujeitos de direitos e deveres; por outro lado, tende a confirmá-los a buscarem tranqüilamente seus próprios caminhos, sem referência a parâmetros éticos determinados, nem para a vida pessoal, nem para a vida familiar, nem para a vida social³.

Com todo este quadro, onde por razões completamente diferentes, pobres e ricos lançam-se à mesma orgia libertacionista, hedonista, e relativista, percebe-se melhor a profundidade da nossa crise ética e a ilusão que alimentou a intelectualidade há alguns anos atrás: bastaria que os pobres fizessem ouvir sua voz e tomassem o seu lugar para construirmos uma sociedade profundamente ética, e por isto mesmo justa e solidária. Acontece que, trabalhávamos na pressuposição de que o *ethos* popular se caracteriza por virtudes, exatamente as que lhe foram sendo progressivamente roubadas: a solidariedade, a generosidade, o senso de hospitalidade, de partilha. A modernidade despertou um monstro adormecido.

Esta é uma constatação que pode parecer chocante; mas só assim é que percebermos ao mesmo tempo a profundidade da crise que vivemos e intuimos por onde passam os caminhos do Brasil que a gente quer. É dentro deste quadro que se entende uma das mais vigorosas Encíclicas do atual Papa João Paulo II: o jogo que se estabelece é entre uma ética subjetivista e conseqüentemente arbitrária, e uma ética que se funda no Esplendor da Verdade⁴.

1.3. A nossa crise primordial parece ser a da solidariedade.

A apresentação deste grande quadro sobre a crise ética se faz necessária, para se

2. Cf. MOREIRA, A, O projeto humano da modernidade, *REB* 51 (1991), 389-410.

3. Simplificando ao máximo se poderia dizer que, embora teoricamente as camadas mais pobres assumam as coordenadas culturais, religiosas e éticas oficiais, na prática são regidas por outros parâmetros: uns são provenientes da religiosidade e da cultura popular, nunca muito ortodoxas; outros vinculam-se à assimilação de certas coordenadas próprias da modernidade. Cf. MOSER, A, Pastoral Familiar a partir dos menos favorecidos, *REB* 1993, 774s.

4. Cf. *O Esplendor da Verdade*, sobretudo a Introdução.

poder apalpar as dimensões da crise. Entretanto, agora chegou o momento de particularizar esta crise, apontando para o que parece ser um dos seus traços mais expressivos: a crise da solidariedade. E para tanto convém voltar às colocações feitas sobre a modernidade, mas agora tendo como pano de fundo nossa situação brasileira.

Nestes últimos 50 anos, o Brasil abraçou o ideal "moderno" com todas as suas forças. A saída para nossa endêmica situação de miséria parecia passar por ali. Por isto o empenho na industrialização, que trouxe em seu bojo a urbanização, com todos os problemas que conhecemos: pólos altamente desenvolvidos, ao lado de bolsões de miséria. Basta recordar um dado aparecido num jornal nestes dias: 23 milhões de brasileiros não ganham nem o correspondente a 1 dólar por dia⁵. E independentemente de dados estatísticos, sabidamente o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo em termos de distribuição de renda.

Só que justamente esta modernidade industrial como caminho de solução, parece estar sempre mais em questão, até para o Primeiro Mundo. É que pouco a pouco a sempre mais sofisticada tecnologia vai substituindo o ser humano. Num tempo não muito distante, como assinalam as primeiras Encíclicas Sociais⁶, o centro da atenções era o inevitável conflito resultante da exploração do trabalho. Agora este centro parece deslocar-se sempre mais para o desemprego e para as massas sobrantes.

O decantado neoliberalismo pode dar a sensação de que conseguiu a mágica de conciliar o que havia de melhor no capitalismo com o que havia de melhor no socialismo. Pode mesmo dar a sensação de estar criando condições para uma democracia real; efeti-

vamente não passa de democracia formal, já que marginaliza, sob todos os aspectos, parcelas ingentes da população. A tecnologia moderna está sendo capaz de produzir sem gente. Infelizmente ainda não está sendo capaz de criar formas ocupacionais alternativas; e muito menos ensina a como viver sem dinheiro num mundo que se caracteriza pelo consumismo. Hoje, de modo mais evidente do que nunca, vivemos num mundo que não aceita dividir a fantástica riqueza que fica nas mãos de uns poucos, ao lado da pobreza e miséria de milhões.

É nesta altura que se percebe que só uma nova mentalidade e novas práticas são capazes de gerar outro tipo de sociedade. Não só o sistema do socialismo real desmoronou: o nosso sistema liberal, ou neoliberal, como hoje se prefere, mostra-se cada dia mais inviável. Um sistema social e produtivo que deixa à margem de tudo a maior parte da população é eticamente inaceitável, pois é desumanizante por si mesmo. É nesta altura que se percebe que só uma ética de solidariedade será capaz de contrabalançar esta ética da exclusão⁷.

2. SOLIDARIEDADE: UM DOS EIXOS DOS ENSINAMENTOS SOCIAIS.

Todos sabemos que os problemas apontados não são de hoje. Mas há dois elementos que estabelecem a distinção entre o passado e o presente: o inegável agravamento da situação e a maior densidade do que se conveio denominar de estruturas de pecado. Ou seja: Se num passado muito distante se poderia argumentar que os problemas não eram resolvidos por falta de recursos, hoje este argumento cai por si

5. Cf. *Jornal do Brasil*, 16/04/1998, primeira página.

6. Cf. *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, 1891, introdução e nn. 50s.; *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI, 1931, primeira parte.

7. Cf. CNBB, *Solidários na dignidade do trabalho*, Campanha da Fraternidade, texto-base, 1991; *A fraternidade e os excluídos*, texto-base 1995.

mesmo: existem recursos em demasia, apenas não são devidamente encaminhados. É diante disto que convém dedicar nossa atenção aos chamados "Ensinamentos Sociais da Igreja". Pois se estes não se constituem numa espécie de receita mágica, com certeza nos oferecem muitos subsídios para uma ética da solidariedade e para uma prática social transformadora⁸.

2.1. Ensinamentos Sociais: cem anos de interpelações

Em 1991, o atual Papa João Paulo II lançou mais um documento social, com o significativo título de *Centesimus Annus*. Este documento se constitui numa grande síntese atualizada do que foi se construindo ao longo de 100 anos. O ponto de partida encontra-se na *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII. Rastreando toda uma riqueza-fonte, tanto na Sagrada Escritura, quanto na longa história de uma Igreja, que sempre esteve preocupada com os problemas sociais, Leão XIII resolveu apresentar estes ensinamentos de modo sistemático. A RN marca a tomada de consciência, por parte da Igreja, não de uma nova missão, mas de uma nova maneira de compreender e desempenhar sua missão diante do chamado mundo moderno e, mais especificamente, diante do mundo do trabalho. Isto foi em 1891⁹.

Quarenta anos depois, a *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI, tem como preocupação central já não o problema social, mas o econômico. Trinta anos depois, o Papa João XXIII, em dois documentos, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, chama a atenção

para o subdesenvolvimento e apregoa uma política solidária, tanto a nível das empresas, quanto das nações. Em 1967, o então Papa Paulo VI, na *Populorum Progressio*, e na *Octogesima Adveniens* amplia e aprofunda estas mesmas perspectivas. João Paulo II reorganiza todo o patrimônio. Verdadeiramente são cem anos de interpelações contínuas para a humanidade, que vive sob a égide de um pretenso progresso, mas que exclui, sistematicamente, a maior parte dos filhos e filhas de Deus.

2.2. Solidariedade: nome recente para uma preocupação antiga

Estava preparado o campo para dar um nome àquilo que estava implícito nas tomadas de posição do Magistério ao longo de 100 anos. Rastreando princípios básicos expressos em documentos anteriores, e aproveitando a experiência vivida em sua terra natal, a Polônia, o Papa João Paulo II, enucleou este "rico e complexo patrimônio" exatamente na "solidariedade" em todos os níveis. Isto emerge inúmeras vezes sobretudo em três documentos: *Laborem Exercens*, de 1981, a *Sollicitudo Rei Socialis*, de 1987, e a já referida *Centesimus Annus*¹⁰.

Como deve ter ficado claro nas sumárias colocações anteriores, não pretendemos elaborar um tratado sobre os Ensinamentos Sociais da Igreja, já feito por muitos outros. Também não pretendemos recolher todas as grandes linhas dos ensinamentos sociais do atual pontificado, e muito menos dos anteriores. Isto seria impossível neste espaço, e parece-nos desnecessário para o objetivo do

8. Cf. PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, n. 36: "Ela procura suscitar cada vez mais nos ânimos de numerosos cristãos a generosidade para se dedicarem à libertação dos outros. Ela dá a esses cristãos uma inspiração de fé e uma motivação de amor fraterno, uma doutrina social a que o verdadeiro cristão não pode deixar de estar atento, mas que deve tomar como base da própria prudência e da própria experiência, a fim de traduzir concretamente em categorias de ação, de participação e de compromisso. Tudo isto, sem se confundir com atitudes táticas nem com o serviço de um sistema político, deve concretizar a coragem do cristão comprometido".

9. Cf. MOSER, A., Os ensinamentos sociais da Igreja. Reflexões a partir de um centenário, in *Teologia Moral. Desafios atuais*, Vozes, Petrópolis, 1991, 157s.

10. Na *Laborem Exercens* esta temática encontra-se desenvolvida sobretudo nos nn. 8s.; na *Sollicitudo Rei Socialis*, nn. 38ss; na *Centesimus Annus*, um pouco em toda a Encíclica.

título geral deste artigo. Pressupomos um conhecimento básico, como pressupomos o que já foi há muito assimilado: os Ensinamentos Sociais da Igreja não pretendem dar soluções acabadas e definitivas para os problemas sociais de todos os tempos. Estes Ensinamentos, que reconhecidamente contêm “elementos mutáveis”, ao lado de “elementos de validade permanente”¹¹, querem colaborar para uma busca de soluções eficazes para os problemas sociais que afligem a humanidade, e mais especificamente as camadas mais pobres.

Para bem compreender a última parte desta frase, convém recordar um trecho da *Laborem Exercens*: “a Igreja acha-se vivamente empenhada nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a ‘Igreja dos pobres’”¹². Daqui, a constante e evolutiva preocupação com o salário, com as condições de trabalho, com o uso dos bens, com a participação e comunhão, e assim por diante. É tendo presente esta chave de leitura que se pode agora pontualizar e esboçar a fisionomia de uma ética da solidariedade.

2.3. A fisionomia de uma ética da solidariedade

A Teologia é uma ciência muito parecida com o trabalho de uma boa cozinheira: nada se joga fora, tudo se transforma. Os problemas humanos são todos de muitas faces. Ora se ilumina um ângulo, ora outro. Assim, nestes últimos 20 anos, ouvimos falar muito de Teologia da Libertação. Hoje se fala sempre mais de ética da solidariedade, para expressar as mesmas preocupações de fundo, ou seja, de envidar esforços concretos para que se instaure mais justiça e condições de vida mais humana para todos.

As colocações que seguem não são um tratado específico. Simplesmente, de maneira sintética, lembram alguns dos grandes Ensinamentos Sociais da Igreja, ensinamentos que fazem parte da sua missão.

2.3.1. Ponto de partida: Deus criou tudo para todos

Esta é uma afirmação que data de muitos séculos. Vários dos primeiros teólogos da Igreja, chamados de Santos Padres, partem desta tese para proclamar a necessidade de uma melhor distribuição dos bens. Para eles a origem de muitos males é a indébita apropriação que alguns grupos fazem daquilo que Deus destinou a todos¹³.

Com efeito, a Criação, por parte de Deus, não se orienta pelo acaso. Ela se desdobra de acordo com um plano sábio, onde o Criador confia aos seres humanos a administração de todo o criado. Os seres humanos, portanto, não são propriamente donos de nada. Não passam de administradores. Sucede, porém, que a administração do universo só será fonte de humanização e de alegria, na medida em que os seres humanos trabalharem juntos e partilharem dos frutos do seu trabalho.

2.3.2. Dignidade de cada ser humano

Esta segunda afirmação encontra-se intimamente unida à primeira. Deus é o Deus das diferenças. Mas criou as diferenças para que elas se fecundassem e se enriquecessem mutuamente. Daí decorre que as muitas raças e a infinidade de seres humanos, todos diferentes, trazem todos, e cada um as mesmas marcas do seu Criador. É por isto mesmo que, num mundo marcado pelas mais diversas formas de discriminação, se afirma com força uma dignidade inerente a todo

11. Cf. Documento de Puebla, n. 343.

12. *Laborem Exercens*, n. 8. cf. tb. BIGO, P – BASTOS DE ÁVILA, F., *Fé cristã e compromisso social*, Paulinas, São Paulo, 3a ed. 1983, 11: “Para não cair... em erros de interpretação, é mister ler a Doutrina Social da Igreja a partir da mesma sensibilidade pelos pobres, sensibilidade com que foi elaborada e desenvolvida”.

13. Cf. o verbete “Domínio divino” in BRAVO, R.S., *El mensaje social de los padres de la Iglesia*, Ciudad Nueva, Madrid 1989.

ser humano. As multidões de maltrapilhos que povoam este mundo, não são menos dignas e não deveriam ter menos direitos que as pessoas mais prendadas. A única origem exige uma fraternidade real, e não apenas teórica. Daí um dos imperativos que de um modo ou de outro estão sempre presentes nos Ensinamentos Sociais da Igreja:

2.3.3. A busca do desenvolvimento integral

Esta é a tese central defendida pela *Populorum Progressio*, e retomada pela *Centesimus Annus*. O desenvolvimento não diz evidentemente respeito apenas a aspectos materiais. Mas é indiscutível que todos necessitamos de um mínimo de condições materiais para nos desenvolvermos em nossa humanidade. Alimentação, moradia, escolaridade, infra-estrutura sanitária, não podem ser elencadas nem como supérfluo, nem como luxo. São condições sem as quais são obstaculados os planos de Deus. Ora, a criação destas condições passa forçosamente por mudanças no que se refere às condições de trabalho.

Esta é outra tese típica dos Ensinamentos Sociais da Igreja, presente em cada um dos documentos. Alguns, como *Rerum Novarum* e *Laborem Exercens* fazem do trabalho sua preocupação central. É pelo trabalho que o ser humano se confronta positivamente com o restante do universo; é pelo trabalho que ele se afirma em sua missão de co-criador; é pelo trabalho que os seres humanos se humanizam ou des-humanizam. Daí a insistência sobre o direito fundamental ao trabalho, em condições dignas.

2.3.4. A distribuição dos bens

É outra decorrência lógica do que foi afirmado acima. Ninguém sonha com um igualitarismo indiferenciado. O próprio Deus distribuiu talentos diferentes. Entretanto, na perspectiva do Evangelho, os dons são distribuídos de modo diferente para beneficiarem a todos. Enquanto os benefícios do progresso tecnológico não chegarem a todos e

a cada um, não nos encontramos diante de um verdadeiro progresso. E este é ao mesmo tempo o maior pecado e o maior drama acarretado pelo liberalismo. Este parte da pressuposição de que só devem viver os mais fortes. A perspectiva do Evangelho, e conseqüentemente dos Ensinamentos Sociais da Igreja vai num sentido contrário. São os mais fracos que devem ser os mais beneficiados pelo empenho dos mais fortes.

2.3.5. Superação dos modelos feitos

Os ensinamentos sociais voltam frequentemente à questão dos modelos sócio-econômicos e políticos. Uma leitura rápida de alguns deles pode até deixar a impressão que a Igreja simpatiza mais com o capitalismo liberal. Esta é uma das acusações que se faz a algumas passagens da *Centesimus Annus*. Contudo, um estudo mais atento vai nos revelar que para a Igreja não existem nem modelos feitos, nem perfeitos. É bem perceptível a tônica assumida pelo Papa João Paulo II: se, num primeiro momento, voltou suas críticas mais contundentes ao marxismo, num segundo momento, não deixa de fazer críticas parecidas em relação ao capitalismo. Isto não se constitui, evidentemente numa simples estratégia: revela as verdadeiras preocupações de fundo: os verdadeiros modelos só podem ser aqueles que respeitam as características regionais e de cada povo, mormente no que refere à religião e à cultura.

3. INTERPELAÇÕES PARA A VR

A VR, como a sociedade e a própria Igreja, é uma realidade dinâmica. O que dissemos a propósito dos Ensinamentos Sociais, também deveríamos dizer a propósito da VR: Ela comporta "elementos permanentes", que se fundamentam no ideal evangélico, e "elementos mutáveis", já que se trata de um ideal abraçado e vivido num contexto histórico. É neste processo dialético que se compreende que nem sempre

INSTITUTO VOTIVO

as teses de ontem sejam as de hoje. Ou ao menos se devem admitir “acentos” diferentes. Não só a sociedade e a Igreja evoluíram: a VR também evoluiu e só poderia haver evoluído: é uma questão de fidelidade ao Evangelho e ao carisma fundamental, interpretados à luz dos sinais dos tempos. Assim, se é verdade que a VR, no seu todo, prega e procura viver no seguimento de Jesus Cristo e na partilha, é também, verdade que, diante da crise que se manifesta na falta de solidariedade, brotam novas interrogações, sobretudo no que se refere à partilha e no como se reposicionar em relação aos excluídos.

3.1. Unidos por um ideal e pelo espírito de partilha

O capítulo IV dos Atos dos Apóstolos sempre foi um texto inspirador da vida cristã em geral, e da VR, em particular. Independentemente dos vários carismas específicos, que foram se revelando ao longo dos tempos, a VR se organizou em torno dos conselhos evangélicos. Este é o ideal comum. Como também faz parte deste ideal o “viver em fraternidade”, com tudo o que isto implica. É neste contexto que a ética da solidariedade, acima assinalada, se apresenta como uma nova luz para iluminar o ideal de sempre.

Entretanto, no que se refere ao modo concreto de vivenciar esta fraternidade, vão emergindo acentos diferentes. Basta pensar no modo concreto de vivenciar o voto de castidade. Em termos amplos, o ideal é sempre o mesmo: viver na disponibilidade total da causa do Reino, dedicando-se a ela em corpo e alma. Contudo, basta considerar a diferença que vai entre as pessoas que vivem uma vida conventual em moldes mais ou menos tradicionais, ou mesmo renovados, mas sempre “voltadas para dentro”, e as pessoas que vivem em fraternidades inseridas. Sem falar dos traços pessoais, há todo um modo diferente de interpretar e viver a consagração.

Algo de semelhante se constata no que diz respeito à obediência. Ora se acentua mais a figura do Superior(a), ora se acentua mais o “ouvir e interpretar os desígnios de Deus” na partilha fraterna. Daí os diferentes sentidos dos “capítulos” das fraternidades: diferenças não só no que diz respeito à dinâmica, mas diferenças também no que diz respeito ao próprio sentido do voto de obediência.

Mas, com certeza, é em torno da partilha dos bens, enucleados em torno da pobreza, que vão emergir mais claramente os diversos acentos. Assim, há Ordens e Congregações que abrem mais espaço para expressões pessoais no modo de viver o ideal comum; há outras que ressaltam mais o aspecto comunitário. isto se faz evidente sobretudo no que se refere ao uso dos bens. Todos renunciam individualmente à posse dos bens, mas há Ordens e Congregações nas quais as pessoas são pobres, enquanto as Instituições são ricas. A pobreza vem interpretada menos num sentido estritamente material, do que num sentido de desapego espiritual. E é exatamente sob este ângulo que vai aparecer um dos maiores questionamentos: como partilhar grandes patrimônios?

3.2. Como partilhar grandes patrimônios

Embora haja Ordens e Congregações que vivem na radicalidade o “sine proprium”, é indiscutível que outras tantas não sabem muito bem como se haver com seus inegáveis patrimônios. Claro que, de uma forma ou de outra, estes patrimônios são justificados no sentido de prestar um serviço à sociedade, e mormente aos mais pobres. Contudo, nenhum religioso ou religiosa que tenta repensar sua consagração no contexto das novas condições históricas em que vivemos, deixará de sentir-se incomodado com um patrimônio não apenas espiritual, mas bem material: terras, hospitais, escolas, Universidades, modernos Meios de Comunicação,

prédios mais ou menos grandiosos. Muitas foram as Ordens e Congregações que se desfizeram destes “pesos”, em parte, ou no seu todo. E por vezes, passada a onda do viver “para e com” os pobres, começam a se questionar se foi esta uma decisão sábia. Afinal, não se pode pensar pequeno num mundo dominado por macro-estruturas e mega-empresas.

O dilema parece acentuar-se ainda mais quando se percebe que as novas “igrejas” vão, progressivamente, controlando todos os mecanismos de influência das massas. Se por um lado têm muitos presentes os exemplos de um São Francisco de Assis, ou de uma Teresa de Calcutá, que fizeram da pobreza radical seu mais eficaz instrumento de evangelização, por outro, brota a inevitável pergunta: como atuar eficazmente uma infra-estrutura condizente? Para evangelizar, basta viver na periferia, dedicar-se de corpo e alma a um pequeno, ainda que expressivo número de pessoas? Não seria uma irresponsabilidade desfazer-se de meios sem os quais a utopia parece distanciar-se sempre mais da realidade?

Evidentemente que não é nosso propósito responder a estas questões, ainda mais que inevitavelmente nos chocamos com a diversidade dos carismas e de situações históricas diferentes. Contudo, também não podemos deixar estas e outras questões na mesma linha, simplesmente no ar.

3.3. Só abraça a solidariedade quem abraça a causa dos pobres

Acima já aludimos a certos deslocamentos no modo de a VR no seu todo interpretar sua fidelidade ao Evangelho e aos carismas que lhe são próprios. É assim que se compreende que, diante de uma situação histórica marcada por gritantes desigualdades e falta de mecanismos sociais adequados para enfrentá-las, grande parte dos religiosos e religiosas da América Latina abraçou, com

ardor, a Teologia da Libertação, como expressão da solidariedade com os pobres.

Não é aqui o lugar para um balanço de “perdas e ganhos”. Mas certamente, neste contexto, convém lembrar que, se mudaram as circunstâncias históricas, se pode mesmo ter havido absolutizações indevidas, a causa dos pobres deve continuar mais viva do que nunca. Não só eles continuam numerosos, mas suas condições continuam tão precárias quanto há anos atrás. Pode até ter havido uma certa maquiagem, e mesmo uma melhoria sob certos aspectos, mas substancialmente a problemática de fundo continua a mesma. Basta lembrar os campos da educação e da saúde.

É muito significativo que no Sínodo para a América, mesmo várias vezes que em outros tempos emitiam outros veredictos, agora levantam a bandeira dos pobres, e num tom bem elevado¹⁴. Isto significa que todos reconhecem ser a causa dos pobres uma pedra de toque do próprio Evangelho. Tudo depende como abraçá-la, como colocá-la em prática, e conjugá-la com a VR.

Se retomarmos os pontos acima, com os quais tentamos delinear a fisionomia de uma ética da solidariedade, já percebemos em que direção esta ética interpela a VR: estamos nos comprometendo no sentido de que todos os bens foram destinados por Deus para todos? Estamos ajudando a criar estruturas que, de fato ressaltem a dignidade de todos? O que estamos fazendo para que haja um desenvolvimento integral? Para que os bens, de todos os tipos sejam distribuídos? Temos criatividade para fugir da prisão de modelos “acabados”, buscando formar alternativas?

CONCLUSÃO

Com certeza, o Brasil, o mundo, a VR que a gente quer não existem: são u-tópicos.

14. Cf. Moser, A., Sínodo para a América: apelos e esperanças, *REB* março 1998, 50, s.

Mas eles podem passar a existir, desde que estejamos dispostos a continuamente nos perguntarmos não pelo que nós queremos, mas pelo que Deus quis e quer de nós. A Ética da Solidariedade pode ser definida como aquele empenho pelo qual os seres humanos se relocalam continuamente certas questões fundamentais: de onde viemos e para onde vamos. O *ethos* aponta para a casa de cada um. O *ethos* da solidariedade aponta para a casa que todos devemos construir juntos, solidariamen-

te. É vivendo à luz deste megaprojeto de Deus que a VR poderá e deverá ser um sinal de uma humanidade realmente nova, de irmãos e irmãs, que partilham as tristezas e alegrias, as derrotas e vitórias. Eis o desafio fundamental, que resume todos os outros, e que a Ética da Solidariedade nos coloca de uma maneira muito viva, num momento em que uma utopia histórica desmoronou, mas onde a utopia inspirada no ideal evangélico se torna mais atual do que nunca.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. A atual crise ética se revela pela falta de solidariedade. Quais são, no seu contexto, as principais manifestações deste fato, e que é o que se está fazendo para superar essa crise? Discuta tudo isto com a Comunidade.
2. A solidariedade é um dos eixos dos ensinamentos da Igreja. Na sua comunidade esses ensinamentos são lidos e aprofundados? Quais deles lhes parecem mais importantes e mais estratégicos na atual conjuntura? Como levá-los à prática?
3. As interpelações da ética da solidariedade para a Vida Religiosa hoje são muitas e se apresentam com caráter de urgência. Sua Comunidade (e/ou Província) está tratando de responder a essas interpelações? Como?

O REINO DE DEUS COMO PROPOSTA DE HUMANIZAÇÃO

Pe. Paulo Roberto Gomes, MSC

Não se pode conceber o amor ou entender uma pessoa que ama se ela permanece indiferente à situação e ao destino do outro. O amor tem dimensão pessoal e implicações sociais.

INTRODUÇÃO

O nascimento da modernidade coloca o sujeito como centro do mundo exaltando os valores da subjetividade, consciência, liberdade e pluralismo. Ao mesmo tempo faz a crítica da autoridade e das tradições submetendo tudo, inclusive a religião ao crivo da razão. Se por um lado, a modernidade traz uma série de valores, por outro levanta uma série de questões, desafios e perguntas para aquele que crê. A forma de dominação passa a ser mais sutil, mais planetarizada com a mundialização do mercado e a política neoliberal. Soma-se a tudo isso o fenômeno pós-moderno, não como ruptura, mas como crise cultural da modernidade.

O diálogo com o mundo moderno, tão salientado pelo Vaticano II e hoje mais propriamente com a pós-modernidade, leva-nos a descobrir o sentido de Jesus não só para o crente, como também para o ateu e o indiferente à nossa fé. A CNBB, nos últimos anos, tem falado da presença pública da Igreja na sociedade, presença que

só pode ser eficaz, à medida que acolher os valores, os apelos, as críticas da própria sociedade através do diálogo.

Após 30 anos de Vaticano II, muita coisa mudou na realidade brasileira e latino-americana, sobretudo com Santo Domingo, salientando o protagonismo dos leigos como sujeitos sociais e eclesiais. O presente trabalho apresenta o Reino de Deus como proposta humanizante de Jesus baseando-se na teologia de J.L. Segundo.

A humanização é a vocação primeira de todo ser humano na busca da própria felicidade. Uma vida significativa com a consciência desalienada, liberdade criativa da humanidade voltada para a construção de uma sociedade justa, pressupõe um trabalho conjunto de todos. Jesus é uma figura histórica de engajamento pela humanização dos pobres e excluídos. Para ateus e indiferentes à fé cristã podemos propô-lo como modelo ético. Para os cristãos, o "redentor" é convite e proposta de seguimento.

1. A HUMANIZAÇÃO NA MENSAGEM DO REINO

1.1. A CHAVE POLÍTICA NA COMPREENSÃO DE JESUS

Jesus de Nazaré começa sua missão atraindo de forma apaixonada a atenção de seus contemporâneos e se constituindo um perigo público para as autoridades políticas e religiosas. Quais são os motivos que

fazem sua mensagem tornar-se tão atraente e perigosa? O que um leigo e “filho de carpinteiro” de um pequeno povoado da província da Palestina realiza, fazendo com que o povo o siga e entre em conflito com as autoridades constituídas?¹

Jesus de Nazaré inicia sua missão convidando homens e mulheres a se converterem e a crer na Boa Nova, pois “o tempo se cumpriu e o Reino de Deus está perto” (Cf. Mc 1,15). A esperança de Israel se realiza depois de um longo tempo de espera.

O Reino de Deus ou seu reinado² é o começo de uma situação que se prolongará na história, é a revelação de uma nova forma de autoridade, um governo exercido pelo próprio Deus³.

J. L. Segundo, a partir da chave política, salienta a mensagem e a prática de Jesus nestes termos:

“ Jesus não só anuncia que a força de Deus vai introduzir em Israel um novo governo e criar uma nova sociedade. Jesus prepara esse governo [...]. E isso é política, isto é, uma ideologia política, porque constitui um sistema de eficácia posto a serviço de um plano para estruturar de novo a sociedade de Israel de acordo com a escala de valores que Jesus atribui ao coração de Deus. Daí que seja insensato supor que declarar político a Jesus é deixar sua qualidade de homem religioso, revelador de Deus”⁴.

A Boa Notícia do reinado de Deus revela que seu governo vem para todos aqueles que querem uma mudança em si mes-

mos e na sociedade excludente, destina-se aos pobres, o que provoca oposições de todos os que se acomodaram ao bem estar social, ao uso e abuso do poder, as justificativas de suas posições; aqueles que já receberam a recompensa⁵.

O novo reinado é o cumprimento para Israel do “ano da graça” onde as terras e as riquezas devem ser repartidas com todos os habitantes e se devolve a liberdade aos escravos (Cf. Lv 5, 8-10)⁶.

A preocupação de Deus se dirige de preferência a todos aqueles que foram objetos de desprezo, injustiça e marginalização. Sejam eles bons ou maus, são os destinatários do convite para participarem de seu reinado⁷.

Jesus começa dirigindo sua mensagem aos pequenos, aos marginalizados sociais, aos enfermos, aos desfavorecidos, as pobres vítimas da injustiça, àqueles que perderam as esperanças neste mundo. Esta opção brota da sua intuição a respeito da gratuidade de seu Deus, que quer dar a felicidade aos deserdados deste mundo. Não se trata de uma opção devido às virtudes ou méritos dos destinatários, concedendo-lhes privilégios, mas de uma prioridade política⁸.

A ação de Deus chega até a história diante da desumanização a que o ser humano foi submetido. A partir desta realidade, Jesus se coloca como o profeta do Reino, encarregado de anunciar uma iniciativa salvadora, libertadora, humanizante da parte de Deus que em primeiro lugar quer fazer

1. Cf. Idem, *La história perdida y recuperada de Jesús de Nazaret. De los sinópticos a Pablo*, Sal Terrae, Santander, 1991, p. 118-119.

2. A chave política ajuda na compreensão de Jesus e sua missão, mas não explica tudo. Por isso, é necessário interpretá-lo com outras chaves complementárias. A chave política inclui a religiosa, uma vez que o Povo de Israel não separava política de religião. Cf. *Ibidem*, p. 176-179.

3. Cf. *Ibidem*, p. 154.

4. *Ibidem*, p. 185.

5. Cf. *Ibidem*, p. 156-157.

6. Cf. *Ibidem*, p. 157.

7. Cf. Idem, *O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré*, II/2, Paulinas, São Paulo, 1985, p.142.

8. Cf. Idem, *La historia*, p. 156,158, 161,246-248.

“dos pobres, dos que choram, dos que tem fome”, homens⁹.

Ao mesmo tempo que Jesus fala do Reino, reinado ou governo de Deus, prepara-o através da conscientização. Sua missão vai se realizando ao propor uma ação eficaz de reestruturação da própria sociedade, uma mudança que possibilite a humanização do ser humano. A Alegre Notícia anunciada, manifestando a ação do Pai, revela sua tomada de posição em favor de seu povo. Deus não só diz e faz, mas se revela como Ele mesmo é. Ao manifestar o governo de Deus, Jesus se revela como o “político por excelência” através da “política de Deus”¹⁰ na proposta de uma nova organização social. Há vários textos que mostram que as comunidades e os evangelistas captam de forma clara essa dimensão (Cf. Mc 11,47-48.52; Lc 19,38-40; Mt 9,27-31; 15,21-28; 12,22-23). Os próprios discípulos pensam que a missão do Mestre é restaurar a monarquia e declarar a independência de Israel (Cf. Mc 3,14; 4,34; At 1,6). Mateus e Lucas, dentro da genealogia, ligam Jesus a Davi (Cf. Mt 1,1-7; Lc 3,23-38) mostrando sua autocompreensão na função política de profeta (Cf. Lc 7,16; Mc 8,28; Mt 21,46)¹¹. Portanto, torna-se necessário perceber como se revela o exercício da “política de Deus”.

1.2. A POLÍTICA HUMANIZANTE DE DEUS

O reinado de Deus trazido por Jesus chega de modo especial para aqueles que se encontram numa situação desumanizante: os pobres e excluídos. Se por um lado, o governo

de Deus é universal, destinado a todos; por outro lado, ele se destina de forma preferencial para a última categoria de Israel¹².

O discurso inaugural de Jesus define a preferência de Deus com aqueles que Ele deseja tornar felizes: “os pobres, os que choram, os que tem fome” (Cf. Lc 6,20-21), os que perderam a dignidade humana. Antes de qualquer coisa Deus deseja que homens e mulheres sejam reabilitados, tornem-se pessoas. São os pobres que choram, que passam fome devido à realidade em que se encontram. Dentro da estrutura social de Israel estão numa situação degradante, o que não se trata de sorte ou azar, mas de uma imposição: são o produto de uma sociedade que, em sua organização, exclui multidões, mantendo-se através da injustiça e do empobrecimento do povo. A prioridade política de Deus está em fazer os pobres felizes, o que pressupõe um “ai” aos ricos desta sociedade (Cf. Lc 6,24-26)¹³.

A opção de Jesus ou de Deus não se baseia no valor moral, espiritual ou religioso dessa gente, mas tem como base a opção pela vida, trata-se de uma decisão antropológica que pretende resgatar a própria “humanidade” dos pobres, sacrificada pela injustiça¹⁴.

A política do reinado de Deus, ou seja, sua ação não foge do cotidiano. Pelo contrário, se dirige à história de desumanização dos pobres, para que com medidas históricas, eles construam uma sociedade nova. Dizendo de outra forma: Deus vai agindo na realidade para que não existam mais pobres, que tenham o que comer os famintos e que possam sorrir os que choram¹⁵.

9. Cf. *Ibidem*, p. 158.

10. A expressão “política de Deus” é cunhada por Paul Lehmann e utilizada por J.L. Segundo. Cf. *Idem*, *Teologia aberta para o leigo adulto. A nossa idéia de Deus*, vol. 3, Loyola, São Paulo, 1977, p.59.

11. Cf. *Idem*, *La historia*, p. 129, 132-133.

12. Cf. *Ibidem*, p. 157-158.

13. Cf. *Ibidem*, p. 159.

14. Cf. *Ibidem*, p. 161-162.

15. Cf. *Ibidem*, p. 165.

A "política de Deus"¹⁶ é uma política humanizante e libertadora, um convite a recobrar os ânimos, levantar a cabeça, pois é a libertação que se aproxima (Cf. Lc 21,25-28) com a recuperação da própria dignidade perdida pela dolorosa marginalização que foi imposta a Israel (Cf. Lc 15; Mt 10,6). Trata-se de um lançar fora o medo, enquanto pequeno rebanho (Cf. Lc 12,32), uma busca constante em que só poderão participar os que se esforçam (Cf. Lc 16,16)¹⁷.

A estrutura sociopolítica de Israel mantém-se a partir da religião. Trata-se de uma sociedade teocrática. A autoridade, a política, a exclusão tem como sustento o uso do nome e do poder sagrado de Javé. Em nome de Deus justificam-se as arbitrariedades da própria sociedade¹⁸.

Ao exercer a "política de Deus", Jesus denuncia o uso do nome, da imagem e dos "valores", propostos pelas autoridades de Israel, como se fossem de Deus. No fundo trata-se de artifícios usados para justificar os próprios interesses, que transformam a imagem divina em um "ídolo". A ação e a mensagem de Jesus partem do coração do próprio Pai revelando sua verdadeira imagem, seus valores e seu projeto¹⁹.

Jesus vai desmascarando a ideologia dominante e apresentando o governo de Deus, revelando pouco a pouco o coração gratuito e misericordioso do Pai, que se faz compreensível, na medida que se opta por acolher os desumanizados da sociedade de Israel. A cristologia vai revelando que crer em um Cristo abstrato, sem opções concretas, longe das problemáticas de seu tempo é distanciar-se de quem realmente foi Jesus de

Nazaré e de seu significado. A sociedade, na qual Jesus se encarnou, é conflituosa. Ao implicar-se nas problemáticas de seu tempo, engajando-se no projeto humanizante do Pai com opções bem concretas, os conflitos vão sendo acirrados.

1.3. A OPÇÃO HUMANIZADORA DE JESUS PELOS POBRES E PECADORES

São Paulo já dizia que "a letra mata e o espírito vivifica" (2Cor 3,6). O Evangelho também é letra e pode ser mortal, o que nos faz ver que somente conhecendo o espírito da Lei e do Evangelho poderemos "ter vida e vida em plenitude" (Cf. Jo 10,10). A opção humanizante de Jesus nos introduz no espírito do próprio Evangelho.

Jesus é amigo dos pobres e dos pecadores. Uma das acusações feitas pelos seus adversários rotulam-no de "comilão e beerrão, amigo de publicanos e de gente de má vida" (Cf. Mt 9,10-13; Lc 7,31-35). Numa teocracia acusar Jesus de amigo dos pobres seria politicamente perigoso. Despertaria no próprio povo o preconceito e o desprezo que as autoridades nutriam por ele. Era mais conveniente um argumento religioso. Afinal de contas, os pobres não cumpriam a Lei seja por ignorância ou porque a luta pela sobrevivência os impedia de colocá-la em prática (Cf. Jo 7,49)²⁰.

Os saduceus, grupo dirigente no plano político-religioso, manipulavam a Lei e a religião para manter seu poder introjetando na massa de marginalizados a crença de que eram pecadores e acusando Jesus de ser como eles²¹.

16. Ao abordar Jesus, a partir da chave política, vemos que há uma tradição que o coloca como "Filho de Davi" apontando para o seu aspecto político e popular. João mostra que o povo queria fazê-lo rei (Cf. Jo 6,14-15).

Cf. Ibidem, p. 129.

17. Cf. Ibidem, p. 165-168.

18. Cf. Ibidem, p. 181.

19. Cf. Ibidem, p. 188.

20. Cf. Ibidem, p. 173-174.

21. Cf. Idem, *El caso Mateo. Los comienzos de una ética judeo-cristiana*, Sal Terrae, Santander, 1991, p. 235-236.

Ao fazer sua opção pelos pobres e marginalizados, Jesus mostra que o plano de Deus anunciado e inaugurado, consiste basicamente em restaurar a plena humanidade daqueles que tinham sido privados dela. A fé e a espiritualidade de Jesus traduzem-se em opções concretas, fazendo ver por experiência que o ser humano jamais pode ser instrumentalizado²².

Através da marginalização que desumaniza, de uma situação periférica de exclusão social-política e religiosa, as classes dirigentes fazem recair sobre os pobres a culpabilidade, o desprezo e o repúdio. O caso dos publicanos e prostitutas, que fazem parte de grupos específicos em Israel cujos trabalhos eram considerados desonrosos, é bem ilustrativo. As autoridades nutrem o preconceito e a exclusão, ao passo que Jesus lhes tem simpatia e age com benevolência. Daí aplicarem a Jesus a noção de subversão, desestabilização da ordem social, agitador político ao querer integrar com suas iniciativas, liberdade e reivindicação aqueles que são os pilares da sociedade, mas que lhes vêm negadas toda forma de participação e dignidade²³.

Não se pode conceber o amor ou entender uma pessoa que ama, se ela permanece indiferente à situação, às decisões e ao destino do outro. Ao amarmos, nós confiamos algo próprio de nós mesmos, algo decisivo, que leva sempre a construir um projeto comum. O amor tem uma dimensão pessoal e também implicações sociais e políticas. Jesus assume o amor de forma concreta, apostando sua vida a partir do Reino, como algo decisivo. O projeto do Pai torna-se seu. Sua pretensão está em que o amor aos pequenos seja vivido pelos discípulos e assumido como projeto de vida. Jesus se identifica de tal forma com a realidade dos

últimos, que aquilo que é feito ao menor dos irmãos se refere a Ele (Cf. Mt 25,40). O que afeta os pobres, oprimidos, tidos como ignorantes e pecadores, afeta o coração do próprio Deus²⁴.

Para Jesus, o maior pecador é aquele que se vale da Lei e a cumpre para sua própria segurança, para desencargo de consciência, fazendo com que ela acabe se tornando instrumento de opressão, usada para outras causas que podem ser desumanas e excludentes para aqueles que não podem cumpri-la (Cf. Lc 18,9-14). A Lei pode ser seguida simplesmente por um dever ou obrigação, de forma rígida e formal, sem o exercício da capacidade de amar (Cf. Lc 18,18-27). Sua prática desta forma se degrada em legalismo, juridicismo, letra morta. Para Jesus, o pecado não está na transgressão da Lei, mas no fechamento ao amor que humaniza²⁵.

1.4. O PODER HUMANIZADOR DO REINO

Jesus mostra, através de sua ação taumátúrgica, que seu anúncio vem acompanhado da vida em abundância e plenitude que o Pai quer conceder. O poder de curar enfermidades, expulsar demônios e ressuscitar mortos vai fazendo com que na consciência de seus ouvintes se firme o desejo humanizante de Deus. A doença e a morte representam o lado desumano e de menos vida, seja no sentido físico-biológico ou social. O doente encontra-se em uma situação de dependência, de perda do contato com o mundo externo e de suas relações. Em muitos casos, como dos leprosos, dos feridos, dos possessos, pesa-lhes uma verdadeira exclusão social. Acrescente-se a concepção popular da doença como consequência do pecado ou possessão demoníaca

22. Cf. Idem, *O homem*, p. 305.

23. Cf. *Ibidem*, p. 306.

24. Cf. *Ibidem*, p. 140-141.

25. Cf. Idem, *Mateo*, p. 101,134-135.

ca, o que aumenta ainda mais a exclusão e a alienação infra-humana. O possesso encontra-se num imenso grau de alienação pelo fato de ter sua liberdade e consciência perdidas, entregues a uma força incontornável²⁶. As curas realizadas são captadas pelos discípulos como gestos que sugerem "algo mais". O evangelho de João sintetiza esse ver de forma mais profunda (Cf. Jo 1,45-46), ao dizer-nos que a convivência com Jesus abre paulatinamente os olhos dos apóstolos para buscar o sentido do sinal na vida do Mestre. As curas e exorcismos revelam a maneira compassiva de Deus amar humanizando os preferidos do Reino²⁷.

Os gestos de poder realizados por Jesus, os quais hoje chamamos com o nome de milagres, não podem ser passados por alto numa leitura dos evangelhos. O significado desse poder extraordinário, para aliviar os males e enfermidades, aponta para a preferência de Jesus pelos pobres e necessitados que são curados, para a chegada do Reino e o amor politicamente compassivo de Deus (Cf. Mc 2,41; 3,4). Os próprios sinópticos mostram a luta entre dois poderes: um que oprime e outro que liberta²⁸.

O possesso, na sociedade de Israel, carrega a marca de "perdido" ou marginalizado. O caso do endemoniado de Gerasa (Cf. Mc 5,1-20) ilustra a situação de um homem que "morava nos sepulcros", "a quem ninguém podia prender com correntes" e que "andava dando gritos e ferindo-se com pedras" (v.4-6). Após a libertação, algumas pessoas o encontram "sentado, vestido e em são juízo" (v.15). A ação de Jesus confirma sua mensagem mostrando que o deus alienante proposto pelas

autoridades desaparece, dando lugar ao Deus libertador e humanizador²⁹.

Jesus percorre cidades e povoados, ensinando a Alegre Notícia e curando toda enfermidade e doença (Cf. Mt 9,35). Suas curas, como a do paralisado (Cf. Mc 2,1-12), da filha de Jairo e da hemorroíssa (Cf. Mc 5,21-43) ou do cego de Jericó (Cf. Mc 10,46-52) faz com que as pessoas identifiquem cura ou salvação com a ação do Reino.³⁰

2. O REINO DE DEUS E O CONFLITO

2.1. O CONFLITO: JESUS FRENTE À SOCIEDADE DESUMANIZANTE

O Reino de Deus é por si só exigente e conflitivo ao propor uma tomada de posição ao lado dos pobres e excluídos em coerência de vida através da profecia que desmascara todos os mecanismos desumanizantes. Acolher o Reino de Deus significa assumir o conflito e os riscos. O próprio Jesus, como atestam os evangelhos, não procura o desprezo, o sofrimento, a morte. Eles passam a fazer parte de sua vida porque Jesus se encontra dentro de uma sociedade conflituosa e, pelo fato de sua posição ao lado dos pobres e pecadores, ir contra o exercício do poder das autoridades de Israel³¹.

O anúncio da Alegre Notícia para os deserdados deste mundo será para as autoridades de Israel uma "má notícia" por pressupor denúncia e proposta de nova sociedade. Ao criticar o poder, a Lei, a noção de Deus, as relações humanas e sociais baseadas no preconceito e na discriminação, a

26. Numa sociedade com conhecimentos rudimentares a respeito da medicina atribuíam-se aos espíritos maus as enfermidades. Por isso, alguns evangelistas designam como possessos ou endemoniados o que outro apresenta como afetado por doenças físicas (surdos, mudos ou paralisados) ou com alguma relação com o psíquico (convulsões e perturbações mentais). Cf. Idem, *La historia*, p. 252.

27. Cf. *Ibidem*, p. 246-248.

28. Cf. *Ibidem*, p. 252.

29. Cf. *Ibidem*, p. 253-255.

30. Cf. *Ibidem*, p. 262-263.

31. Cf. Idem, *La historia*, p. 265.

vida de Jesus se torna mais difícil. É verdade que algumas pessoas o ajudam economicamente em seu ministério e Jesus é admirado por muitos que aderem à sua mensagem³². Mas ao revelar as preferências de Deus, Ele introduz uma série de enfrentamentos. Jesus tem que abraçar a dor, a rejeição e a morte (Cf. Mt 26,38; 27,46)³³.

A mensagem e a vida de Jesus causam divisões, que acontecem dentro da própria história, provocando discórdias. O coração dos homens dis-corda do coração de Deus. Afinal de contas, a mensagem de Jesus é uma mensagem profética e Israel sempre teve dificuldades de acolher os profetas.

Jesus conhece bem os problemas da cidade e da área rural. Está inserido nos mecanismos complexos de desumanização, nos jogos de interesses e poder, presente nas festas, problemas e conflitos de seu povo³⁴. Sua postura torna-se um perigo para o "status quo" e para aqueles que usam a religião para justificar seus privilégios e suas riquezas. Sua forma de ser e de agir, manifestando a "política de Deus" (o Reino), leva-o a ser acusado de subversivo e agitador político (Cf. Mc 15,26)³⁵.

Atrás das acusações feitas contra Jesus vigora uma concepção falsa de Deus contra as quais tem que lutar. Sua consciência vai crescendo lentamente a respeito de sua missão e do Pai. No fundo, sua fé é bem diferente daquela vivida pelas autoridades religiosas e pelo próprio povo.

Marcos expressa de forma clara o conflito ao redor de Jesus dividindo Israel em

três grupos: *os de fora*, que têm dificuldades em crer; *os de dentro*, que aderem à mensagem de Jesus e se fazem discípulos e o *povo*. Os de fora são os que se escandalizam frente a Jesus, tornam-se seus adversários, se opõem aos valores humanizantes do Reino. Os de dentro, são os que aderem à sua pessoa e ao seu projeto humanizador, tendo a mesma participação nos conflitos e perseguições (Cf. Mt 5,11-12; Lc 6,22-23). Jesus com o grupo de dentro, seus discípulos, forma a comunidade profética identificada com a causa dos pobres e excluídos³⁶.

O terceiro grupo, o povo, é ouvinte de sua mensagem (Cf. Mc 11,8), o que o considera como profeta (Cf. Mt 12,12) e acolhe sua Palavra com esperança. Trata-se da massa dos marginalizados e oprimidos, dos pobres aos quais o Reino se destina para fazê-los participantes, não como objetos, mas como sujeitos a partir da transformação de suas consciências³⁷.

Os evangelistas, ao comparar a Boa Notícia trazida por Jesus com uma espada (Cf. Lc 12,52; Mt 10,36; Mc 1,15)³⁸, mostram a conflitividade de Israel no plano político feita pela dominação estrangeira e pelas lutas de libertação.

O poder de Jesus chega a equiparar-se ao poder das autoridades religiosas e políticas de Israel, que tendo medo do povo, suspendem muitas vezes os planos para acabar com Ele³⁹. Os adversários ficam cegos devido à raiva que Jesus provoca ao desmascará-los diante do povo, usando uma linguagem tão simples que os mais ignorantes

32. Cf. Idem, *O homem*, p. 116.

33. O que o evangelho de Marcos chama da entrega de Jesus por inveja (Cf. Mc 15,10) se refere a inveja de um poder rival. Cf. Idem, *Teología Abierta. Reflexiones Críticas*, vol 3, Cristiandad, Madrid, 1984, p. 58 e Idem, *O homem*, p. 142.

34. Cf. Idem, *La historia*, p. 171.

35. Cf. Ibidem, p. 180,184 e 279.

36. Cf. Ibidem, p. 237-240.

37. Cf. Ibidem, p. 236-246.

38. Cf. Ibidem, p. 168-173.

39. Cf. Idem, *Reflexiones*, p. 101.

podem compreender⁴⁰. É neste contexto que encontramos as três controvérsias: sobre o sábado, sobre a Lei e sobre o sinal do céu.

Na **controvérsia sobre o sábado** trata-se de um escândalo provocado pelo fato dos discípulos serem vistos arrancando espigas (Mc 2,23-3,6) e o próprio Jesus realizar uma cura em dia sagrado. Jesus tenta justificá-los citando o caso histórico de Davi que cometeu uma profanação ao comer os pães da oferta (Cf. Lv 24,5-9). Na narração não parece que os discípulos estejam com fome. Jesus interpreta de uma nova forma a Lei. O sábado é relativo, o bem do ser humano um absoluto. O mesmo se refere à cura. Antes de qualquer preceito religioso, o ser humano deve saber distinguir o bem do mal⁴¹. Curar alguém sempre será um bem prestado ao outro e a Deus.

Na **controvérsia sobre a Lei** aparece a divisão entre puro e impuro. Os discípulos de Jesus são criticados porque comem sem ter lavado as mãos (Cf. Mc 7,1-23). Esse preceito não está relacionado diretamente com a Lei, mas com uma tradição religiosa do Antigo Testamento sobre comer coisas impuras. Jesus faz uma oposição entre o "fora" e o "dentro", o que mancha ou não o ser humano. A fonte de moralidade não são as tradições ou Leis, mas o coração donde brotam as decisões⁴².

Na **controvérsia sobre o pedido de um sinal do céu** (Cf. Mc 8,11-12; 3,22-30; Lc 11,14-23.29-32; 12,51-57) não se trata da referência a coisas maravilhosas ou milagres realizados por Jesus. O próprio Lucas mostra que o pedido do sinal vem depois da cura de um mudo (Cf. Lc 11,14). O problema se encontra na incerteza dos adversários de Jesus, ao levantar a hipótese que

o mudo poderia ter sido curado pelo poder de Belzebu, príncipe dos demônios. A resposta dada por Jesus é dupla: primeiro, se Satanás está dividido, seu reino não pode subsistir; segundo, o maior sinal é o bem do ser humano, sua humanização. Quem tem sensibilidade histórica reconhece neste sinal a presença de Deus⁴³.

Jesus sempre está muito ligado ao povo com uma linguagem compreensível. A força e o poder do Reino exerce grande atração sobre aqueles que o seguem, revelando a presença de Deus, através da "força libertadora" e arrancando as cadeias que lhes prendem a consciência. Porém, isto não lhe dá sempre o apoio popular. Jesus passa por duas crises em relação ao apoio do povo: uma delas na Galiléia (Cf. Mc 8, 27-33; Jo 6,66-71) e outra, por uma parte da multidão, em Jerusalém, que pede sua morte após tê-lo proclamado "Filho de Davi" e "Messias" (Cf. Mc 11,1; 15,9-15).⁴⁴

O conflito ao redor de Jesus cresce sobretudo com a crise da Galiléia. Depois da cura em dia de sábado, seus adversários começam a organizar um complô contra Ele (Cf. Mc 3,6). Fariseus, herodianos percebem-no como um homem perigoso. O próprio povo que quis fazer d'Ele rei, no imediatismo político, se frustrou (Cf. Jo 6,15). O conflito ao redor de sua pessoa e de sua mensagem leva-o inevitavelmente à morte⁴⁵.

2.2. JESUS DIANTE DA MORTE: FRACASSO DA HUMANIZAÇÃO?

Na Boa Notícia de Jesus sobre o Reino, o projeto de Deus aparece como a humanização dos pobres e marginalizados, que em Israel são rotulados de pecadores. Há um abismo muito grande entre pobres e

40. Cf. *Ibidem*, p. 106.

41. Cf. *Idem*, *La historia*, p. 223-226 e *Idem*, *Reflexiones*, p.125.

42. Cf. *Idem*, *La historia*, p. 226-228.

43. Cf. *Ibidem*, p. 228-232.

44. Cf. *Idem*, *Reflexiones*, p. 127.

45. Cf. *Idem*, *La historia*, p. 264-268.

ricos. Os pobres constituem a multidão que não conhece a Lei (Cf. Jo 7,49) e que sentem sua situação de infortúnio a partir da religião utilizada para encobrir os verdadeiros conflitos⁴⁶. Acrescente-se, o desprezo dos judeus pelos moradores da Galiléia (Cf. Jo 1,46). A mensagem de Jesus desmascara os mecanismos de desumanização. Fazendo a crítica das falsas seguranças e do poder; acirra o conflito.

A subida de Jesus a Jerusalém, acompanhado dos discípulos amedrontados (Cf. Mc 10,32), revela Jesus indo ao encontro de algo decisivo. Subir à Jerusalém significa na tradição javista ir à cidade de Davi, ao Templo de Javé. Lá está a "casa" do Deus do Reino, no lugar da convocação do povo inteiro de Israel. Lá estão os representantes oficiais de Deus, a quem em suas parábolas, Jesus acusa de ter desumanizado e marginalizado o povo blasfemando o nome de Deus. Jesus sente a obrigação de anunciar em Jerusalém sua profecia, mesmo sabendo de sua conflitividade. Em sua consciência está claro o que lhe espera: perseguição, sofrimentos, entrega, cruz e morte (Cf. Mc 8,31; 9,30; 10,32)⁴⁷.

Jesus não ignora que as circunstâncias mudam. O novo conflito não será como antes. Trata-se agora de afrontar o Sinédrio, enfrentar o sumo-sacerdote e escribas (intelectuais da Lei), os anciãos, membros das grandes famílias sacerdotais e do Conselho Consultivo (Cf. Mt 16, 21; Mc 14,53)⁴⁸.

Os fariseus são os primeiros que percebem Jesus como um perigo. Porém, não podendo levar avante seus planos sozinhos, aliam-se aos herodianos, mas não têm êxito.

O próprio Herodes, Pilatos e seguidores vêem em Jesus uma ameaça.

Em Jerusalém, os fariseus aliam-se àqueles que dispõem de meios políticos para desfazer-se d'Ele, acusando-o de fazer agitação política desde a Galiléia (Cf. Lc 23,5). Trata-se de uma trama preparada lentamente. O Sinédrio, formado pelo sumo-sacerdote, escribas e anciãos, julga toda matéria religiosa e civil. Como o sumo-sacerdote é parte do grupo dos saduceus, que por sua vez, são aliados de Herodes e dos romanos, basta alegar uma questão religiosa e pressionar o poder político para condená-lo⁴⁹.

Jesus é acusado de violar o sábado, de blasfêmia ao se colocar acima da Lei ou perdoar pecados e de declarar-se Messias, se bem que nunca Ele o fizesse (Cf. Lc 23,2-5). Uma série de pretextos são apresentados para esconder a conveniência política de querer silenciá-lo (Cf. Jo 11,48-50)⁵⁰.

Jesus, como o profeta da humanização, lentamente prepara a consciência do povo para apreciar e aceitar o Reino, com seus mecanismos históricos e suas radicais transformações no campo da existência⁵¹. Sua sensibilidade, profundidade e eficácia no processo de conscientização dos pobres, pecadores e marginalizados nos desconcerta ao vê-lo diante das autoridades. Não lhe interessa a tomada do poder ou mesmo a defesa diante do inimigo (Cf. Mt 26,53). Sua lógica revela-se como não violência (Cf. Mt. 5,38-42)⁵².

Sua morte põe a pergunta: o projeto do Reino, como humanização dos pobres e oprimidos, fracassa junto com Jesus?

O Reino não chega aos pobres no tempo fixado. Não acontece o fim do mundo para

46. Cf. Idem, *Reflexiones*, p. 78.

47. Cf. Idem, *La historia*, p. 270-272.

48. Cf. *Ibidem*, p. 277-278.

49. Cf. *Ibidem*, p. 279-281.

50. Cf. *Ibidem*, p. 282.

51. Cf. *Ibidem*, p. 284.

52. Jesus não reage contra o poder, não prepara a sua defesa. Assume sua tarefa limitada e específica e deixa o resto para Deus. Cf. *Ibidem*, p. 290.

sua geração. Ele mesmo parece abandonado pelo Pai, em quem tanto acreditou e sempre procurou fazer a vontade. A morte na cruz é o grito desconcertante ante a falta da resposta de Deus. Um desconcertante fracasso. A cruz obscurece a dignidade, o senhorio e o poder de Jesus⁵³, parecendo uma contradição em sua própria história. Quem prega a humanização morre na humilhação, abandonado por todos, recebe o fim ignominioso da cruz destinado a malfeitores e escravos. Jesus morre como um verme, um amaldiçoado por Deus (Cf. Is 53; Dt 21,22-23), dando um grito histórico: "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" (Cf. Mt 27,46; Mc 15,34).

A morte de Jesus, por si só, desligada de sua vida, não tem sentido para nós. Seu valor e sentido estão enraizados na opção a favor dos pobres, dos marginalizados, como aposta no Absoluto⁵⁴. O sentido se encontra em toda sua vida, onde morrer é consequência da coerência de seu projeto. Jesus, como homem sem pretensões de poder (Cf. Fl. 2,6), paga o preço do engajamento pelo Reino. O Pai, por sua vez, toma a defesa do Filho, dando sua resposta através da ressurreição.

2.3. A RESSURREIÇÃO COMO CONFIRMAÇÃO DO PROJETO HUMANIZADOR DE JESUS

A ressurreição de Jesus não é a revivificação de um cadáver. Não se trata também de algo verificável, histórico no sentido empirista. Ela é trans-histórica e se encontra no campo da significação⁵⁵. Falamos de ressurreição de forma inseparável da experiência feita pela comunidade dos discípulos. São os doze, que convivem com Ele em seu ministério público, que o experimentam de forma plena na glória.

A ressurreição aparece como uma nova vida ilimitada e gloriosa. O Cristo que se dá a conhecer, faz com que seus discípulos compreendam o sentido de sua vida, opções e morte. Ela constitui uma explosão de sentido que clareia toda a vida de Jesus e de sua comunidade⁵⁶.

A ressurreição não pode ser verificada empiricamente, caso contrário não exigiria fé e nem esperança (Cf. Rm 8,24). Se fosse algo verificável, já não seria mais uma aposta, um risco, uma entrega total e confiança absoluta em Deus, uma exigência de fé⁵⁷.

Com a ressurreição, Deus confirma o seu projeto humanizador manifestado em Cristo Jesus.

Os evangelhos, escritos à luz da Páscoa, narram as "aparições" onde o Ressuscitado é reinterpretado pelas comunidades de Mateus, Marcos, Lucas e João. Trata-se de um "gênero literário".

Em Marcos as "aparições" não são relatadas. Há apenas um apêndice que fala a respeito delas à Maria Madalena, em Jerusalém, no mesmo dia da Páscoa (Cf. Mc 16,1-20). Mateus se refere a uma "aparicação", em Jerusalém, às mulheres que se dirigem ao sepulcro (Cf. Mt 28,1-10) e outra na Galiléia aos onze discípulos (Cf. Mt 28,16-20). Lucas narra a visita de Simão ao sepulcro vazio (Cf. Lc 24,12), a aparição aos discípulos de Emaús (Cf. Lc 24,13-35) e outra aos discípulos reunidos (Cf. Lc 24,36-52). João fala de duas em Jerusalém, separadas por uma semana e outra à Maria Madalena, junto ao sepulcro vazio (Cf. Jo 20,11-28). O capítulo 21 narra uma nova manifestação junto ao lago.

Nos Atos dos Apóstolos encontramos uma "aparicação" de Jesus quarenta dias de-

53. Cf. *Ibidem*, p. 294.

54. Cf. *Ibidem*, p. 305-307.

55. Cf. *Ibidem*, p. 311-314.

56. Cf. *Ibidem*, p. 325.

57. As aparições de Jesus confirmam a fé existente e ao mesmo tempo revela a verdade sobre a história, Cf. *Ibidem*, p. 329-334.

pois da Páscoa (Cf. At 1,6-11) e outra referindo-se a Paulo sem, contudo, assinalar o local. Aponta somente as proximidades de Damasco, entre 5 a 10 anos depois da ressurreição (Cf. At 9,1-18)⁵⁸.

A dificuldade dos discípulos de reconhecê-lo, movidos pelo medo e alegria (Cf. Mc 6,12; Lc 24,37.41), leva Jesus se fazer reconhecer mostrando algo de sua vida "histórica" que terminou na cruz. Por isso, mostra-lhes as mãos, o lado, come com eles (Cf. Lc 24,36-43), chama Maria carinhosamente (Cf. Jo 20,16), toma o pão, abençoa-o e o parte (Cf. Lc 24,30)⁵⁹. Trata-se de uma nova forma de existência que introduz uma diferença. A ressurreição distingue-se da sua vida histórica. É o mesmo Jesus que viveu e agiu, mas agora vivendo e agindo em plenitude. É outro, mas ao mesmo tempo, o mesmo⁶⁰.

2.4. A COMUNIDADE DIANTE DA RESSURREIÇÃO

A compreensão da ressurreição de Jesus é inerente àqueles que fazem a experiência de suas "aparições". Elas confirmam a fé já existente, os valores daqueles que se aproximam d'Ele e do seu projeto de humanização. A realidade continua sendo a história da luta contra a morte, mas com a confirmação da vitória de Jesus, atestada pelos apóstolos⁶¹.

A ressurreição vem confirmar para a comunidade dos crentes a própria vida de Jesus: suas opções, seu projeto humanizador, sua mensagem e sua maneira de agir. O acento colocado na conversão, significa pôr as próprias opções em sintonia com o coração de Deus e a lógica humanizadora do Reino. A história, para Jesus, tem um ca-

ráter sagrado: a todo instante estamos optando a favor ou contra Deus.⁶²

A comunidade descobre, frente a ressurreição, que há mais do que mera continuidade da vida histórica de Jesus com sua condição de Ressuscitado. Ele é agora o *Kyrios*, o *Messias*, o que foi constituído por Deus como *Senhor e Cristo* (Cf. At 2,36; Cl 3,1; Rm 1,4). Estas experiências que os discípulos têm da sua ressurreição, ou seja, sua vitória como o triunfo de seu projeto sobre a morte, estão associadas ao poder do Reino de Deus que permanece (Cf. Rm 1,4; Mc 9,1)⁶³. Pela morte de Jesus, morre também o Reino. Com sua ressurreição, como explosão de sentido, o próprio Reino ressuscita⁶⁴. São as possibilidades de humanização dentro da história, no "já" e "ainda não", que se liberam com toda sua força, como algo totalmente novo. Pela ressurreição de Jesus, a comunidade dos discípulos capta os seus valores, apostando suas vidas neles como algo definitivo e eternizado. Essa experiência de que o crucificado vive, atua na história e que o Reino continua é expresso por quatro termos no Novo Testamento: ressurreição, regeneração, restauração e recapitulação.

a) Ressurreição

No início do Antigo Testamento acredita-se somente na vida neste mundo. O processo de desenvolvimento da fé, em outra vida para além da morte, é gestado lentamente. A fé na ressurreição confirma-se pela ressurreição de Jesus, como explosão de sentido da vida histórica desse homem e de nós mesmos. Os valores do Reino são eternizados com a confirmação do processo de humanização levado à plenitude, pois

58. Cf. Ibidem, p. 317-319.

59. Cf. Ibidem, p. 326-327.

60. Cf. Ibidem, p. 328, idem, *Teologia aberta para o leigo adulto. Graça e condição humana*, vol 2, Loyola, São Paulo, 1977, p. 82.

61. Cf. Ibidem, p. 331.

62. Cf. Ibidem, p. 344.

63. Cf. Idem, *O homem*, p. 345.

64. Cf. Ibidem, p. 346.

só em Jesus sabemos o que o ser humano é chamado a ser (Cf. Cl 1,15-20)⁶⁵.

b) Restauração e regeneração

A ressurreição de Cristo é considerada como a regeneração e restauração de todas as coisas. Paulo fala da “nova criação” do ser humano e de tudo o que o rodeia (Cf. 2Cor 5,17; Gl 5,15). A “nova terra” supera a primeira com o novo e definitivo florescimento dos valores humanos. Isso significa que o sentido de nossa história, que implica buscas, lutas, engajamento no processo humanizador absolutiza-se. Deus não é mero espectador da história humana, mas seu parceiro, estando presente desde o início até a culminação deste processo (Cf. Ap 21,1; 22,3). A “nova terra” é a libertação de tudo o que nega o ser humano e seus valores, superação da dor, da fadiga, do pranto e da velhice, restaurando a imagem juvenil e o desejo de Deus de que o mundo fosse um paraíso (Cf. Gn 1-2)⁶⁶.

c) Recapitulação

O texto que trata da recapitulação é Ef 1,3-14. Recapitular é o mesmo que “dar cabeça”, ou seja, dar sentido. Só a ressurreição de Cristo dá significado à história humana através da “manifestação da liberdade dos filhos de Deus” (Cf. Rm 8,19.21), onde homens e mulheres percebem que imprimem valores e sentido ao mundo.

A história humana se faz através de liberdades em relação. Não se trata, apenas, do livre arbítrio, escolher isto ou aquilo, mas da liberdade profunda de se posicionar de forma diferente frente aos condicionamentos, construindo nós mesmos, os outros e o próprio mundo. Na ótica da fé dizemos que esta li-

berdade se constrói à medida que levamos avante o Projeto de Deus⁶⁷.

SÍNTESE

Podemos chegar à seguinte conclusão:

1. Jesus usa a chave política para a compreensão do Reino ou Reinado de Deus e de sua missão, contrapondo a “política de Deus” ao poder exercido pelas autoridades de Israel.
2. A “política de Deus” não é outra coisa senão o processo de humanização dos pobres, rotulados como pecadores, levado avante por Jesus e preparado lentamente na consciência de seus ouvintes.
3. Jesus desmascara a ideologia das autoridades de Israel, revelando o poder do Reino através das curas e exorcismos como libertação das alienações humanas. Esses são os meios que Jesus utiliza para que sua fé seja eficaz.
4. A postura de Jesus de Nazaré, dentro de uma sociedade conflituosa, acirra ainda mais o conflito, conduzindo-o à morte trágica. A cruz torna-se desconcertante para todos aqueles que confiam n’Ele e no poder do Reino de Deus. Frustram-se as esperanças. O Reino morre junto com o Crucificado.
5. À luz da ressurreição, como dado transcendente, a comunidade retoma suas esperanças e compreende o sentido de todo o vivido. Essa explosão de sentido do Projeto Humanizador de Deus, faz a comunidade interpretá-la como a restauração de todas as coisas marcadas pelo pecado, regeneração plena e total, recapitulação do gênero humano e das coisas criadas, cujo sentido último e definitivo está no Cristo Senhor.

65. Cf. Ibidem, p. 366-367.

66. Cf. Ibidem, p. 375-376.

67. Cf. Ibidem, p. 377 e 391.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Jesus de Nazaré inicia sua missão convidando homens e mulheres a se converterem e a crer na Boa Nova do Reino. O que isto significa hoje, em termos práticos, para os cristãos e cristãs de um modo geral e, mais concretamente, para a Vida Religiosa? Procure aprofundar na oração pessoal e na partilha em Comunidade esse convite de Jesus.
2. Em que consiste a opção humanizadora de Jesus pelos pobres e pecadores, e como essa opção interpela os religiosos e religiosas hoje?
3. O conflito na vida de Jesus tem sua origem precisamente nessa proposta humanizadora, em contraste com as práticas e estruturas sociais desumanizantes da sua época. Como Jesus assume esse conflito? O que isso tem a ver com o nosso compromisso de seguidores de Jesus hoje?
4. O autor faz uma síntese do seu texto em cinco pontos, a modo de conclusão. Procure aprofundar em Comunidade as idéias desta síntese conclusiva do texto.

CONTEMPLAÇÃO NO SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO

Ir. Delir Brunelli, CF

A EXPERIÊNCIA DE CLARA DE ASSIS

Contemplar: ver com os olhos do coração. Sentir de outro jeito. Perceber o que as análises sozinhas não dizem porque não conseguem.

Clara de Assis (1194-1253) é uma grande mestra da espiritualidade cristã¹. Sua experiência se inscreve no contexto vivo e dinâmico dos séculos XI-XIII, quando surgem muitos movimentos religiosos, com a participação ativa de um grande número de mulheres.

Inspirada por Deus e animada por Francisco de Assis, Clara rompe com a família e com seu meio social para seguir Jesus Cristo na condição dos pobres de seu tempo². Busca uma alternativa de vida cristã que foge ao modelo monástico e inova também em relação aos movimentos religiosos femininos daquele período. Com grande sabedoria, vai traçando um itinerário espiritual que pode ser expresso em poucas pala-

avras: seguir Jesus Cristo, o Filho de Deus que se fez Caminho e Espelho, quando assumiu a condição humana na forma do Servo e foi obediente até a morte de cruz.

O mistério da encarnação está na raiz da espiritualidade clariana. Não só o fato da encarnação, mas a encarnação como aconteceu de fato: em pobreza e total despojamento. Nesse mistério, Clara percebe a solidariedade especial de Deus para com os pequenos e pobres, com os destituídos de poder e de bens, com os marginalizados e excluídos do convívio social.

Pobreza e irmandade concretizam a “sequela Christi” e tornam-se as vigas mestras da forma de vida clariana. Através da mística dos esponsais, Clara destaca a relação pessoal com Jesus Cristo, a partilha de vida e a comunhão de destino com o Pobre e Crucificado. Através da mística da maternidade, acentua o compromisso de gerar vida nova, de produzir frutos que permaneçam.

Mas a originalidade da proposta clariana se manifesta, de forma particular, ao inserir a contemplação na dinâmica do seguimento.

1. É uma das poucas mulheres da Idade Média de quem foram conservados escritos. Temos uma Regra, um Testamento, uma Bênção e cinco cartas, sendo quatro a Inês de Praga e uma a Ermentrudes de Bruges. Para os escritos de Clara de Assis, em português, veja: *Fontes Clarianas*. Tradução, introdução e notas de Frei José Carlos PEDROSO. Vozes/CEFEPAL, Petrópolis 1994².
2. Clara deixa a casa paterna no Domingo de Ramos de 1212, aos 18 anos de idade. Depois de alguns dias, é seguida por sua irmã Inês e vão morar junto à Igreja de São Damião, reconstruída por Francisco. Em agosto, com a chegada de Pacífica, o grupo começa a crescer.

Trata-se de um **seguimento contemplativo** que transforma e irradia. A metáfora do espelho é usada para falar desta experiência e para proclamar uma verdade pouco reconhecida na Idade Média: também as mulheres que seguem o Caminho e contemplam o Espelho participam da graça cristificante e podem refletir em sua face descoberta a imagem da divindade.

É este aspecto contemplativo da experiência de Clara de Assis que se pretende abordar neste artigo³. O primeiro item mostra que a contemplação clariana se desenvolve através de um método simples, que harmoniza a participação dos sentidos, da mente e do coração; o segundo, acentua que se trata de uma contemplação que transforma, diviniza e se desdobra em testemunho.

1. OLHE, CONSIDERE, CONTEMPLA...

Nos últimos séculos, entendeu-se a vida contemplativa como um determinado tipo de vida consagrada na Igreja. Os carismas das diversas ordens e institutos religiosos foram classificados em contemplativos e apostólicos, com base numa espécie de polarização entre o Jesus orante e o Jesus que anuncia o Reino de Deus. Os carismas contemplativos tiveram como característica determinante a oração intensa favorecida pela clausura, em particular no caso das mulheres. Esta visão redutiva foi um grande prejuízo para a Igreja, pois dispensou a grande maioria dos cristãos e cristãs — incluindo os membros dos institutos religiosos de “vida apostólica” — de buscar a contemplação como experiência de vida cristã.

Os tempos atuais trouxeram de volta a pergunta pelo sentido e a possibilidade da contemplação em qualquer tipo de vida, no horizonte do seguimento de Jesus Cristo e do compromisso com a causa do Reino. Na América Latina fala-se em “contemplação na ação”, “contemplação no compromisso”, “contemplativos na libertação”, como experiência profunda de Deus na história, na realidade misturada de graça e de pecado, onde se realiza a luta concreta em favor da vida e onde atua o Espírito de Deus⁴. Neste sentido, Clara de Assis tem uma palavra autorizada a nos dizer. Para ela, a contemplação não é algo distinto de sua opção radical por Jesus Cristo, mas é dimensão intrínseca e indispensável desta mesma opção.

Para expressar sua experiência contemplativa, Clara usa a metáfora do espelho, muito conhecida na Idade Média, mas o faz de forma original ao aplicá-la a Jesus Cristo, tanto em sua divindade como em sua humanidade.

Os grandes mestres da contemplação falam em passos, etapas, graus e degraus para se chegar à experiência contemplativa⁵. Também Clara elaborou seu método, mas sem se prender a nenhuma das grandes correntes. É um método simples, que brota da experiência e não se detém em grandes explicações e considerações. Pode ser resumido em três verbos que aparecem juntos duas vezes nas Cartas a Inês de Praga: **olhar, considerar, contemplar** (cf. 2CIn 20; 4CIn 19-23).

Inserida na perspectiva do seguimento de Jesus Cristo pobre e crucificado, a contemplação clariana envolve a pessoa inteira. Não tem dificuldade em harmonizar a participação dos sentidos, da mente e do cora-

3. O tema aqui proposto faz parte de um estudo mais amplo, a ser publicado por Editora Vozes, sob o título “Ele se fez Caminho e Espelho”.

4. Cf., entre outros: L. BOFF. *Contemplativus in liberatione*. In: *REB* 39 (1979) 571-580; P. CASALDÁLIGA – J. M. VIGIL. *Espiritualidade da Libertação*. Vozes, Petrópolis 1994, 129-146; CRB. *A Leitura Orante da Bíblia*. Loyola/CRB, São Paulo 1990, 20-36; S. GALILEA. A libertação como encontro da política e da contemplação. In: *Concilium* 96(1974) 702-713.

5. Cf. A. BLASUCCI – B. CALATI – R. GRÉGOIRE. *La spiritualità del Medioevo*. Storia della Spiritualità, vol. 4. Borla, Roma 1988, 35-38; São BOAVENTURA. *De triplici via*. In: *Obras de San Buenaventura*, vol. IV. B.A.C., Madrid 1947, 114-163; CRB. *A Leitura Orante da Bíblia*. Op. cit., 16-32.

ção, sem acentuar demasiadamente um aspecto em detrimento do outro.

Para Clara, o Filho de Deus se fez para nós Caminho ao assumir a nossa humanidade na forma do Servo. Ao mesmo tempo, ele se fez também Espelho. A via contemplativa de Clara é a mesma do seguimento: o mistério da encarnação, sintetizado no presépio, na vida pública e na cruz. É uma via-espelho, onde se reflete a pobreza, a humildade e a caridade do Filho de Deus. Contemplar este espelho todos os dias, sem cessar, é também andar por este caminho sem desfalecer, com passo ligeiro e pé seguro; colocar a mente, a alma e o coração no espelho é também colocar os pés nas pegadas de Jesus Cristo.

1.1. Olhar a pobreza

O seguimento contemplativo de Jesus Cristo envolve o olhar. Em São João, a primeira proposta-exigência de Jesus aos discípulos é esta: *vinde e vede* (Jo 1,39). “Ver” é atitude fundamental para quem deseja seguir as pegadas de Jesus de Nazaré, assim como “ouvir”, “seguir” e “servir”⁶.

O seguimento começa com um encontro, com um ver, ouvir, tocar, apalpar. As mulheres que se aproximam de Jesus, que convivem com ele e o seguem, fazem esta experiência. Elas olham (cf. Mc 15,40); ouvem (cf. Lc 10,39); tocam (cf. Lc 7,38; Mc 5,27); falam (cf. Jo 4,9-26; 11,21-27); perfumam (cf. Lc 7,38; Jo 12,3; Mc 14,3). A experiência dos sentidos é fundamental para o testemunho. São João, em sua primeira carta, assim a expressa: *o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos e nossas mãos apalparam... vo-lo anunciamos* (1Jo 1,1-3). O testemunho daquele que viu

não pode ser contestado, pois é verdadeiro (cf. Jo 19,35). O “ver” — que sintetiza toda a experiência — leva ao “permanecer”: *Eles foram e viram onde morava e permaneceram com ele...* (Jo 1,39).

Na simbologia do espelho, o olhar se destaca de um modo especial. Clara explora de várias formas esta simbologia e faz do olhar uma espécie de síntese para expressar o envolvimento de todos os sentidos no seguimento contemplativo de Jesus Cristo. Quando ela diz “olhe”, diz também “toque”, “ouça”, “experimente”, “sinta o perfume e o sabor”. Todos esses aspectos aparecem em relação a Jesus. Clara convida Inês a olhar sua beleza machucada e violentada (cf. 1CIn 9; 2CIn 19s; 3CIn 16; 4CIn 10); a abraçá-lo (cf. 2CIn 18); tocá-lo (cf. 2CIn 8); sentir seu perfume (cf. 4CIn 13); ouvir sua voz (cf. 4CIn 24-26); saborear a doçura que experimentam os amigos (cf. 3CIn 14)⁷.

Ao falar do espelho, o convite é para olhar a pobreza de Jesus: *Olhe dentro desse espelho todos os dias... Preste atenção... no princípio, à pobreza deste espelho posto no presépio e envolto em panos. Admirável humildade, estupenda pobreza! O Rei dos anjos repousa numa manjedoura* (4CIn 15.19-21).

Não se trata de uma postura romântica diante do presépio, mas de uma experiência real de pobreza, que é privação de bens e também humilhação e desprezo, tal como o Filho de Deus que *vinde a um seio virginal, quis aparecer no mundo desprezado, indigente e pobre* (1CIn 19).

Pode-se pensar que os pobres, a quem Clara muito amava e estendia a mão com prazer (cf. LegC 3; ProcC 1,3; 17,1), pessoas concretas que viviam nas periferias e ruelas de Assis e freqüentavam São Damião em busca de auxí-

6. Um estudo sintético sobre esses quatro verbos, no NT, encontra-se em: A. M. TEPEDINO. *As discípulas de Jesus*. Vozes, Petrópolis 1990, 23-55.

7. Na via contemplativa das diversas correntes de espiritualidade, as realidades sensíveis recebem pouco destaque. O olhar sobre a humanidade de Cristo aparece, no máximo, como etapa necessária aos principiantes, ou como um primeiro degrau que logo deve ser ultrapassado pela mente. Cf. J. M. DÉCHANET. *La contemplation au XII^e siècle*. In: *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique*, vol. II/2, 1956 e 1962.

lio, esses pobres estavam ali, presentes nas feições humanas do Filho de Deus envolto em panos e reclinado numa manjedoura.

O primeiro passo na via da contemplação clariana não consiste em penetrar dentro de si para descobrir a própria miséria, mas em sair de si e olhar a miséria do outro e da outra. Não é a luta contra vícios e paixões, num árduo exercício de humildade, mas a opção decidida pela pobreza, como o caminho escolhido pelo Filho de Deus⁸. O realismo da opção feita na juventude e a dura batalha travada durante toda a vida para permanecer fiel a esta opção não deixam Clara idealizar ou espiritualizar a pobreza. Esta é muito concreta e pode ser vista. “Olhe! Ele está ali, envolto em panos”.

Quem sofre a pobreza, em primeiro lugar, a sofre em seu corpo. É a fome, a sede, a nudez, o cansaço, a doença, o desabrigo... Da mesma forma, quem percebe a pobreza, antes de tudo, a percebe pelos sentidos. É assim que se abre o caminho evangélico da solidariedade e da partilha de vida, que é justamente a proposta do Espelho posto no presépio. O gesto solidário de Clara para com os destituídos de bens e de poder, rompendo com o modelo social, econômico e político de seu tempo, tem como razão fundamental o mistério da encarnação do Filho de Deus, sintetizado no presépio. Ela fez primeiro o que depois recomendou à amiga: *Veja como por você ele se fez desprezível e o siga, sendo desprezível por ele neste mundo* (2CIn 19).

1.2. Considerar a humildade

O seguimento de Jesus envolve a mente, a inteligência, a razão. Várias vezes Jesus

questiona os discípulos porque não compreendem ou porque são tardos para entender suas palavras e suas ações. Depois, ele mesmo mostra o sentido dos sinais que realiza, explica as parábolas e as Escrituras⁹.

Para seguir Jesus é necessário compreender o mistério que o envolve. Segundo Clara, a consideração leva a perceber a humildade, o contraste que escandaliza e fascina: o Rei dos anjos está envolto em panos numa manjedoura (cf. 4CIn 19-21); aquele que rege o céu e a terra aparece no mundo desprezado, indigente e pobre (cf. 1CIn 19s); o Filho do Altíssimo é acolhido no pequeno claustro do seio de Maria (cf. 3CIn 17-19).

Pobreza e humildade formam uma dupla inseparável nos escritos de Clara e constituem quase uma constante nos textos que falam sobre o seguimento (cf. RegC 8,2; 12,13; TestC 46.56; 2CIn 7; 3CIn 4.7.25; 4CIn 19-22). Esta preferência mostra que o enfoque particular sob o qual ela entende o mistério da encarnação e a “sequela Christi” é o mesmo de Francisco¹⁰.

A pobreza põe em destaque a vida na condição dos pobres e a humildade expressa o mais profundo da pobreza, o rebaixamento, a humilhação, o desprezo. Na prática, para Clara, significou assumir uma vida pobre, sem a garantia dos bens de propriedade, ou seja, assumir a condição dos excluídos, daqueles cuja história não foi recolhida nos registros oficiais da época. Se a pobreza é a negação das riquezas, a humildade é a negação do poder. O seguimento de Jesus Cristo exige as duas dimensões.

A consideração deve levar a compreender a motivação salvífica da humildade

8. Para São Bernardo, na primeira etapa o monge toma consciência de sua miséria e se exercita na humildade, procurando vencer vícios e paixões. Cf. *De gradibus humilitatis et superbie* 4,13-15. PL 182, 948d-950c. Citado in: J. M. DÉCHANET. La contemplation au XII^e siècle. Art. cit., 1949.

9. Esse tema do não entendimento dos discípulos é particularmente sublinhado por Marcos, mas aparece também em Mateus e Lucas. Cf. *Bíblia de Jerusalém*. Mc 4,13 nota b.

10. A associação pobreza-humildade é freqüente em Francisco e perpassa todas as fontes franciscanas. Cf. G. IAMMARRONE. La “sequela di Cristo” nelle fonti francescane. In: *Miscellanea Francescana* 82(1982) 421-458, esp. 430-432; F. URIBE. Cristo en la experiencia y en las enseñanzas de Santa Clara. In: *Selecciones de Franciscanismo* 22(1993) 461s.

de Jesus Cristo. O Filho de Deus se despojou e se fez servo para nos tornar ricos (cf. 1CIn 20); por nossa salvação (cf. 2CIn 20); por nosso amor (cf. 3CIn 15); pela redenção do gênero humano (cf. 4CIn 22). Deve levar também a discernir as reais motivações de nossa resposta. É “por ele”, diz Clara a Inês (cf. 2CIn 19).

Os estudos bíblicos e teológicos ajudam a entender o mistério cristão. Em seus escritos, Clara revela uma formação teológica bastante sólida, adquirida certamente através da escuta atenta da Palavra de Deus, na pregação e na liturgia, e da reflexão pessoal posterior. Uma das irmãs dá esse testemunho: *dona Clara gostava muito de ouvir a Palavra de Deus. E, embora não tivesse estudado letras, ouvia de boa vontade as pregações literatas* (ProcC 10,8).

Para o seguimento contemplativo de Jesus Cristo é necessário também compreender a realidade em suas muitas dimensões, uma vez que o seguimento se realiza sempre dentro e a partir de uma realidade histórica bem concreta. É no tempo e no espaço, numa gama de relações e de decisões, que o seguimento de Jesus Cristo vai se concretizando.

Ao longo de sua vida, nas decisões que assumiu e nas lutas que sustentou, Clara mostrou-se profunda conhecedora da realidade onde estava inserida. Quando decidiu não ter propriedades e pediu o “Privilégio da Pobreza”; quando renunciou à condição de nobre e estabeleceu em São Damião um estilo de vida onde não se fazia distinção de classes; quando renunciou ao uso do título de abadessa e organizou democraticamente sua comunidade; ou ainda quando resistiu às pressões do papa Gregório IX (1227-1241), não estava agindo por simples intuição, mas sabendo exatamente o que desejava e em que terreno estava pisando.

Considerar a humildade de Jesus Cristo, suas fadigas e penas sem conta, significa aprofundar o mistério da encarnação do Filho de Deus em sua dimensão essencial de kénosis, de pobreza e despojamento, para que este mistério se renove também hoje, nas diferentes realidades onde vivemos e atuamos.

1.3. Contemplar a caridade

O seguimento contemplativo de Jesus Cristo envolve o coração. Na terceira Carta, Clara convida Inês a colocar no Espelho *a mente, a alma e o coração* (cf. 3CIn 12s). E na Carta seguinte acrescenta: *Feliz, decerto, é você que pode participar desse banquete sagrado para unir-se com todas as fibras do coração àquele... cuja afeição apaixonada... o espelho sem mancha* (4CIn 9.11.14).

Ao falar do coração nas relações com Deus e com Jesus Cristo, Clara se inspira mais na Escritura do que nas correntes contemplativas do seu tempo¹¹. A Bíblia, de fato, dá grande importância ao coração. É o lugar das opções decisivas do ser humano e da ação misteriosa e misericordiosa de Deus. A Aliança que Deus faz com seu povo passa pelo coração e exige abertura, acolhida, compromisso. A primeira obrigação de Israel é procurar Iahweh com todo o coração e com toda a alma, se quiser de fato encontrá-lo (cf. Dt 4,29). Como parceiro de Iahweh na Aliança, deve amá-lo com todo o coração, com toda a alma, com todas as suas forças (cf. Dt 6,5). É chamado a abandonar os ídolos, a fixar só em Iahweh seu coração e só a ele servir (cf. 1Sm 7,3). O próprio Deus se encarrega de conceder a Israel um coração novo, totalmente purificado, para garantir a fidelidade à Aliança (cf. Dt 30,6; Jr 31,33; 32,39; Ez 36,25s).

O Novo Testamento segue na mesma linha. A Nova Aliança, firmada em Jesus

11. A participação do coração na via contemplativa é acentuada, no século XII, pela corrente beneditina cisterciense. Guilherme de Saint Thierry dá mais destaque aos “olhos do coração” do que à inteligência. Cf. *Le Miroir de la Foi*, 96-122. SC 301. Les Éditions du Cerf, Paris, 1982, 166-193. Já na corrente vitorina, a parte maior cabe à inteligência. Cf. J.M. DÉCHANET. *La contemplation au XII^e siècle*. Art. cit., 1953 e 1965.

Cristo, também exige amar a Deus de todo o coração (cf. Mt 27,37). Nas bem-aventuranças, aos puros de coração é prometida a visão de Deus (cf. Mt 5,8). Paulo pede a Deus que ilumine os olhos do coração dos efésios para que entendam a própria vocação (cf. Ef 1,8s). Pede também que sejam fortalecidos pelo Espírito e que Cristo habite em seus corações. Assim, poderão conhecer o mistério do amor de Cristo, que ultrapassa todo conhecimento humano, e experimentar a plenitude da vida de Deus (cf. Ef 3,16-19).

Também para Clara o coração é o lugar da aliança dialogal com Deus e expressa a radicalidade da resposta, o envolvimento total, a comunhão que faz saborear o divino. Inês podia ter gozado das pompas e honras deste mundo desposando o imperador, mas preferiu a pobreza *com toda a alma e com todo o afeto do coração* (1CIn 6). Agora, não pode desanimar diante das dificuldades, mas deve colocar a mente, a alma e o coração no “Espelho”, deve unir-se a ele *com todas as fibras do coração*. Assim poderá experimentar a doçura que Deus reservou a seus amigos (cf. 3CIn 12-14; 4CIn 9).

Deus também tem coração. Esse aspecto é decisivo para se entender o convite de Clara quando diz a Inês: *contemple a caridade inefável com que quis padecer no lenho da cruz e nela morrer a morte mais vergonhosa* (4CIn 23).

Falar do coração de Deus é falar de sua misericórdia, de suas entranhas maternas. O texto de Oséias 11 é muito significativo. Iahweh amou Israel desde menino, cuidou dele no deserto, envolveu-o em laços maternos. Quando pensa em castigá-lo por suas infidelidades, seu coração se contorce, suas entranhas se comovem. Afinal, ele é Deus e não ser humano!

A perfeição de Deus é expressa por Lucas em termos de misericórdia e o mesmo se exige dos discípulos e discípulas

(cf. Lc 6,36; Mt 5,48). A primeira carta joanina é clara: o amor de Deus só permanece em quem não fecha seu coração, suas entranhas, aos necessitados (cf. 1Jo 3,17).

Este amor misericordioso de Deus se manifesta sobretudo na cruz de Cristo. Ali se percebe de maneira inequívoca que Deus colocou seu coração na miséria humana, levando ao extremo o seu amor. O escândalo da cruz é o escândalo do amor, o escândalo do coração de um Deus apaixonado. Diante deste escândalo, os discípulos fogem. Mas algumas mulheres permanecem e contemplam o mistério que as ultrapassa. Buscam penetrar esse mistério¹². Comungam a dor e a solidão daquele que destituído de todo poder, totalmente aniquilado, só “pode” amar.

O Jesus de Clara é pobre, humilde e crucificado. Essas três dimensões correspondem ao ver, considerar e contemplar. A contemplação sintetiza todo o processo, reassume e redimensiona o ver e o considerar. Contemplar é ver com outros olhos, é sentir de outro jeito, é perceber o que as análises sozinhas não dizem. Contemplar é ver com os olhos do coração, mas do coração de Deus, que é compassivo e misericordioso.

Não se trata só de colocar afeto, o que poderia se reduzir a sentimentalismo. Contemplar é sentir e perceber a caridade de Deus manifestada em Jesus Cristo e revestir-se desta mesma caridade, revestir-se de Cristo (cf. Gl 3,27; Ef 4,24), ter o mesmo sentimento de Cristo que se despojou até a cruz (cf. Fl 2,5). É isto que Clara propõe e deseja a Inês: *Tomara que você se inflame cada vez mais no ardor dessa caridade...* (4CIn 27).

Olhar e considerar podem ser atitudes simplesmente humanas. Olhamos Jesus e estudamos o Evangelho até seus mínimos detalhes; olhamos a realidade e analisamos as causas da pobreza, da violência; da exclusão de tantos milhões de pessoas. A contemplação vai fazer a diferença. Não dispen-

12. Cf. A. M. TEPEDINO. *As discípulas de Jesus*. Op. cit., 94.

sa o ver e o considerar, mas lhes confere um toque especial. É a diferença do Espírito. Contemplar é abrir-se ao Espírito que renova, transforma e impulsiona ao testemunho.

2. TRANFORME-SE E TESTEMUNHE!

A vida cristã, no Novo Testamento, é apresentada como vida nova. A mudança radical que o Reino de Deus exige, a “metanoia” (cf. Mt 3,2; Mc 1,15), equivale a um novo nascimento (cf. Jo 3,5).

Existe uma dupla dimensão da vida nova: a conversão no seguimento de Jesus Cristo e a cristificação. As duas são obra do Espírito (cf. Jo 3,5; 2Cor 3,17s), mas na primeira se acentua a resposta humana, enquanto na segunda se coloca em destaque a ação gratuita de Deus.

A contemplação clariana inclui as duas dimensões. Nos textos onde é usada a metáfora do espelho, o processo de conversão no seguimento de Jesus aparece como embelezamento e com-paixão; já a cristificação é vista como participação na vida divina, antecipando a comunhão escatológica.

O testemunho também está presente na espiritualidade de Clara. Ser espelho de Cristo não é nenhum privilégio, mas uma vocação missionária, um chamado a revelar, com a própria vida, o projeto de Deus manifestado em Jesus Cristo.

2.1. Embelezamento e com-paixão

Segundo os Evangelhos, Deus nos quer semelhantes a ele em perfeição e misericórdia (cf. Mt 5,48; Lc 6,36). Nesta síntese está incluído também o mandamento da beleza, que poderia ser expresso desta forma: *Sede belos(as), como o vosso Pai celeste é belo.*

Na teologia e na espiritualidade dos últimos séculos, a irrupção do divino na beleza foi pouco percebida. A racionalização excessiva banalizou o belo; o moralismo o colocou sob suspeita e o pragmatismo o considerou inútil¹³.

Hoje se percebe uma busca de resgate da beleza e começa a aparecer a relação entre teologia e estética, mística e estética. A espiritualidade franciscariana pode contribuir neste sentido. Para Francisco de Assis, a beleza é um importante atributo divino. Ele louva a Deus com estas palavras: *Tu és a Alegria e o Júbilo! Tu és a Beleza!* (LvDA 4s). As criaturas são todas belas e refletem o Criador (cf. CSol 8; 1Cel 81; EspP 116). Nelas, diz São Boaventura, Francisco contemplava o Belíssimo (cf. LegM 9,1).

A contribuição de Clara é cristológica. Ela contempla a glória/beleza de Deus que se reflete na face de Cristo, como diz o Novo Testamento (cf. 2Cor 4,6; Hb 1,3). O tema da beleza aparece nas quatro Cartas, o que significa que é fundamental e constante na espiritualidade clariana. Jesus Cristo é “belo” (cf. 1CIn 9), ou melhor, é *o mais belo entre os filhos dos homens* (2CIn 20). O sol e a lua e todos os batalhões do céu admiram sem cessar sua beleza (cf. 3CIn 16; 4CIn 10). Mas interessa a Clara não tanto exaltar a beleza/glória do Filho de Deus, como fazer perceber que esta beleza se manifestou na face do homem Jesus de Nazaré e, mais ainda, chamar a atenção para o contraste: aquele que é tão belo está machucado e desfigurado, por motivos salvíficos.

A beleza de Jesus Cristo não só extasia Clara, mas a seduz e apaixonava. Nasce um desejo ardente de segui-lo, de tornar-se semelhante a ele, de revestir-se de igual beleza. A simbologia do espelho, melhor do que qualquer outra, é adequada para expressar a transformação que se opera em quem é capaz de contemplar a beleza.

13. R. FISICHELLA. Beleza. In: *Dicionário de Teologia Fundamental*, Vozes, Petrópolis – Santuário, Aparecida 1994, 107.

Para nossa sensibilidade atual, parece fora de contexto falar do seguimento de Jesus Cristo em termos de “embelezamento”. Mas não para Clara. Ela escreve a Inês: *Olhe dentro desse espelho todos os dias... e espelhe nele, sem cessar, o seu rosto, para enfeitar-se toda, interior e exteriormente...* (4CIn 15-17).

O espelho de Clara serve como meio para Inês se enfeitar e também como ponto de referência para verificar a própria beleza¹⁴. Espelhar-se nele significa confrontar a própria vida com a vida de Jesus e com a palavra que ele anuncia. Embelezar-se externamente é percorrer o mesmo caminho, na realidade concreta em que se está vivendo. Embelezar-se internamente é assumir a via de Jesus com o mesmo espírito, com o “mesmo sentimento” (cf. Fl 2,5).

O seguimento de Jesus, pensado como processo de embelezamento, coloca em destaque a dimensão contemplativa e o importante aspecto da alegria e do gozo que acompanham o encontro e a convivência com alguém que se ama.

A tradição nos habituou a considerar a vida cristã como obrigação, expressa na busca da verdade, na observância de mandamentos e preceitos, na prática da renúncia e da ascese. Hoje se traduz esta obrigação como luta, caminhada e compromisso, mas corre-se o mesmo risco: tornar a vida cristã um fardo de responsabilidades, sem nenhuma beleza.

A vida de Clara não foi menos dura e seu empenho não foi menor do que hoje se exige. Os testemunhos são abundantes neste sentido. Mas nota-se em Clara uma jovialidade, uma leveza e alegria que não só causam admiração, mas questionam e atraem. A contemplação a transforma também externamente, dando-lhe mais beleza e ternura (cf. ProcC 4,4; 6,3).

Por isso, quando escreve a Inês dizendo que deve tornar-se bela, quer expressar também o gozo, a vibração e a alegria de viver o seguimento de Jesus. É o segredo de uma mulher apaixonada não só por uma causa, mas também por Alguém, e que se deixa envolver inteiramente por esta experiência, com liberdade e ousadia. Uma mulher que se faz bela porque se sente enamorada e, por isso mesmo, é capaz de comungar profundamente os anseios daquele a quem ama e também de dar sua vida para que tais anseios se realizem.

Mas pode-se perguntar: é possível pensar o seguimento de Jesus Cristo em termos de embelezamento, sem deixar o chão concreto onde se desenrola a aventura de seguir o Pobre Crucificado? Para evitar este risco, Clara une embelezamento e com-paixão. O Filho de Deus está no meio de nós na condição de servo, despojado, humilhado, excluído. Por isso, o embelezamento clariano passa pela solidariedade, como caminho para resgatar a beleza ferida e violentada.

Na Regra, Clara faz uma síntese das principais características de sua vida e da vida de suas irmãs: *Vendo o bem-aventurado pai que não tínhamos nenhuma pobreza, trabalho, tribulação, humilhação e desprezo do mundo...* (RegC 6,2; cf. TestC 27).

Estas características aparecem nas Cartas como aspectos essenciais da vida humana de Jesus, aspectos que Inês deve contemplar. O texto mais explícito está na segunda Carta: *...contemple o seu esposo, o mais belo entre os filhos dos homens, feito por sua salvação o mais vil de todos, desprezado, ferido e tão flagelado em todo o corpo, morrendo no meio das angústias próprias da cruz* (2CIn 20).

O conteúdo é o mesmo expresso no quarto canto do Servo: *...não tinha beleza nem esplendor... Era desprezado e aban-*

14. Cf. D. DOZZI. Chiara e lo specchio. In: D. COVI - D. DOZZI (org.). *Chiara: francescanesimo al femminile*. Ed. Dehoniane e Ed. Collegio S. Lorenzo, Roma 1992, 296.

donado pelos homens, um homem sujeito à dor, familiarizado com a enfermidade... E, no entanto, eram as nossas enfermidades que ele levava sobre si, as nossas dores que ele carregava (Is 53,2-4).

Clara fez a experiência da com-paixão de várias formas. Enfrentou a pobreza, as fadigas, a humilhação e também uma longa doença (cf. LegC 44; RegC 6,2; TestC 27). Fez seu o sofrimento de pobres e doentes que acorriam a São Damião em busca de ajuda (cf. ProcC 2,18; 3,7.15; 4,11 etc.). Solidariizou-se com suas irmãs, em especial com aquelas que padeciam de alguma enfermidade (cf. ProcC 1,12.16; 2,13; 3,7.16 etc.). Sentiu como própria a aflição dos moradores de Assis, ameaçados pelos sarracenos e pelas tropas de Vital de Aversa (cf. ProcC 3,18-19).

A cruz vivida por Clara é uma cruz redentora. Não se percebe nenhum prazer pelo sofrimento em si mesmo, mas pelo fato de poder assumi-lo por Cristo e, com Cristo, gerar vida nova. O termo final, portanto, não é a cruz, mas a vida que dela brota.

É neste sentido que devem ser compreendidas as duras penitências praticadas por Clara. Não refletem nenhum desprezo pelo corpo, mas o grande desejo de conformar-se a Jesus crucificado, na mesma perspectiva do desejo do martírio¹⁵.

Com o selo da cruz Clara curou doentes e consolou aflitos (cf. ProcC 2,13; 3,6.11.15; 4,7-8.10-11 etc). Ela não trouxe em suas mãos e em seus pés os estigmas, como Francisco, mas trouxe em seu coração a paixão de Cristo e a paixão dos seus. As irmãs, os frades, muitos pobres das redondezas de Assis e também personalidades eclesiais, como o cardeal

Hugolino, experimentaram a graça de seu coração compassivo.

2.2. União divinizante

O termo último do seguimento não é a configuração com o Servo e sim a configuração com o Ressuscitado e a comunhão com Deus. Embelezamento e com-paixão fazem parte do caminho a ser percorrido e que leva a participar da vida que nasce da morte, da glória/beleza que resplandece na face do Servo ressuscitado e da comunhão trinitária que a ressurreição possibilita. Isto significa participação real na vida divina e acontece de maneira progressiva, a partir do batismo/conversão e ao longo de todo o processo do seguimento.

A participação na vida divina é um ponto fundamental na espiritualidade de Clara. Seu pensamento é desdobrado em três aspectos, todos presentes na terceira Carta: por obra da graça nos tornamos morada de Deus; pelo seguimento, geramos em nós Jesus Cristo; pela contemplação somos transformados(as) na imagem da divindade.

a) Morada de Deus e maternidade

O mistério da presença trinitária em nós está bastante presente na espiritualidade cristã e se funda no próprio batismo. Com o batismo, a pessoa se torna morada de Deus e é imersa na vida trinitária. São dois movimentos do mesmo mistério: Deus vem a nós e nós somos assumidos(as) nele. Pela graça divina e pela caridade, afirma Clara, nos tornamos mansão de Deus. Pois assim diz a "Verdade": *Quem me ama será amado por meu Pai e nós viremos a ele e nele faremos nossa morada* (3CIn 23; cf. Jo 14,21.23).

15. M. BARTOLI afirma que Clara foi "tentada" pela "religiosidade solitária" que caracterizou a piedade feminina no início do século XIII e se expressava através da prática do jejum e de duras penitências. Mas chegou a um equilíbrio na medida em que assumiu, de fato, um corpo comunitário e passou a se preocupar também com o corpo das irmãs (o que comer, o que vestir, onde dormir, como atender as doentes). Além disso, na espiritualidade clariana está ausente aquele desprezo pelo corpo, pela beleza física e por tudo o que é material, que caracterizou a experiência mística de outras mulheres, como por exemplo Maria d'Oignies e Margarida de Cortona. Cf. *Chiara d'Assisi*. Istituto Storico dei Cappuccini, Roma, 1989, 134-147.

Mas a graça batismal é uma aliança e a resposta é o seguimento de Jesus Cristo, a fidelidade ao projeto de Deus, sob a ação do Espírito. O seguimento renova não só alguns aspectos da vida de Jesus, como a pregação do Reino, mas todo o mistério da encarnação: Jesus Cristo é novamente gerado para a vida do mundo. Escreve ainda Clara: *Assim como a gloriosa Virgem das virgens o trouxe materialmente, assim também você, seguindo seus passos, especialmente os da humildade e pobreza, sem dúvida alguma, poderá trazê-lo espiritualmente em um corpo casto e virginal* (3CIn 24-26).

Em Maria, a presença trinitária tem um desfecho que se torna exemplar: a encarnação do Filho de Deus e o discipulado. Esta aproximação permite perceber que a presença de Deus em alguém não é unicamente para seu gozo, mas para gerar vida nova, para renovar em cada tempo e lugar o mistério da encarnação. A ligação entre maternidade e seguimento diz que existe um caminho para se gerar vida nova: aquele percorrido por Jesus de Nazaré e seguido por Maria, a discípula fiel.

b) Imagem da divindade

Clara coloca em destaque também a cristificação do ser humano, a sua participação na vida divina. É assim que ela se expressa escrevendo a Inês: *Ponha a mente no espelho da eternidade, coloque a alma no esplendor da glória. Ponha o coração na figura da substância divina e transforme-se inteiramente, pela contemplação, na imagem da divindade* (3CIn 12s).

Na formulação do seu pensamento, Clara aproxima as passagens de Sb 7,26 e Hb 1,3. Mas o principal texto bíblico de apoio é 2Cor 3,18: *E nós todos que, com a face descoberta, refletimos como num*

espelho a glória do Senhor, somos transfigurados nessa mesma imagem, cada vez mais resplandecente, pela ação do Senhor, que é Espírito.

O contexto paulino é a superioridade da nova Aliança em relação à antiga Lei. O ministério da Lei antiga tinha um fulgor passageiro; o ministério da nova Aliança, firmado no Espírito do Deus vivo, é muito mais glorioso e esta glória é permanente. Moisés conservava o rosto coberto com um véu, porque a glória que resplandecia sobre sua face era transitória. Mas a conversão tira o véu e os cristãos e cristãs, com a face descoberta, refletem de maneira permanente a glória do Senhor e são transfigurados(as) na mesma imagem (cf. 2Cor 3)¹⁶.

A transformação de que fala Clara — como no texto paulino — é transformação divinizante. Inês se transforma *na imagem da divindade*. Nesse ponto, Clara atinge um dos ápices da antropologia cristã: a cristificação¹⁷.

c) A mulher, imagem de Cristo

A união divinizante é um tema fundamental ao longo de toda a tradição cristã, tanto na espiritualidade quanto na teologia. Mas até que ponto, no tempo de Clara, existia a consciência de que também à mulher era concedido esse dom de manifestar em sua face “a imagem da divindade”?

A cristificação está intimamente ligada ao dado antropológico fundamental da imagem de Deus presente no ser humano, desde a criação. Isto leva a relacionar 2Cor 3,18 com Gn 1,26s e também com 1Cor 11,7s.

A mensagem central dos relatos da criação a respeito da imagem de Deus presente no homem e na mulher foi obscurecida por 1Cor 11,7. Paulo começa dizendo que o homem deve orar e profetizar com a

16. Cf. J. DUPONT. Le chrétien, miroir de la gloire divine d'après II Cor III,18. In: *Révue Biblique* 56(1949) 398-400.

17. Cf. S. LÓPEZ. Lectura teológica de la Carta III de Santa Clara. In: *Selecciones de Franciscanismo* 22(1993) 431.

cabeça descoberta, para honrar sua cabeça que é Cristo; a mulher, ao contrário, deve cobrir-se com um véu, para honrar sua cabeça que é o homem (cf. 1Cor 11,4s). Depois acrescenta: *Quanto ao homem, não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e a glória de Deus; mas a mulher é a glória do homem* (v.7). Esta afirmação paulina, condicionada pelo ambiente sociocultural da época, acabou prevalecendo sobre a afirmação de Gn 1,26s que confere explicitamente também à mulher a dignidade de trazer em si a imagem de Deus¹⁸.

Os textos paulinos que falam da nova criação em Cristo e da restauração da imagem divina no ser humano, não excluem a mulher. Assim acontece em 2Cor 3,18, citado acima. Mas numa teologia e numa exegese fortemente marcadas pela visão patriarcal e androcêntrica, não foi difícil ignorar o “todos nós” desse texto e deixar na sombra que também à mulher é dado “tirar o véu” e refletir a glória do Senhor em sua face descoberta. Bastou este silêncio para que prevalecesse, também na ordem da graça, o equívoco de uma interpretação excludente na ordem da criação.

As conseqüências deste modo de pensar aparecem no modelo hagiográfico feminino. Acreditava-se que as mulheres tivessem muito mais dificuldades do que os homens para chegar à santidade, ou mesmo que fossem incapazes de se elevar espiritualmente. A tradição monástica tinha fortalecido e divulgado o pensamento de São Jerônimo — autor bastante conhecido na Idade Média — sobre a ligação especial entre a mulher e o pecado, o que impedia que a graça de Deus produzisse nela seus frutos¹⁹.

Nesse contexto, a certeza de Clara a respeito da divinização da mulher em Jesus Cristo é uma agradável surpresa. Inês é

vista como espelho e imagem de Jesus Cristo, não só no sentido exemplar, como discípula fiel que segue os passos de Jesus em todo o seu percurso histórico, mas também como participante da vida divina, como filha de Deus que traz em sua face o resplendor da glória/beleza do Filho. Esse novo título não é privilégio do homem. Adquirido pelo batismo, desabrocha através da contemplação transformante, inserindo a mulher na comunhão trinitária e fazendo dela epifania de Deus.

2.3. Contemplação e testemunho

Os grandes mestres da espiritualidade, no século XII, destacam a fecundidade apostólica da contemplação. Ela faz crescer o amor ao próximo e enche de zelo e ardor pela causa do Reino. Mas contemplação e vida apostólica são realidades distintas, ainda que intimamente relacionadas.

Diferente é a percepção de Clara de Assis. Inserida na perspectiva do seguimento, a contemplação clariana traz em seu próprio tecido a dimensão de testemunho, de compromisso e de anúncio do Evangelho. Quem se transforma em espelho de Cristo, por este mesmo fato, irradia e manifesta sua imagem. Isto significa testemunhar Jesus Cristo ressuscitado e anunciar que o ser humano foi chamado à plenitude da vida e da comunhão com Deus.

No Testamento, Clara usa novamente a metáfora do espelho para destacar essa dimensão do testemunho. Ela diz que o Senhor colocou as Damianitas como *exemplo e espelho* e que esta irradiação ultrapassa os limites da comunidade religiosa e atinge *o mundo* (cf. TestC 19-22).

Podem ser destacados três aspectos do testemunho clariano: a participação no pro-

18. “Na realidade, Paulo não nega que a mulher seja imagem de Deus; mas, com sua argumentação, não reage à exegese judaica referente à afirmação bíblica de que somente o homem varão, é a imagem de Deus”. R. FABRIS – V. GOZZINI. *A mulher na Igreja primitiva*. Paulinas, São Paulo, 1986, 98.

19. Cf. A. VAUCHEZ. *La santità nel Medioevo*. Società editrice il Mulino, Bologna, 1989, 356s.

projeto de Deus realizado em Jesus Cristo, a inserção eclesial e a forma de vida.

Existe em Clara um ardente desejo de que a obra redentora de Jesus Cristo se expanda e se complete, de tal forma que toda a humanidade possa experimentar o dom de Deus. A mística da maternidade vai nesta linha. Expressa a participação no projeto de Deus, como dom e tarefa de continuar gerando Jesus Cristo para a vida do mundo (cf. 1CIn 12.24; 3CIn 24-26).

A inserção eclesial é marcante em Clara. Como Francisco, também ela sentiu-se chamada a reconstruir a Igreja, a edificar o Corpo de Cristo. Esta vocação tornou-se um verdadeiro desafio para as Damianitas. Outros grupos, em seu tempo, assumiram a mesma tarefa, mas vacilaram ou desanimaram no caminho. Clara sempre fez questão de se manter fiel à Igreja e lutou muito para ver aprovada sua forma de vida. Não lhe interessava construir mais um grupo à margem da comunidade eclesial²⁰.

A fidelidade de Clara à Igreja, no entanto, é uma fidelidade ativa e profética. Ela busca saídas e não hesita em resistir ao próprio papa, quando sente que o projeto assumido está sendo ameaçado. Ao mesmo tempo em que promete obediência, lembra que a Igreja deve acolher o que nasce dentro dela por obra do Espírito, encorajando seus filhos e filhas no seguimento de Jesus Cristo.

O testemunho clariano mais forte e eloqüente, no entanto, é a própria forma de vida praticada em São Damião. A visão ampla de Clara a respeito da realidade social e eclesial de seu tempo lhe permitiu perceber que a pobreza e a irmandade eram as dimensões da vida cristã mais necessárias àquele momento, onde se devia concentrar o máximo

de energia para que o Evangelho se tornasse força viva e transformadora.

Numa sociedade seletiva e excludente, onde a propriedade constituía a linha divisória entre as classes sociais, e numa Igreja poderosa e fortemente hierarquizada, a comunidade de São Damião aparece como sinal profético. Renuncia a toda propriedade, não estabelece distinção de classes entre seus membros e organiza a vida comunitária de forma democrática e participativa. A comunidade eclesial, nascida sob o signo da partilha e da irmandade (cf. At 2,42-47; 4,32-35), renascia com aquele grupo de mulheres que se colocavam entre os menores, assumindo a atitude de quem serve (cf. Mt 20,25-28; 23,8).

CONCLUSÃO

Mulheres, como Clara de Assis, mostram a importância da presença feminina no campo da espiritualidade, ainda hoje acentuadamente masculino. Esta presença é fundamental para que as mulheres descubram formas próprias de expressar a fé e de experimentar o transcendente. Além disso, poderão contribuir para que sejam ressaltados aspectos que passam despercebidos aos homens, e também para que a própria dimensão feminina seja integrada à espiritualidade.

Clara de Assis revelou-se uma grande mulher e uma grande mestra da espiritualidade cristã. Sua proposta é de grande importância não só para a família franciscariana, mas para toda a Igreja e pode constituir, também hoje, o eixo de uma espiritualidade viva e fecunda. O seu testemunho tem força suficiente para atravessar os tempos e continuar despertando muitos jovens e adultos, homens e mulheres, ao seguimento fiel de Jesus Cristo.

20. A Forma de Vida (Regra) de Clara de Assis foi aprovada no dia 9 de agosto de 1253, por Inocêncio IV. A bula foi entregue a Clara no dia 10, véspera de sua morte.

ABREVIATURAS

1Cel	Tomás de Celano, Vida I de São Francisco
1CIn	Primeira Carta de Santa Clara a Inês de Praga
2CIn	Segunda Carta de Santa Clara a Inês de Praga
3CIn	Terceira Carta de Santa Clara a Inês de Praga
4CIn	Quarta Carta de Santa Clara a Inês de Praga
CSol	São Francisco, Cântico do Irmão Sol
EspP	Espelho da Perfeição
LegC	Legenda de Santa Clara
LegM	São Boaventura, Legenda Maior
LvDA	São Francisco, Louvores a Deus Altíssimo
ProcC	Processo de Canonização de Santa Clara
RegC	Regra de Santa Clara
TestC	Testamento de Santa Clara

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Clara de Assis é, certamente, uma grande Mestre de Espiritualidade cristã. O que você conhece a respeito dessa singular figura de mulher consagrada e da sua experiência de vida evangélica? Partilhe isso com a Comunidade.
2. Nos seus escritos, Clara usa a metáfora do *espelho* para falar da experiência do seguimento contemplativo de Jesus. O que isto significa na experiência espiritual da Santa? Que mensagem está contida nessa metáfora, particularmente para aquelas e aqueles que “seguem o Caminho e contemplam o Espelho”?
3. Para Clara de Assis a contemplação inserida na perspectiva do seguimento, traz em seu próprio tecido a dimensão do testemunho, que implica três aspectos: — a participação no projeto de Deus realizado em Jesus Cristo; a inserção eclesial; a forma de vida. Procure partilhar com suas irmãs (ou irmãos) de comunidade essas dimensões do testemunho como exigências para a vida Religiosa hoje.

BRASIL

— Desafio e esperança —

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB

Pe. Virgílio Leite Uchôa
Brasília, DF

INTRODUÇÃO:

POR QUE E PARA QUE ANÁLISES DE CONJUNTURA

À guisa de introdução, é útil relembrar a razão e a finalidade das análises da conjuntura social brasileira, com as quais já se tornou tradicional iniciar as Assembléias da CNBB.

Sabemos que análises de conjuntura são imprescindíveis se quisermos agir sabendo onde estamos pisando. A realidade não é algo estático, que fica parado à nossa espera. Ela está em permanente mudança, por força de ações diversas que determinam seus rumos de modificação. Nossa ação é somente uma ação a mais, que se agrega a outras em curso, confirmando ou contrariando as modificações que estão ocorrendo.

As análises da conjuntura social nos dão um retrato das tendências que estão prevalecendo nessa realidade, com ou sem nossa ação (Ver). Fazendo uma crítica dessas tendências (Julgar), orientamos nossa ação (Agir). Se as forças em presença conduzem a realidade para situações que não aceitamos, podemos nos contrapor a elas, ou procurar reorientar as tendências que resultam de sua ação. Assim como, se ocorrer o contrário, podemos reforçá-las, aliando-nos a elas, conscientemente. Mas, por falta de uma boa análise do que está acontecendo, podemos, sem o perceber,

ajudar exatamente a ação que leva a realidade para onde não queremos.

Uma análise de conjuntura não se esgota em si mesma. Ela está a serviço das decisões a tomar e tem de levar a sugestões e propostas para a ação. A rigor, não será necessário fazê-la se for vista somente como um exercício retórico.

A Igreja Católica no Brasil é uma das forças que agem significativamente em nossa realidade social. Ela já percorreu um longo caminho, inserida nessa realidade e nela atuando. As análises de conjuntura de que se serve não podem ser feitas, portanto, como se ela fosse um espectador frio que observa a sociedade sem se comprometer. Elas têm que ser feitas de dentro.

Partiremos, assim, de uma rememoração dessa caminhada, a partir do processo de renovação da Igreja que o Concílio do Vaticano II provocou.

I. PARTE:

A CAMINHADA HISTÓRICA DA IGREJA NA CONJUNTURA DA REALIDADE BRASILEIRA, NO PERÍODO APÓS O CONCÍLIO VATICANO II

A Assembléia Geral da CNBB, realizada em Roma em 1964, por ocasião do Concílio Vaticano II, assumiu o Planejamento Pastoral¹ como instrumento de renovação² da Igreja no Brasil.

O Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) consagrou o processo de Planejamento Pastoral. A Ação Católica já oferecera à CNBB, na sua fundação, em 1952, infraestrutura, pessoas e metodologia. No berço da CNBB, há uma presença leiga solícita.

Entrelaçaram-se os fatos sociais, a mediação exercida pela CNBB e a vontade eficaz de renovar a presença evangelizadora da Igreja, num amplo processo de comunhão e participação³, que uniria a instituição eclesial, a religiosidade do povo e os movimentos sociais.

Em nível latino-americano, a Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín⁴, há trinta anos, motivada pelas intuições do Concílio Vaticano II e realizada em 1968, foi um novo marco no processo de renovação da Igreja, "*convocada a se converter aos pobres*"⁵.

Esta Conferência marca um passo à frente em relação à Encíclica "Populorum Progressio" do Papa Paulo VI, considerada a "Gaudium et Spes" para o terceiro mundo.

O PROTAGONISMO DA IGREJA NO BRASIL

Analisemos a prática pastoral, nascida de todo esse processo, para entender o protagonismo, a identidade e o testemunho da Igreja nesses últimos anos, bem como a ação colegial da CNBB.

A característica principal desse período foi a de se encontrar caminhos para exercer o serviço pastoral, em sintonia com os importantes desafios da realidade do Brasil.

Renovar a missão da Igreja significava também se comprometer com as angústias e sofrimentos da população brasileira, particularmente dos pobres e dos excluídos.

Firmou-se uma tradição de presença pastoral sólida, encarnada e profética na vida e nos momentos históricos decisivos, mesmo que isso custasse incompreensões e dificuldades.

OS PASSOS DA CAMINHADA

Aqui caberia também lembrar o apanhado histórico, mais amplo, já apresentado na elaboração das novas Diretrizes⁶, bem como outras análises que enfatizam a influência renovadora do Concílio Vaticano II⁷.

1. Cf. Maria Carmelita de Freitas, "*Uma opção renovadora – A Igreja no Brasil e o Planejamento Pastoral – Estudo genético-interpretativo*", Coleção Fé e Realidade, n° 36, Loyola, S. Paulo, 1997.
2. O processo de renovação foi amplamente conhecido pelo nome de "aggiornamento".
3. Cf. sob o aspeto jurídico institucional, Pe. Gervásio Queiroga, "*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Comunhão e Corresponsabilidade*", Paulinas, S. Paulo, 1977.
4. Pe. José Oscar Beozzo, *A Igreja do Brasil – De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*, Vozes, Petrópolis, Coleção Igreja do Brasil, 1994, pág. 119: "*Medellín vai operar uma sutil passagem de tom e de conteúdo ao deslocar o acento do desenvolvimento para a libertação, acrescentando à dimensão econômica e social, uma nítida tomada de posição teológica e política*".
Cf. também Pe. João Batista Libânio, S.J., "Medellín, trinta anos depois", "*Convergência*", abril de 1998, pág. 143-154.
5. Maurice Lemoine, "Ces prêtres qu'on assassine", em "*Manière de voir*" — *Le Monde Diplomatique*, n° 36, nov/dez 1997, pág. 75.
6. Cf. "*Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*" — 1995-1988, Documentos da CNBB, Paulinas, S. Paulo, 1995, pág.27-43.
7. Pe. José Emanne Pinheiro, "*A Missão dos leigos rumo ao novo milênio*", Col. "Perspectivas pastorais n.º 8", Paulinas, S. Paulo, 1997, pág. 69 – 84.

Desafios da realidade, presença renovadora e superação dos conflitos sociais

A década de 1950 a 1960 é marcada pela questão do **desenvolvimento**.

A superação dos conflitos sociais, numa leitura cristã de defesa da vida, tornara-se o desafio chave, tanto em plano mundial quanto latino-americano e brasileiro. A Pastoral redescobre a dimensão social da fé e o sentido do pecado social. Isso dá o tom às preocupações pastorais.

Em seguida viveu-se o clima político do golpe militar de 1964.

Os temas que mais apareciam na pauta das preocupações pastorais eram: a luta pelos direitos humanos, a defesa das minorias étnicas, a luta pela terra, a recuperação da dignidade dos trabalhadores.

Muitos serviços pastorais nasceram do encontro com os desafios emergentes.

Entre eles: a criação da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, vinculada ao Pontifício Conselho de Justiça e Paz, das Comissões de Direitos Humanos, da Comissão de Pastoral da Terra, da Comissão de Pastoral Operária, da Comissão de Refugiados e do Conselho Indigenista Missionário.

Uma pedagogia adequada e inovadora

Como seria possível enfrentar os conflitos, diante do quadro político do regime de exceção, e começar a quebrar o círculo vicioso dos radicalismos?

Tal pergunta foi sendo respondida ao longo de um interessante e inovador processo pedagógico.

Surgiram várias iniciativas tendo como protagonistas algumas minorias de bispos, de padres, de religiosos e de religiosas, de

leigos e de leigas, espalhados e articulados pelo país e em outros países.

Eram minorias que se afirmavam pela transparência: não eram nem clandestinas, nem publicitárias de suas ações, e sempre procurando abrir um horizonte para além do conjuntural, alguns dando testemunho mediante o martírio.

ALGUNS MOMENTOS TÍPICOS

A luta pelos Direitos Humanos face à repressão

Os bispos, reunidos na Assembléia Geral de 1970, em Brasília, tiveram a oportunidade de ouvir depoimentos a respeito do que acontecia nos bastidores da repressão, sistemática e organizada, durante o regime militar ditatorial.

A Assembléia Geral da CNBB realizada em São Paulo, em 1973, aprovou várias proposições a respeito dos "Direitos Humanos"⁸.

Naquela ocasião, fora proposto que a CNBB articulasse, em nível internacional, juntamente com outras instituições não governamentais e especialmente as Igrejas, um "Tribunal Mundial da Dignidade Humana"⁹, capaz de ser voz profética face aos desrespeitos aos direitos humanos que se alastravam na América Latina e em outros continentes.

A proposta evoluiu e transformou-se num projeto internacional de cunho pedagógico, denominado "Por uma sociedade superando as dominações", lançado em 1976, sob os patrocínios das Conferências Episcopais do Brasil, dos Estados Unidos, do Canadá e da França.

A fase de manifestações proféticas e documentos

No início da década de 1970, começava a crescer a consciência de que era intolerá-

8. *Comunicado Mensal da CNBB*, fevereiro de 1973, pág. 164 - 177.

9. *Comunicado Mensal da CNBB*, fevereiro de 1973, pág. 177.

vel continuar a aceitar o modelo econômico vigente, concentrador de riquezas e que excluía a maioria da população dos benefícios sociais. Havia, ainda, os problemas específicos da concentração da terra, da questão indígena e da situação da classe operária.

Sob o ponto de vista político, diante do regime da ditadura, tornara-se também fundamental lutar para restabelecer a ordem democrática.

Um significativo momento foi a articulação que deu origem a alguns documentos. Uma pequena reunião informal de bispos, sacerdotes e leigos, por ocasião da XIII Assembléia Geral da CNBB, em fevereiro de 1973, definiu os temas e as ações para o lançamento de três documentos no correr do ano de 1973¹⁰.

A fase de estabilização e nova cultura

O final dos anos 70, o início dos anos 80 e continuando na década atual marcam uma **diferenciação** na caminhada histórica da Igreja na sociedade brasileira.

A eleição de João Paulo II, em 1978, a realização da Conferência de Puebla em 1979 e a de Santo Domingo em 1992 marcam maneiras diferentes de focar a presença da Igreja no momento histórico.

O episcopado introduz na sua maneira de agir a marca da **estabilização de um processo anterior**, passando a discutir e aprovar, colegialmente, temas emergentes tais como “Exigências cristãs de uma ordem política”, “Igreja e problemas da terra” e “Solo urbano e ação pastoral” nas Assembléias Gerais de 77, 80 e 81¹¹, respectivamente. Os grandes

temas nacionais do início da década de 70, antes restritos às minorias, tomam-se preocupação de toda a Igreja.

Aos poucos, as tarefas de proteção e escudo diante dos conflitos sociais foram sendo assumidas pelas entidades da sociedade civil, organizada em categorias ou movimentos populares. A Igreja e suas instituições de serviço deixam de ter **exclusividade** como voz dos sem voz.

Aprendendo da experiência recente

As “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”, aprovadas na XXXIII Assembléia Geral em 1995, consolidaram um **método** de ação pastoral e a certeza de que a Igreja está permanentemente aberta aos desafios e inserida na história de seu povo, para exercer a sua missão específica.

Ao longo dessa caminhada, os desafios da realidade do nosso povo foram sendo assumidos pela Igreja **com especial ênfase no espírito de serviço, de comunhão, de colegialidade e de corresponsabilidade**.

Firmou-se a tradição de a Igreja se antecipar aos fatos, comprometer-se com eles e deles tirar lições de presença e ação pastoral.

HORIZONTES QUE HOJE SE ABREM

Em sintonia com a Igreja toda

Cabe aqui analisar aspectos novos e desafios enfatizados, ultimamente, pelo Santo Padre e pela ação da Santa Sé¹² no recente contexto da globalização.

Alguns observadores chamam a atenção sobre a novidade que caracteriza essa ação.

10. “Ouvi os clamores de meu povo”, *SEDOC*, vol. 6, nov. 1973, nº 66, col. 607-629; “Documento do Centro-Oeste”, *idem*, vol. 6, março 1974, nº 69, col. 993-1021, “Y Juca-Pirama”- o índio: aquele que deve morrer”, *idem*, vol.7, julho-agosto 1974, nº 73, col. 91-116.

11. *Documentos da CNBB*, nº. 10, 17 e 23, respectivamente, Paulinas, S. Paulo, 1977, 1980 e 1981.

12. Vale a pena lembrar aqui recente entrevista de Giancarlo Zizola com o Cardeal Sodano: “Le monde vu du Vatican”, em *L'Express*, 02/10/97, pág. 60.

Entrevistador: “Qual lição, ou qual herança, os senhores tiraram da Guerra do Golfo, na qual as reticências do Papa não parecem ter sido sempre bem compreendidas pelas potências ocidentais?”

Dois bons exemplos são a recente visita do Santo Padre a Cuba e o documento do Pontifício Conselho Justiça e Paz sobre terra e Reforma Agrária¹³.

A porta de entrada da atual diplomacia vaticana, além dos interesses diretos dos fiéis católicos, se abre em direção aos direitos da pessoa humana.

O Papa João Paulo II tem sido um mestre e exemplo¹⁴ de forte presença no político e no social, coadjuvado por organismos tais como Justiça e Paz e Pax Christi.

A presença da Santa Sé em grandes eventos tem tido como característica principal a de se ter tornado a defensora dos países pobres. Presença essa ativa, constante e produzindo declarações¹⁵ de cunho ético e de inspiração cristã.

O Sínodo da América, realizado em Roma entre novembro e dezembro de 1997 mostrou um novo tipo de discussão. Já não se trata tanto de exercer uma função crítica face ao perigo do comunismo. Trata-se antes de recuperar o espaço ao lado dos mais pobres, mediante uma ampla discussão dos avanços e estragos da economia mundial globalizada, onde fala mais alto a força do mercado, do dinheiro e do lucro.

Concluindo

Cabe aqui uma importante pergunta:

Como a Igreja no Brasil irá manter a sua capacidade de se colocar diante dos grandes temas nacionais e, a exemplo do que faz o Santo Padre em plano mundial, exercer a sua missão profética de opção evangélica pelos pobres?

A análise dos problemas específicos na área econômica e social, que faremos agora, dará oportunidade para que se volte a essa questão.

II. PARTE:

DESAFIOS QUE ENFRENTAMOS HOJE NO BRASIL

Dificuldades para uma visão objetiva

Mas é difícil ter uma visão objetiva da realidade brasileira. Esta dificuldade se deve a dois tipos de fatores. De um lado, a própria realidade provoca um erro de percepção. De outro, aqueles a quem demos o mandato de achar saídas para nossos problemas coletivos, isto é, nossos governos, fazem tudo que podem para nos manter otimistas.

Cardeal Sodano: *"Eu penso que a Santa Sé provou que desejava o bem de todos os povos e que não estava ligada nem a um país nem a outro. Provou também aos países árabes que, onde há sofrimento, a Santa Sé está presente. No caso típico do Iraque, foi dito e continua-se a dizer que é preciso pensar sempre no problema do embargo, porque, fatalmente, ele atinge a camada mais pobre da população. No Iraque, há sensibilidade para com esta posição da Santa Sé. A Igreja pensa em primeiro lugar nos povos e não nos governos. Se um povo sofre, a Santa Sé trata com aqueles que podem aliviar os sofrimentos deste povo, mesmo que, às vezes, com o risco de não ser compreendida. O Papa foi, mesmo neste caso, um Bom Samaritano com relação a este povo"*.

13. *"Para uma melhor distribuição da terra – O desafio da Reforma Agrária"*, Pontifício Conselho "Justiça e Paz, Paulinas, S. Paulo, Col. "A voz do Papa", nº 155, 1998.

14. Giancarlo Zizola, *"Les nouvelles armes du Vatican"*, em *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 1998, pág. 10: *"Fiel à tradição de sua doutrina social, o chefe da Igreja Católica investiu-se de uma missão ao mesmo tempo espiritual e política: iluminar a partir de sua mensagem as sociedades expostas ao liberalismo desenfreado, ao absolutismo de ordem política, entregues exclusivamente às leis do lucro e do mercado e desprotegidas por tanto vazio ideológico e moral."*

15. Tal aconteceu nas recentes *"grandes conferências internacionais como as do Rio de Janeiro, do Cairo e de Pequim – consagradas respectivamente ao meio ambiente, à população e às mulheres – com o evidente propósito de manifestar o seu ponto de vista a respeito de questões que, a seus olhos, merecem um discernimento especificamente ético, de inspiração cristã"*. Giancarlo Zizola, *"Les nouvelles armes du Vatican"*, em *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 1998, pág. 10.

O erro de percepção provocado pela própria realidade decorre da sua característica fundamental, que é a desigualdade social. Uma parte de nossa população vive bem, outra continua pobre. Sendo que a parcela que vive bem é minoritária, a que vive mal é majoritária. Houve já quem dissesse que somos uma Bel-Índia — combinação de uma Bélgica desenvolvida com uma Índia subdesenvolvida. Trata-se de característica comum aos países do Terceiro Mundo, inclusive a Índia. Na verdade, quando se fala de Brasil e de Índia, é preciso primeiro saber de que parcela do País se está falando.

Um mercado enorme

O que ocorre, e que nos engana, é que nossa parcela minoritária que vive bem, ou pelo menos relativamente bem, é enorme, e encobre a outra. São 50 milhões de pessoas, ou seja, a população de um país inteiro como por exemplo a França, uma das potências do mundo desenvolvido. 50 milhões de pessoas permitem portanto que uma economia forte funcione. Dentro desses 50 milhões há já uma grande heterogeneidade.

Mas, apesar dessa heterogeneidade, os 50 milhões de “incluídos” já criam um enorme mercado. Até para muitíssimos luxuosos carros importados, e para que um número suficiente de torcedores de futebol possa pagar pacotes de 10.000 dólares para se dar o prazer de assistir à Copa do Mundo na França.

Uma realidade encoberta

Ora, se essa parcela minoritária é enorme, a majoritária, dos “decadentes” que vivem mal e dos “excluídos” que mal sobrevivem, é ainda maior. São 100 milhões de pessoas — o dobro — que também fazem parte da população brasileira. Só que

nós não as vemos. Estão espalhadas pelas grandes cidades, ou nas suas periferias, nas zonas rurais desequipadas, nos chamados “grotões” do interior.

Tudo se passa como se não existissem, porque se considera que não seria mesmo possível “integrá-los”, em prazo curto, ao mercado de consumo constituído pelos 50 milhões. Enquanto isso não ocorra, que sobrevivam com as migalhas que consigam recolher... Muitos assim pensam mas não têm a coragem de explicitar esse discurso. Assim como há os que consideram essa parcela da população extremamente útil e não a esquece no momento das eleições: são dela os milhões de votos que darão o poder político a quem saiba, nesse momento, explorar suas carências. E também é dela que sai a demanda de emprego que permite manter baixos os salários.

O otimismo oficial

Excluindo-se a necessidade barata que têm aqueles que estão no poder de se autopromoverem, na medida em que dependem de eleições para continuarem no poder, o discurso oficial — em particular o do atual Governo Federal — é sempre positivo e otimista por força de três mecanismos: um, decorrente da sua visão de ética; um segundo, ligado a escolhas que fez; e um terceiro, decorrente da dinâmica do poder em geral.

Quanto à ética, tem-se falado muito de uma aula inaugural recentemente proferida pelo Presidente da República em Brasília. Falando de improviso, ele deixou escapar¹⁶: “na ética da política, a ambigüidade, a mentira são partes constitutivas”. Corrigiu imediatamente, embora não corresse o risco de perder seu cargo, como ocorreu há tempos com um Ministro, no famoso episódio das parabólicas¹⁷. E disse: “Não. A ambigüidade

16. Segundo texto fornecido aos jornalistas pela própria Presidência, Folha de São Paulo, 9/04/98, pág. 1-6.

17. Sem saber que sua conversa com o jornalista que iria entrevistá-lo estava sendo transmitida e podia ser captada por antenas parabólicas, o então Ministro da Fazenda Rubens Ricupero disse não ter escrúpulos em só contar o que ia bem. Foi demitido pela celeuma que sua declaração causou.

talvez. A mentira, não. (...) O homem de Estado não pode dizer tudo que sabe, sob pena de, ao proclamar, prejudicar o Estado, a nação e o povo. Ele é obrigado a não dizer. O homem de ciência é obrigado a dizer"¹⁸. A frase do Presidente não causou toda a celeuma que se poderia esperar¹⁹. Foi interpretado como se estivesse somente se defendendo de críticas à sua última reforma ministerial. Mas ele estava, pelo menos, dando-nos definitivamente o direito de desconfiar de tudo que nos diga.

Não haverá governo, no Brasil, capaz de resgatar, sozinho, as dívidas sociais crescentes que carregamos conosco. Mas enfrentar a verdade e chamar a sociedade para um grande mutirão, para superar a pobreza e a miséria de uma multidão de 100 milhões de esquecidos, exige coragem e firmeza.

O segundo mecanismo que faz o governo procurar ser sempre otimista, e tentar sempre desqualificar os chamados "derrotistas" — estamos já acostumados às contestações oficiais a cada declaração episcopal mais contundente — decorre de uma opção política que fez: a que nos submete praticamente sem condições às exigências da economia internacional e mantém sobrevalorizado o Real, dadas, entre outras razões, as suas potencialidades eleitorais. Essa opção nos faz depender de investidores estrangeiros. Mas seus dólares só vêm para o Brasil se nosso Governo, além de cooperativo, mostrar-se capaz de manter um clima de estabilidade das instituições e ter tudo sob controle. Qualquer sinal de menor confiabilidade faz com que os nervosos capitais voem para fora do País, tão rapidamente como aqui aterrissaram. As estatísticas do Banco Central não podem deixar que apareçam os 100 milhões de excluídos.

O terceiro mecanismo decorre de um mal de que padecem os que estão no poder e não dizem toda a verdade, por cinismo ou por uma leitura simplificada da "ética da responsabilidade" de Weber: de tanto ter que enganar, terminam por se auto-enganar e por se comportar como se vivessem no melhor dos mundos. E muitas vezes acreditam no que falam... Brasília não costuma ser chamada de "ilha da fantasia"?

O Brasil que temos que ver

Ao analisarmos, portanto, o Brasil em que nos encontramos hoje, temos de fazer uma opção: que Brasil vamos "ver", e de que perspectiva vamos ver o Brasil? Se a Igreja quiser ser a voz profética dos que não têm vez nem voz — seguindo em nossa caminhada — sem receio de nos contrapormos ao discurso do poder — temos de ver a realidade a partir dos 100 milhões de esquecidos, que é a realidade com a qual nossos bispos, padres, religiosos e leigos engajados em pastorais sociais estão em contato permanente. Não a dos palácios protegidos, mas o que resta de nossas comunidades rurais ou indígenas, a dureza de vida nas periferias das cidades, nas favelas, nos cortiços, nas ruas de nossas cidades, nas cadeias, nos hospitais públicos desequipados e degradados, nas escolas deterioradas.

Ora, no quadro geral vivido por esse povo, isto é, do lado negativo do Brasil de hoje, há um problema chave e determinante: o desemprego.

A. O PROBLEMA CENTRAL DO DESEMPREGO

A gravidade da questão do desemprego no Brasil de hoje já foi sublinhada pela

18. A consequência deste tipo de raciocínio, que utiliza sem nuances o conceito de "ética de responsabilidade", cunhado pelo pensador alemão Max Weber, é a de que se o governo disser tudo que de fato se passa, e se o que se passa não é bom, ele pode gerar inquietude, levar o País a perder a esperança e tudo se decompor. Ou seja, para puxar a sociedade para a frente, e não para baixo, ele está por assim dizer condenado a enganar.

19. Ler a respeito "Pós-graduação em mentira", Maria Sylvia Carvalho Franco, *Folha de São Paulo*, 14/04/98, pág. 1-3.

escolha desse tema para a Campanha da Fraternidade do próximo ano. Não é o caso de alinharmos agora muitos dados estatísticos. Governo e seus críticos já se enfrentam seguidamente em torno de números. Comparam-se muitas vezes índices que não podem ser comparados. Diferenças nos conceitos sobre desemprego, ou na abrangência geográfica das coletas de dados, levam necessariamente a números distintos. Estatísticas podem, portanto, ser trabalhadas segundo os interesses de quem as divulgue. O Manual da Campanha, em elaboração, aprofundará nosso conhecimento de todos esses aspectos da questão. O que interessa, agora, é atentar para o fato de que esse problema vai se tornando cada vez mais grave. E continua a aumentar.

Está ocorrendo uma perda efetiva do poder aquisitivo da população, por conta do desemprego crescente. O desemprego, pelo mecanismo clássico da oferta de trabalho que supera a demanda, força ainda mais a baixa dos salários, já estagnados ou congelados. Diversificam-se as estratégias de sobrevivência. O comércio informal cresce em todas as cidades, combinado até com o contrabando, ao qual se associam muitos dos encarregados de coibi-lo. Abre-se a porta à violência como modo de obter o que se necessita. O rentável tráfico da droga amplia sua presença em áreas urbanas e rurais, nas quais o poder público desaparece. A ilusão de mil tipos de loteria se combina com o desejo de ganho fácil — com exemplos que vêm das chamadas “elites”... — e abre caminho para a instalação de

cassinos, sob a pressão também de interessados na lavagem de dinheiro ilícito. Um país de desempregados é um país “do salve-se quem puder”. Nem a solidariedade, de que os pobres tantas vezes dão testemunho, tem condições de segurar por muito tempo as tendências desagregadoras do tecido social — começando pelo núcleo familiar — que se tornam mais fortes com o crescimento do desemprego. Enfrentar esse problema é, portanto, decisivo, se quisermos reverter tendências negativas na evolução de nosso quadro social²⁰.

Por isso mesmo, está ficando cada vez mais difícil esconder esse aspecto de nossa realidade. O novo Ministro do Trabalho poderá ser chamado ao Congresso para explicar porque, em sua posse, disse que “*não há crise de emprego*”. Segundo ele, há somente “*tendências preocupantes, com as quais temos que lidar rapidamente*”²¹. É estranho que tenha escrito, em artigo publicado 20 dias antes de assumir o Ministério, que “*a taxa de desemprego do IBGE deu um salto, surpreendendo a todos*”, e que, se o salto é surpreendente, não o é a tendência. E ele completa: “*Na verdade, o desemprego demorou a chegar ao Brasil*”²². Pelo visto, chegou mesmo. Mas na verdade verdadeira, já existia e chegou mais. E o mesmo Ministro nos diz que essa tendência — de aumento do desemprego — “*deve manter-se daqui por diante*”. Por isso mesmo, antes de sua posse, que se deu em 8 de abril, todos os Ministros já tinham sido convocados pelo Presidente da República, em 10 de março, “*para analisar o recru-*

20. “Com efeito, numa sociedade como a nossa, o trabalho não é apenas relação técnica de produção. Ele é também a base privilegiada pela qual o indivíduo se insere, se integra na sociedade, nas redes de sociabilidade e proteção que o cobrem diante das incertezas da existência. É, em outras palavras, o fundamento último da coesão social. É por isso que devemos nos alarmar e reagir com vigor à explosão do desemprego no Brasil. Esse flagelo de fim de século será muito mais insuportável numa sociedade profundamente desigual como a nossa, que nunca logrou verdadeiramente superar a marginalidade herdada da escravidão, que massacra até hoje seus mendigos e crianças de rua, que desencadeia a brutalidade policial contra os pobres como meio de preservar uma precária coexistência social.” Rubens Ricupero, “Inúteis para o mundo”, *Folha de São Paulo*, 14/03/98, pág. 2-2

21. *Folha de São Paulo*, 9/04/98, pág. 2-5.

22. *Folha de São Paulo*, 17/03/98, pág. 2-2.

descimento da taxa de desemprego no primeiro trimestre deste ano"²³. Formulou-se nessa reunião um programa de trabalho, com doze diretrizes, sob o título significativo de "Guerra ao desemprego"²⁴.

B — PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

Quais as perspectivas de evolução do problema do desemprego? Se formos analisar o que está acontecendo em nosso País e no plano internacional, até um certo pessimismo pode nos atingir. Dinâmicas perversas tendem a complicar a situação.

1. Política Econômica

A política econômica do atual Governo combina uma série de fatores que produzem necessariamente recessão — evidentemente sempre negada pelo discurso oficial — e conseqüente diminuição da oferta de emprego.

a) A estabilização da moeda

Qualquer governo minimamente bem intencionado no Brasil procuraria resolver o problema da inflação. O chamado "imposto inflacionário" reduzia sistematicamente o ganho de quem recebia baixos salários, cujo valor chegava a se reduzir à metade no decorrer de cada mês. Mas o programa adotado para isso cria uma série de desequilíbrios, que nos levam quase a becos sem saída, sempre com repercussões na oferta de emprego:

— adotou-se a cesta básica como âncora auxiliar do Real, mantendo-a barata, o

que assegura o apoio popular ao Real, por conta do maior poder de compra do salário (54% dos "excluídos" acham o Plano Real bom ou ótimo, e 42% votam em FHC²⁵);

— como meio de derrubada dos preços agrícolas da cesta básica e mantê-la barata, recorre-se com freqüência a importações maciças de alimentos (que poderiam estar sendo produzidos internamente e criando empregos), provocando a desativação da produção agrícola nacional, e portanto desemprego;

— para tornar as importações baratas e ao mesmo tempo obter o efeito psicossocial de dispormos de uma "moeda forte", o Real é mantido sobrevalorizado;

— a sobrevalorização do Real inibe as exportações e obriga o governo a captar recursos externos tanto para equilibrar suas contas como para dispor de reservas que permitam resistir aos chamados ataques especulativos²⁶ — uma vez que essa sobrevalorização é artificial e fragiliza o Real perante os especuladores internacionais;

— essa captação só pode ser feita pagando-se juros altíssimos. Trata-se portanto de reservas que custam muito para o país, e todo o país tem de pagar esse custo. Tal política, por outro lado, cria um patamar de juros altos para todo o sistema financeiro interno, e portanto desestimula o investimento criador de emprego e o próprio consumo; além de despender parcela crescente dos orçamentos públicos, em detrimento do atendimento de necessidades sociais urgentes (previdência, saúde, educação, etc.).

23. É interessante o relato do economista Paulo Nogueira Batista Jr., em artigo publicado na Folha de São Paulo de 12/03/98, pág. 2-2, "O reverendo FHC e o desemprego". Segundo ele, o Presidente da República disse, em programa semanal de rádio, que em qualquer lugar do mundo as taxas brasileiras de desemprego seriam consideradas de "pleno emprego". "A sensação de desemprego é maior do que o próprio desemprego". No dia seguinte, a pesquisa mensal do IBGE revelava um salto nas taxas de desemprego, obrigando o governo a rapidamente realizar a reunião ministerial acima aludida, que iria declarar "Guerra ao desemprego".

24. "Brasil Real", publicação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 31 de março de 1998.

25. *Folha de São Paulo*, 19/03/98, pág. 1-8.

26. Os "ataques especulativos" não são mais do que movimentos de defesa dos capitais que não se dispõem a perder se a moeda nacional for desvalorizada.

— por conta de toda essa montagem, há a necessidade de se manter a economia desaquecida²⁷, postergando sempre mais o investimento que aumentaria a oferta de emprego e estimularia o consumo.

Essa política de importação de produtos para a cesta básica “provocou em menos de três anos a desarticulação de cerca de 400 a 500 mil empregos agrícolas e provavelmente de um número igual ou superior de estabelecimentos rurais familiares que se desativaram nesse processo ou refluíram para o sistema de economia de subsistência”²⁸. Do ponto de vista do emprego, “isto se torna tanto mais grave quando se sabe que no mesmo período o processo de sucateamento industrial e de serviços produziu desocupação urbana ainda mais acentuada”²⁹.

Na verdade, para manter estável o Real somos prisioneiros de uma armadilha que o Governo criou para si mesmo. Nosso dilema agora é: “política de estabilização da moeda versus política de desenvolvimento”. E só uma política de desenvolvimento permitiria o crescimento da oferta de emprego no Brasil.

b) A submissão incondicional do Brasil ao modelo econômico neoliberal que prevalece no mundo.

As regras atuais da economia globalizada levam, nos países ricos e pobres, ao “duplo fenômeno da precarização do trabalho e do desemprego em massa e de longa duração, à incapacidade de absorver quantidades crescentes de gente sobrando. (...) Um número substancial não consegue ser integrado, por mais que tente ou queira.”³⁰ Ora, a submissão incondicional de nosso

país a esse modelo tem entre nós efeitos devastadores sobre a oferta de empregos:

— A abertura total das fronteiras para a importação desmonta o parque produtivo existente, que passa a importar peças prontas: aumentou brutalmente o coeficiente de componentes importados nos nossos produtos. Na verdade, com o Real sobrevalorizado é mais barato importar, além de que os juros internos inibem investimentos produtivos. Este mecanismo, além de criar maior dependência, destrói empregos dentro do Brasil ao mesmo tempo que os abre nos países que nos exportam esses componentes.

— A penetração da economia externa no País, na lógica da integração mundial da produção, nos leva a utilizar tecnologias modernas para uma produção de qualidade concorrencial no mundo. Ora, estas tecnologias se utilizam hoje largamente da automação, que já nos países ricos estão provocando um desemprego crescente.

— A importação de produtos por preços mais baixos que os produtos nacionais, permitida pela sobrevalorização do Real, está levando, por sua vez, como ocorre com a agricultura, ao fechamento de um grande número de empresas — incapazes de produzir a custos concorrenciais — com o conseqüente desaparecimento de postos de trabalho; note-se que neste processo até mesmo pequenas oficinas de costura, mantidas por comunidades de Igreja, têm sido fechadas, por não poder competir com o vestuário importado, por exemplo, da China.

Um ex-ministro, de quando foi dito que “a economia vai bem e o povo vai mal”, assim resume a atual situação: “o problema de fundo é que o Brasil se transformou

27. Análise da Unidade de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria – CNI, quando do sobressalto do Governo em março na questão do emprego, diz que “o aumento do desemprego demonstrou ‘com eloquência’ o desaquecimento da atividade econômica, reforçando a necessidade de queda ainda maior na taxa de juros”, *Folha de São Paulo*, 7/03/98.

28. “Nova Configuração da Política Agrária nos Anos 90 e o Processo de Globalização”, Guilherme C. Delgado.

29. Idem.

30. “Angústias e preocupações”, Rubens Ricupero, *Folha de São Paulo*, 07/03/98, pág. 2-2.

num refém do sistema financeiro nacional e internacional, devido à necessidade de fazer frente à dívida interna e ao déficit externo em conta corrente”³¹.

Não estamos no Japão onde seu Banco Central puniu 98 funcionários seus por corrupção, acusados de aceitar propinas de instituições financeiras, em troca de informações confidenciais sobre suas operações de mercado³². Mas talvez já seja hora de começarmos a pensar, no Brasil, em que e como impedir a extrema promiscuidade que se verifica entre, de um lado, nossos Bancos e órgãos públicos encarregados da política econômica e monetária e, de outro, as instituições financeiras privadas. Funcionários de uns e outros intercambiam postos e também informações e redes de relações. Em países mais civilizados há procedimentos de quarentena que poderíamos adotar.

2. Reforma Agrária

O bloqueio maior, no entanto, à solução do problema do emprego, é a baixíssima prioridade dada pelo Governo à Reforma Agrária. O Ministério encarregado dessa Reforma procurou demonstrar seu empenho em realizá-la em documento levado pelo Ministro ao Vaticano³³. E por isso acaba de receber uma carta de estímulo do Santo Padre. Mas é preciso que tal estímulo leve o Governo brasileiro a refletir sobre o nível de exigência colocado pelo

documento da Comissão Pontifícia Justiça e Paz sobre a Reforma Agrária³⁴:

Trata-se de uma exigência de justiça social, para que se cumpra a função social da propriedade, atendendo à demanda de milhões de pessoas desempregadas e à necessidade de integrar ao sistema de produção agrícola, milhões de hectares mantidos improdutivos.

Mas o Governo se limita a dar respostas pontuais, quase relutantemente, a ações de ocupação, os assim chamados “focos de tensão”, levando até ao surgimento da “indústria da desapropriação”, pela qual se superestimam propriedades a serem pagas pelo Governo, num momento em que o preço da terra se reduz substancialmente. A lógica da política econômica vigente não somente ignora a possibilidade de se produzir na escala da pequena produção rural, como a leva a desaparecer ou a refluir à economia de subsistência. E não será surpresa se levar a uma redução do acesso ao sistema da Previdência Social Rural, conquistada da Constituinte que constitui, na atualidade, um amplo programa de renda mínima dirigido aos pobres rurais³⁵.

Não se trata, evidentemente, de uma empreitada fácil. Começou-se a falar entre nós de Reforma Agrária nos anos quarenta, com o fim da ditadura Vargas. Mas nada de consistente foi feito, desde então³⁶. A resistência à Reforma Agrária é forte e antiga, e ao mes-

31. Deputado Delfim Netto, em entrevista a “Carta Maior”, Ano III – janeiro de 1998, pág. 4-7.

32. *Folha de São Paulo*, 11/04/98, pág. 2-4.

33. Sobre a tentativa do Governo de dizer que segue as diretrizes da Igreja, na realização da Reforma Agrária, ler o Anexo 1: “A pregação da Igreja Católica e a ação do Governo Brasileiro”, por Thierry Linard de Guertechin S.J.

34. Ver, no Anexo 2: “Síntese do documento: ‘Por uma melhor distribuição da terra – o desafio da Reforma Agrária’ do Pontifício Conselho ‘Justiça e Paz’”, por Thierry Linard de Guertechin, S.J.

35. “Nova Configuração da Política Agrária nos Anos 90 e o Processo de Globalização”, Guilherme C. Delgado.

36. Tornando-se ameaçadora para as elites rurais nos anos 60, a Reforma Agrária foi uma das razões levantadas para derrubar Goulart em 64. As culturas modernas de exportação estimuladas pelos militares levaram ao aumento da concentração da propriedade da terra e à expulsão de posseiros, inchando ainda mais nossas cidades, que já vinham sofrendo as conseqüências de um forte êxodo rural – por falta de condições de sobrevivência no campo. O agravamento dos conflitos no campo nos anos 80 levou os militares a classificar a Reforma Agrária como problema de Segurança Nacional. Os governos civis que se seguiram não conseguiram assentar muito mais do que algumas dezenas de milhares de famílias.

mo tempo que se modifica o perfil de alguns opositores, o latifúndio resiste com todas as suas armas, literalmente falando.

Encontramo-nos no entanto, hoje, num patamar diferente: pesquisas mostram a aceitação da Reforma pela maioria dos brasileiros, que já não podem ser assustados com o fantasma do comunismo internacional; é grande o número de pessoas que, superando a ilusão da cidade, se dispõem a voltar ao campo; o MST e o movimento sindical rural, que organizam os trabalhadores que querem trabalhar na terra e são os únicos movimentos sociais que hoje pressionam efetivamente o poder, ganham uma adesão crescente desses trabalhadores, e vão conquistando a legitimidade da luta pela volta à terra — eles inclusive trazem, agora, uma enorme novidade ao processo: mostram-se capazes de, enquanto movimentos populares, organizar a própria produção dos assentamentos, que antes só podiam contar com um apoio insuficiente dos organismos oficiais; e chegam a integrar a produção agrícola à produção industrial.

Por outro lado, é mais barato, mais saudável, mais gestionável, criar empregos no meio rural — inclusive com mais interconexões com o espaço micro-urbano do que com a grande cidade; a produção dos assentamentos pode ser uma resposta à necessidade de produtos da cesta básica para todos os brasileiros — entre os quais os 100 milhões de esquecidos — sem que precisemos importá-los, como ocorre agora; o Brasil conta com uma quantidade enorme de terras improdutivas³⁷; o aumento do número de pequenas

propriedades rurais, e dos “sem terra”, que passam a ter algum rendimento, levam ao aumento do mercado consumidor interno ao País, com repercussões no aumento da produção e, portanto, do emprego, e com a inserção dos assentamentos no espaço econômico.

Mas, apesar de todas essas evidências, nosso Governo não vincula a Reforma Agrária ao problema do desemprego no País. É revelador o fato de que, entre as doze diretrizes da “Guerra ao desemprego”, declarada na reunião ministerial de 10 de março a que já aludimos, não há uma única palavra sobre Reforma Agrária. No que se refere ao emprego no mundo rural, reforça-se um programa teoricamente voltado para o fortalecimento da agricultura familiar, e decide-se apoiar a fruticultura — em geral praticada por grandes empresas...³⁸

3. As perspectivas internacionais

Sobre essas perspectivas internas pouco promissoras, as internacionais são ainda mais preocupantes.

Como se não bastasse a imposição, pelo processo de globalização, de um liberalismo econômico que esquece as legiões de excluídos e pouco se preocupa com a destruição de empregos, um monstro agora se levanta ameaçando países ricos e pobres: o ultraliberal Acordo Multilateral de Investimentos — AMI³⁹, ou MAI, segundo a língua que se prefira⁴⁰.

Esse acordo está em discussão desde 1995 na OCDE⁴¹ — organismo que reúne 29 na-

37. Segundo o documento apresentado pela CPT à CEP de março, “A realidade da situação da terra no Brasil”, 62,4% da área total é improdutiva, sendo na Região Sul 42,6% da sua área, e 78,8% da área da Região Norte.

38. Sobre a urgência da Reforma Agrária, ler “Injustiça ou desordem”, Rubens Ricupero, *Folha de São Paulo*, 11/04/98, pág. 2-2.: “É esse o caminho para evitar o conflito: fazer a reforma logo e dentro da lei. Ora, no Brasil ela às vezes parece que não se fará nunca.(...) Escravidão e latifúndio, as duas forças geradoras da desigualdade brasileira, foram ligadas indissolúvelmente. No passado, a terra nada valia sem escravos. Hoje, com a mecanização e a técnica, é o trabalhador que está sobrando e vai engrossar o exército de bóia-frias ou de marginalizados das cidades, em busca de empregos que a indústria não é mais capaz de criar.”

39. “Multilateral Agreement on Investment” ou “Acordo Multilateral de Investimentos”.

40. Ler uma análise sucinta do Acordo no Anexo 3: “O Acordo Multilateral de Investimentos e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro”, Guilherme Costa Delgado.

41. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ções, entre as quais, as mais ricas do planeta. O Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio — OMC⁴², Sr. Renato Ruggiero, diz, sobre o AMI: “*Estamos escrevendo a Constituição de uma economia mundial unificada*”⁴³. Estranhamente, essa “constituição” estava sendo escrita secretamente, por assim dizer. Em fevereiro deste ano vazou a informação sobre seu conteúdo e o periódico “*Le Monde Diplomatique*” publicou um artigo de um Diretor de uma ONG norte-americana de defesa dos cidadãos. Seu título: “*O novo manifesto do capitalismo mundial*”⁴⁴.

Na apresentação do artigo, o jornal diz: “*É preciso voltar aos tratados coloniais os mais leoninos para encontrar, como nesse Acordo, uma apresentação com tanta arrogância dominadora dos direitos imprescritíveis do mais forte — no caso as sociedades transnacionais — e as obrigações draconianas impostas aos povos*”.

Não é o caso de estarmos detalhando aqui esse projeto de acordo, mas há uma série de outras cláusulas, igualmente perigosas, como a duração das obrigações nele contraídas — vinte anos. O que importa é que, amarrando inicialmente os países ricos, ele será em seguida proposto aos pobres, no estilo duro e direto do “pegar ou largar”. Quem se submeter, receberá investimentos

— evidentemente nas condições impostas pelo Acordo. Quem não se submeter...

O texto está praticamente pronto, embora a versão que a OCDE foi obrigada a divulgar contenha ainda um grande número de artigos “em discussão”. Em setembro/outubro deste ano ocorrerá uma nova rodada de negociações, e o Acordo poderá ser, em breve, assinado se nada resultar dos movimentos de protesto que começam a surgir⁴⁵. O Governo brasileiro já vinha, silenciosamente — pois há verdades que precisam ser omitidas, segundo sua ética — acompanhando as negociações como observador, juntamente com quatro outros países: Argentina, Chile, Hong-Kong e República Eslovaca. E autoridades já deram a entender que não seria mal que assinássemos esse Acordo... Talvez estejam nos preparando um presente de amigo secreto...

Assinado, o AMI terminará com noções como a do interesse público e a da soberania das nações e instituirá com força avassaladora a ditadura explícita do capital em todo o mundo. Aí então poderemos esquecer definitivamente — ou por vinte anos — nossos 100 milhões de excluídos, guardando evidentemente a esperança de que um desenvolvimento comandado pelo capital internacional nos crie um dia todos os empregos de que já estamos tão necessitados.

42. Organização Mundial do Comércio.

43. Boaventura de Souza Santos em “O Acordo Multilateral de Investimentos” *Folha de São Paulo*, 15/03/98, pág. 2-2 diz: “Sociologicamente, se o AMI é uma constituição, é uma constituição fascista, escrita por investidores e para proteger exclusivamente os seus interesses. (...) As conseqüências do acordo para o cinema e as demais indústrias culturais francesas são, sem dúvida, negativas, mas não são nada comparadas às que afetarão milhões e milhões de pessoas nos países do Terceiro e do Quarto Mundo. Tais conseqüências, porém, continuam em segredo”.

44. “O novo manifesto do Capitalismo Mundial”, Lori M. Wallach, “*Le Monde Diplomatique*” — fevereiro de 1998, pág. 22. O autor do artigo é diretor do “Public Citizen’s Global Watch”. Com o vazamento da informação, a OCDE foi obrigada a colocar resumos do acordo e até o texto em discussão na Internet. Pudemos recuperar as 100 primeiras páginas desse texto. Ver também, a respeito: “Acordo de investimentos, privatização e cidadania”, Maria da Conceição Tavares, *Folha de São Paulo*, 01/03/98, pág. 2-6; “Não estamos sós”, — Sandra Starling, *Gazeta Mercantil*, 17/02/98.

45. Em protesto na Bélgica, uma carta está sendo enviada pela população mobilizada às autoridades do país, exigindo que a Bélgica e a União Européia se recusem a assinar o acordo na sua forma atual, uma vez que, nessa forma, “ele está em contradição com: — nossos objetivos relativos ao emprego, aos salários, às condições de trabalho, ao meio ambiente e à identidade cultural; — os acordos internacionais (Conferência do Rio, (...) Carta das Nações Unidas sobre os direitos e deveres dos Estados); — a vontade de um controle democrático e político das decisões econômicas e financeiras.”

C — PERSPECTIVAS DE AÇÃO

A análise feita até agora nos intima a deixarmos uma posição de aceitação do que está ocorrendo, como se o discurso oficial pudesse ser ouvido sem a desconfiança que o Presidente da República já nos autorizou a exercitar. Mas pode a ação da sociedade mudar essas tendências? O AMI foi denunciado por movimentos de cidadãos dos Estados Unidos. E essa denúncia está estimulando o surgimento de um número crescente de protestos nos países ricos, que poderão eventualmente nos salvar desse monstro em gestação. É um exemplo positivo. Mas entre nós vivemos atualmente uma fase de inércia cidadã, com a desmoralização das mediações democráticas.

O exercício da cidadania não se limita a escolher, pelo voto, os dirigentes do país. Mas essa escolha é tão decisiva que somos levados a exercer esse direito e, em seguida, passamos a esperar pelas ações e medidas daqueles que nosso voto colocou dentro do mundo da política, para que administrem os interesses coletivos. Como no entanto os problemas coletivos não são resolvidos e até se agravam, vem o descrédito.

A lógica do mundo da política, por outro lado, é incompreensível para o cidadão comum. A prática dos Chefes do Executivo, supostamente buscando condições de governabilidade, em nível federal, estadual e municipal, muitas vezes surpreende seus próprios eleitores. Como dependem dos Parlamentos para governar, usam os piores expedientes para compor majorias que aprove as leis que desejam e não os fiscalizam, aceitam todos os tipos de compensação para obter o apoio de parlamentares preocupados em se reelegerem ou simplesmente se enriquecerem, fazem alianças as mais inesperadas — e muitas vezes incompreensíveis e até inaceitáveis, aos olhos do cidadão comum. Este simplesmente assiste a tudo isso, de longe, às vezes até enojado, como num teatro desagradável, cheio de lances

de intrigas, mentiras e cinismos, do chamado mundo do poder.

Mais preocupante, no entanto, é o que acontece com o Legislativo, envolvido nessa dinâmica. Como dependemos de forma muito direta das decisões que são tomadas no Congresso Nacional, este é matéria obrigatória das primeiras páginas dos jornais e telejornais. O que se noticia com mais prazer, no entanto, é a aceitação — ou mesmo a cobrança, no sistema do “é dando que se recebe” — de favores, e até dinheiro vivo, para votar, de determinada forma, projetos de interesse do Executivo. Ou então ficamos sabendo que determinado deputado se acertou com determinada empresa para incluir no Orçamento uma verba que lhe renderá uma gorda comissão. Ou, ainda, que se trocam votos pelo arquivamento de processos de cassação por corrupção. Em nível de Assembléias Legislativas Estaduais e de Câmaras Municipais, o panorama é o mesmo. E os inimigos da democracia aproveitam todas as oportunidades, que com frequência lhes são fornecidas pelo próprio Legislativo, para desfigurar a atividade parlamentar, o que prepara o terreno para aventureiros de vocação autoritária.

Assim, nossos parlamentos, em vez de serem o espaço por excelência para que representantes de todos os interesses da sociedade discutam, seriamente, e decidam, democraticamente, sobre as opções de governo, ou a partir do qual se exerça com responsabilidade e rigor o controle do Poder Executivo, eles se tornam, em todos os níveis, simples homologadores da vontade do Executivo. As majorias de apoio ao Governo impõem essa vontade até mesmo violando, se necessário, os Regimentos Internos, que deveriam garantir os direitos das minorias.

Nos últimos tempos, o clientelismo e o prebendismo de sempre, ressurgiram com toda a força. Políticos conhecidos por tais práticas — ainda que hoje não cheguem a usar a expressão “rouba, mas faz” — estão sendo mantidos bem vivos pelas alianças

que conseguem fazer dentro do sistema de poder. Enquanto, do lado dos cidadãos, quando alguém esquece suas dificuldades e cria coragem para levantar a voz, é desqualificado pelos que questiona e afogado pela informação oficial.

A evolução desse quadro não tem sido linear. Depois que os militares deixaram o poder, fases de entusiasmo se alternam com frustrações. Mas o conceito chave que acaba prevalecendo no acompanhamento da vida política do país passou a ser o de pizza: anões do Orçamento, ultimamente os Precatórios, mais recentemente o episódio do deputado-construtor — do qual já se diz que sua cassação abriu caminho para livrar da mesma pena outros deputados que esperavam na fila da cassação⁴⁶. Ninguém acredita que político corrupto vá para a cadeia. Poucos sabem o que se pode realmente exigir de um político. Aceita-se que não há outra saída, porque política continua sendo, para a maioria da população, algo sujo de que não vale a pena participar.

O corolário dessa dinâmica, que dificulta a ação necessária para reverter tendências negativas da realidade brasileira, é o distanciamento crescente entre Governo e povo, o esvaziamento da consciência de cidadania e o refúgio, dos que têm o que comer, ainda quando preocupados com seu futuro, no individualismo egoísta que se desinteressa pelo bem comum. Poucos são, atualmente, os que reagem. E, nesse marasmo, as coisas boas e más continuam seu caminho.

III. PARTE: PISTAS DE ATUAÇÃO

Para que nosso otimismo — nossa esperança — não sucumba diante das dificuldades, é preciso encontrar brechas que permitam que entrem, na realidade social brasileira atual, novas tensões positivas que potencializem, rumo a mudanças efetivas, o

pouco ou o muito que já vem se tentando fazer, e levantem o ânimo dos cidadãos.

Cinco linhas de atuação poderiam ser estratégicas nesse sentido.

1. Romper com a idolatria do dinheiro

A ideologia do mercado e do consumismo se instalam no Brasil e iludem a maioria da população. É visível a fascinação exercida pela estabilidade financeira que induz ao consumo. O dinheiro se torna o grande ídolo que impede de ver a realidade e conduzir políticas públicas de cunho social.

A crítica ao consumismo não é alheia às preocupações religiosas e cabe à Igreja fazer o discernimento necessário.

Como se sabe, tal atitude tem razões profundas, teológicas e éticas. Hoje um dos maiores riscos é o de a Igreja mesma se envolver, sem perceber, com essa mentalidade que, no fundo, tem por deus o dinheiro e o que ele pode comprar. É dever da Igreja recuperar a sua dimensão profética ao afirmar a vontade do Deus verdadeiro contra os ídolos⁴⁷.

E nós, Igreja no Brasil, como nos situaremos nesse contexto onde, a passos largos e mediante um pensamento hegemônico, vemos dismantelar-se a sociedade de bem-estar social, onde os direitos fundamentais são substituídos pelo absolutismo do mercado?

Que dizer, ainda, a respeito das repercussões da idolatria do dinheiro na educação, na saúde, na alimentação, na previdência social, no trabalho, nas reservas estratégicas, nos transportes, nas telecomunicações, na informação e na cultura?

2. Evitar o desastre que está se preparando, com o AMI

No plano internacional, que pareceria o mais longínquo e fora de nosso alcance,

46. *Folha de São Paulo*, 17/04/98, pág. 1-9.

47. Jung Mo Sung, *"Desejo, mercado e religião"*, Vozes, Petrópolis, 1998.

seria fundamental enfrentar o grande risco que estamos correndo com a possível assinatura do Acordo Multilateral de Investimentos — AMI.

Isto pode ser feito tanto em nível internacional como nacional.

Não poderíamos apelar para o Santo Padre para que denuncie o totalitarismo do deus dinheiro, que se implantaria, exatamente no jubileu do Ano 2.000, com esse Acordo?

É preciso que nos perguntemos como fica a proposta de perdão da dívida externa se esse Acordo for assinado.

Em nome de tudo o que a humanidade conseguiu construir de respeito aos direitos humanos, à natureza e às futuras gerações, Roma não poderia interpelar os negociadores desse Acordo, para que nos digam exatamente onde querem chegar?

Não seria também oportuna uma ação articulada das Igrejas dos países ricos, para analisar a fundo as conseqüências do AMI para o futuro de uma economia mais humana e solidária?

Dentro do Brasil, que palavra ética e profética deveria ser anunciada às consciências do nosso País, diante dos riscos à soberania nacional, alertando para o aumento da exclusão social, para o crescimento do desemprego e da violência, para a diminuição da qualidade de vida dos cidadãos, caso se concretize a adesão do Brasil ao AMI?

Que papel poderiam ter, nesse anúncio ético e profético, o Pontifício Conselho "Justiça e Paz", a Comissão Brasileira Justiça e Paz e as Semanas Sociais?

Como fazer para que a sociedade se levante e exija do nosso Governo maior transparência no tratamento que está dando à sua participação nas negociações do AMI? Como conquistar a participação de toda a sociedade nessa discussão, para que não sejamos um dia dominados por regras cujas repercussões não analisamos e que nos serão impostas por várias gerações?

3. A responsabilidade na formação da consciência política e democrática

A presença da Igreja na formação política e democrática do nosso País é outro assunto de longa tradição. E o momento atual é de forte desmobilização política.

É urgente recuperar a capacidade de discutir as grandes questões nacionais. As lideranças políticas precisam, de novo, ocupar as tribunas, não só do Congresso Nacional, mas também as das praças e ruas, junto ao povo, numa atitude de sensibilidade e discernimento.

Lutar contra toda e qualquer hegemonia e aperfeiçoar a democracia brasileira vai exigir também a presença atuante do cidadão, ganhando espaços políticos. As eleições majoritárias desse ano serão uma boa ocasião para plantar políticas novas.

Segue-se daí a responsabilidade da Igreja na formação de uma consciência democrática e na melhoria da política brasileira. Seria muito bom que ela mesma promovesse práticas democráticas na sua base e contribuísse para a formação política dos jovens.

O espaço político é o da convivência cidadã e do pluralismo. O comportamento dos católicos nas eleições precisa ser esclarecido. A boa vocação política não se confunde necessariamente com a vocação cristã e católica. Antes, até pode nela se inspirar, mas o fato de ser um bom católico não dá garantias de ser um bom político.

Acontece, às vezes, o contrário: um bom político, respeitado pela sua postura ética, nem sempre é, necessariamente um bom cristão e católico.

A formação política inclui a discussão de critérios e o discernimento a ser feito em torno de candidatos e partidos, capazes de, verdadeiramente, promoverem o bem comum e os interesses da maioria da população.

O clientelismo e o "lobby" corporativista, por si mesmos, excluem o interesse comum e são atitudes a serem permanentemente descartadas.

A Campanha da Fraternidade deste ano pode ter continuidade combinando-a com o ano eleitoral. Um projeto consistente de educação política dirigido aos jovens poderia tentar reverter o afastamento da política que se observa entre os eleitores adultos.

Não seria possível organizar um programa intensivo, a ser adotado pelo menos nas escolas ligadas à Igreja, sobre cidadania, funções dos Poderes, a delegação de poder que se faz através das eleições?

E nós, Igreja no Brasil, como agiremos profeticamente diante da hegemonia e pensamento único que se instalam pela obstinação e insensibilidade das nossas elites?

Como, de fato, estaremos vivendo, nesta hora de nossa história, as angústias, as alegrias e tristezas de nosso povo?

O nosso projeto de construção do Reino de Deus, desde aqui e agora em nossa realidade, poderá aceitar — e até quando — a imobilidade da nossa sociedade civil organizada ou a organizar-se?

4 — Vencer a corrupção eleitoral

O ano eleitoral nos convida também a empreender um esforço especial para que o Congresso e as Assembléias Legislativas Estaduais passem a ser compostos majoritariamente por representantes com efetiva vontade democrática de resolver nossos problemas sociais e não seus problemas privados ou dos que financiaram suas campanhas.

Fala-se já do custo exorbitante que terão as campanhas, porque se prevê que nas próximas eleições os candidatos ao Congresso derramarão rios de dinheiro para comprar os votos dos eleitores carentes que formam nosso "exército eleitoral da reserva".

A iniciativa popular de lei, a ser submetida a esta Assembléia, que visa dar mais eficácia à Justiça Eleitoral, para que esta possa coibir eficazmente esse crime, pode vir a ser um poderoso instrumento de conscientização dos eleitores e de pressão moral sobre os candidatos.

5 — Terra e Reforma Agrária

Será urgente empreender também um esforço especial para que o Governo perceba que a Reforma Agrária, além de visar a justiça na distribuição da terra, ataca diretamente o problema do desemprego e da fome, e que portanto é preciso torná-la a grande prioridade nacional.

O recente documento da Comissão Pontifícia Justiça e Paz não está nos dando o sinal de partida de que precisávamos para exercer toda a pressão que se faz necessária?

Como despertar o compromisso de valorizar o Documento do Pontifício Conselho Justiça e Paz — "Terra e Reforma Agrária"?

Que ações promover, em nível de Igreja e de sociedade civil, para que se torne um instrumento de diálogo em todas as instâncias executivas e protagonistas da Reforma Agrária?

Como inseri-lo nas preocupações das Pastorais Sociais e da Terceira Semana Social Brasileira?

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

A terceira parte do texto indica cinco pistas de atuação que parecem estratégicas na atual conjuntura da vida nacional. Depois de enunciar cada uma destas pistas, o autor formula uma série de perguntas. Após uma

atenta leitura do texto inteiro, escolha aquelas pistas e/ou perguntas que lhe pareçam mais importantes e pertinentes no seu contexto e procure responder a elas, compartilhando e discutindo com a sua Comunidade.



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
Julho/agosto de 1998

A **Conferência dos Religiosos do Brasil** está realizando sua XVIII Assembléia Geral Ordinária nos dias 20 a 24 de julho de 1998, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. São 600 Superiores Maiores, ou seja, Superiores Gerais, Superiores Provinciais e equivalentes, com seus assessores, que estão estudando o tema **Novo Milênio e Refundação da Vida Religiosa. Mística Evangélica. Missão Inculturada. Presença Solidária**. Reunir gente para debater problemas comuns, estabelecer prioridades de formação, de pastoral, de ação, como eixos operativos, não deixa de ser produtivo. Pensar e agir em consonância. Ética de reflexão e de ação. Desafio que exige força interior e capacitação cultural.

— **O que significa REFUNDAR a Vida Religiosa?**

Eis uma pergunta entalada na garganta dos mais tímidos. Carrega uma inquietação substantiva que nos desafia. **Não pode significar** criar, instituir, estabelecer, uma NOVA Vida Religiosa. Deve significar, a um só tempo: (1º) Voltar a reconhecer, teoricamente, os fundamentos da ÚNICA Vida Religiosa e devolver-lhe, intactas, estas suas bases teológicas. (2º) Assumir, para viver, o compromisso de sua prática, dia a dia. O principal problema em torno à refundação da Vida Religiosa é prático. O discurso e, portanto, a teoria, pode ser aqui um pretexto para diferir, adiar, ignorar a problemática, omitir-se.

— **Quais são estes fundamentos e estas bases teológicas?**

A teologia mais genuína da Vida Religiosa assinala como seu instituinte ontológico e, portanto, sua identidade última, sua natureza mais íntima, sua realidade mais profunda, a sua plena e forte verdade, assinala como sendo **sua razão simbólica**. Se não fosse audácia em demasia, uma temeridade e uma petulância, ousaria afirmar: A Vida Religiosa hoje, pelo paradigma que encarna e se expressa, carece, na prática, desta sua dimensão teológica.

— **Explique melhor. Explícite este pensamento?**

Em tese, falta à Vida Religiosa, hoje, a experiência carismática e a coragem profética que a tornem vida evangélica radical. Esta carência tem trazido, paulatinamente, conseqüências nefastas. Não há quem lembre à Igreja e ao mundo: o que é seguir Cristo com radicalidade, o que é uma vida radicalmente evangélica.

— **Mas veja: o mundo, a sociedade, gostam do que FAZEM os Religiosos?**

Sim. É verdade, para desgraça da Vida Religiosa. É o seu erro e o seu mal. Esta constatação quer dizer exatamente: abandonou-se a dimensão ou **razão simbólica, o SER**, e se orientou pela sua **razão instrumental, o FAZER**. Embora incorrendo em evidente equívoco de aplicação acomodaticia porque estranha ao texto e ao contexto, se poderia lembrar: “Ai de vós, quando todos vos bendisserem, pois do mesmo modo seus pais tratavam os falsos profetas” (Lc 6,26).

— **Refundar, qual é o problema de fundo?**

Todos estamos procurando identificá-lo. Somos aplaudidos pelo que FAZEMOS, nossas realizações, não pelo que SOMOS. Sacrificamos a razão simbólica da Vida Religiosa à sua razão instrumental, repito. Nosso SER religioso segue perdendo vigor, sentido, significação. Somos insignificantes em meio ao mundo. O problema de **fundo** — **refundar** — é um problema de SER e não de FAZER. Saborear o SER para Deus e não apenas gloriar-se do FAZER obras beneméritas de suplência para os homens e obras de pastoral para a Igreja.

— **O que fazer para enfrentar, com êxito, este desafio?**

Se o aburguesamento material e espiritual da Vida Religiosa tornou-a insignificante desautorizando sua significação evangélica radical, **será preciso REFUNDÁ-LA**, quanto antes, isto é, resgatá-la em seus traços fundamentais: sua dimensão carismática, sua experiência radical de fé, a dimensão teológica da vida, e oferecer à Igreja e ao mundo o testemunho profético da transcendência, do seguimento, da experiência contemplativa. Se esta for a verdade, por sua natureza, **a Vida Religiosa supõe e postula poucas vocações**, autênticas, porém.

A GRAÇA, dom divino que **Jesus** nos mereceu; o AMOR, iniciativa preveniente, livre e gratuita do **Pai** que nos escolheu por filhos, realizem em nós uma COMUM-UNIÃO por obra do **Espírito Santo**. Filhos no Filho e solidários com todos os irmãos, clamemos no Espírito, **Abbá**, papai. Amém. Com afeto e estima fraterna, subscrevo-me, ao seu inteiro dispor,

atenciosamente